

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 26 de Janeiro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1103 • Director: Carlos Brito

***Nova política
para a
Educação***

• Artigo de
Edgar Correia

Pág. 18

PCP apresenta moção de censura na Assembleia da República

A PALAVRA AO POVO!

Págs. 13 e 32

**Seminário
Nacional
sobre a Festa
do «Avante!»**

**Uma
Festa
com
futuro!**

Págs. 4 e 5

**Francisco
Silva**

fala
ao «Avante!»
sobre a

Em entrevista
por Anabela Fino
Centrais



**Revolução
Científico-
-Técnica**

**É justo
protestar
Vale a pena
lutar**

Págs. 24 e 25

**Jornada
da CGTP
hoje**

Pág. 11

Editorial Moção para a dissolução



Comunistas insistem na demissão do Governo

RESUMO

18 Quarta-feira

Os mineiros do Pejão consideram esgotadas «todas as iniciativas com vista ao diálogo» com a administração, ameaçando radicalizar o seu protesto ■ A população de Matacães recusa-se a aceitar a instalação dos reservatórios subterrâneos de gás natural ■ O primeiro-ministro francês, Edouard Balladur, apresenta-se oficialmente como candidato às eleições presidenciais ■ O Parlamento Europeu aprova a nova Comissão Europeia, liderada por Jacques Santer ■ Inicia-se em Kobe uma vasta operação de socorro às vítimas do sismo de terça-feira no Japão ■ É assassinado, em Luanda, o jornalista angolano Ricardo Melo.

19 Quinta-feira

Centenas de trabalhadores e sindicalistas manifestam-se em frente à sede da Telecom Portugal ■ Os mineiros do Pejão reúnem-se com a administração, depois de boicotarem o escoamento das minas ■ O PCP anuncia que quer uma rigorosa inspeção aos negócios do Parlamento, na sequência do caso do património de Duarte Lima ■ As associações de estudantes do ensino superior exigem, no Porto, a revogação da nova lei das propinas ■ O Governo confirma que pretende vender as acções do BPA em OPA ■ As tropas russas conquistam o palácio presidencial tchetcheno ■ Yasser Arafat e Yitzhak Rabin encontram-se em Erez ■ Camilo Cela é agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago de Espada.

20 Sexta-feira

É divulgado que as OGMA repararam motores de helicópteros da Força Aérea Indonésia, em 1993 ■ O PCP anuncia a apresentação de uma moção de censura ao Governo, no dia 25, na Assembleia da República ■ A administração da Portugal Telecom impede o acesso da comissão de trabalhadores às instalações, onde deveria decorrer o plenário ■ O Conselho Económico e Social aprova um parecer que sugere ao Governo o encerramento ao domingo de todo o comércio ■ Nelson Mandela e Frederick de Klerk reúnem-se, ultrapassando a crise no Governo sul-africano provocada pela amnistia de crimes políticos praticados durante o «apartheid» ■ Prosseguem os combates em Grozny ■ Inicia-se a IV Assembleia Geral da Organização dos Povos e Nações Não Representados.

21 Sábado

Realiza-se, no Seixal, o Seminário Nacional sobre a Festa do Avante ■ A população de S. João da Talha protesta contra a incineradora de resíduos sólidos ■ O Fórum Médico analisa os atrasos nos pagamentos, por parte do Ministério da Saúde, das convenções relativas a clínicas e laboratórios privados ■ O presidente do PC russo exige a demissão de Boris

Ieltsin ou a convocação de eleições presidenciais antecipadas ■ A captura do líder tchetcheno, Djokhar Dudaiev, torna-se a missão prioritária das tropas russas ■ O Grupo Islâmico Armado declara que se dessolidariza da «plataforma de Roma» ■ Os EUA suavizam as sanções à Coreia do Norte.

22 Domingo

Ocorre um duplo atentado suicida em Bet Lid, da responsabilidade da Jihad Islâmica. Yasser Arafat classificou-o como «um acto criminoso contra a paz» ■ Os comunistas russos condenam a intervenção na Tchetchênia ■ O GIA ameaça assassinar todos os jornalistas que trabalham na rádio e na televisão da Argélia, se estes não deixarem de trabalhar ■ Chuvas prolongadas provocam graves inundações no Oeste da França.

23 Segunda-feira

Carlos Carvalhas é recebido pelo Presidente da República, devido à «degradação da democracia política, da situação política e social» e ao caso OGMA ■ Cavaco Silva anuncia que não se recandidatará à liderança do PSD ■ O PCP considera que a decisão do primeiro-ministro reforça o pedido de dissolução da AR, a demissão do Governo e a antecipação de eleições ■ A CGTP afirma que «o homem do leme é o primeiro a abandonar o barco» ■ O INE revela que o desemprego continua a crescer em Portugal ■ Inicia-se a consulta pública dos estudos do impacto ambiental sobre os cinco potenciais locais da localização da incineradora industrial ■ Yitzhak Rabin congela o processo de paz, enquanto a comunidade internacional insiste no prosseguimento das negociações ■ As forças russas assaltam os últimos bastiões da resistência tchetchena, em Grozny.

24 Terça-feira

A Comissão Eventual de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste reúne-se, na AR, para debater as alegadas reparações de motores helicópteros indonésios pelas OGMA ■ Uma missão da organização para a Segurança e Cooperação na Europa parte para Grozny ■ Os trabalhadores da Portugal Telecom fazem nova concentração de protesto e preparam uma manifestação nacional ■ Rabin anuncia a criação de uma comissão especial para concretizar a ideia de uma «separação» entre Israel e a Cisjordânia ■ Anunciada em Havana uma remodelação do governo cubano ■ O antigo jornalista do diário argelino «Alger Republicain» (comunista), Mohamed Rebah, é ferido em consequência de um atentado ■ Todos os partidos espanhóis condenam assassínio de dirigente do Partido Popular no País Basco ■ CGTP denuncia pagamento de indemnizações aos proprietários agrícolas expropriados pela Reforma Agrária ■ Trabalhadores da Sorefame manifestam-se contra despedimentos previstos na empresa.

Moção para a dissolução

O debate da moção de censura do PCP, que hoje se inicia na Assembleia da República, domina a actualidade política nacional.

Iniciativa reconhecida e oportuna no momento em que foi apresentada, o da emoção provocada pela revelação das reparações de material de guerra indonésio no nosso país, a moção de censura do PCP adquiriu uma ainda maior significação política depois de Cavaco Silva anunciar que abandona a liderança do PSD e que «não será candidato a Primeiro-Ministro».

A moção de censura foi apresentada pelos comunistas essencialmente com o objectivo de recolocar a exigência da clarificação da situação política, através da demissão do Governo, dissolução da Assembleia e antecipação das eleições legislativas, num momento em que o PSD operava para dar por arrumada essa questão e outras forças da oposição se acomodavam à vontade do Governo.

Por isso mesmo, o PCP sempre centrou as razões da sua apresentação na profunda degradação da situação social e económica do país, nos graves atentados do Governo contra a democracia política e no urgente imperativo de se parar uma acção governativa que está a conduzir o país para um desastre cada vez maior.

Nestas circunstâncias, a moção de censura é uma forma de levar até às instituições o protesto e a luta popular que crescem e alastram no país num grande movimento de censura e rejeição da política do Governo e de exigência de uma nova política.

O abandono por parte de Cavaco Silva, no imediato ou a prazo, das funções que desempenha e a sua tentativa de fugir às responsabilidades dão, evidentemente, redobrada força a estas razões e exigências.

Respondendo à declaração do ainda Primeiro-Ministro, Carlos Carvalhas salientou de imediato: «Mantém assim plena actualidade e justificação a moção de censura apresentada pelo PCP enquanto instrumento político para dar projecção institucional ao descontentamento popular, para reforçar a exigência da demissão do Governo e da dissolução da AR e para favorecer um amplo movimento de luta e de confiança para a conquista de uma alternativa democrática que, com o esforço do PCP, dê sólidas garantias de uma nova política, ao serviço do progresso de

Portugal e do bem-estar dos trabalhadores e do povo português.»

Anunciada desistência de Cavaco Silva não pode ser desligada nem do fracasso da sua política, nem das irregularidades e dos sucessivos escândalos de corrupção que têm assinalado a sua governação.

Ao abandonar a presidência do PSD e ao fugir a prestar contas ao país pela política realizada, Cavaco não só confessa o fracasso e reconhece que prevê uma derrota do PSD nas próximas eleições, mas rompe também toda a lógica em que assentava o poder cavquista.

É isto que o debate da moção censuradora inevitavelmente demonstrará, com o peso de o fazer, não em qualquer canal de televisão ou estação de rádio, mas

A antecipação das eleições legislativas, com a dissolução da Assembleia e a demissão do Governo, que, com regozijo, vemos estar a transformar-se numa crescente exigência nacional, não se conseguirá concretizar se, por diversas maneiras, não se prosseguir e intensificar a luta com esse objectivo.

na instância de poder apropriada que é a Assembleia da República.

Bem pode Pacheco Pereira «ameaçar» que vai transformar a moção de censura numa manifestação de confiança dos deputados laranja ao Governo e bem podem os deputados do PSD sozinhos ou em coro declarar apoio ao ainda Primeiro-Ministro. Tudo isto passou a ser um bocado ridículo a partir de segunda-feira e, sobretudo, passou a não ter credibilidade perante o país.

Que confiança credível se pode demonstrar ao «homem do leme» que abandonou o navio no meio da tempestade e que mais uma vez demonstrou que sobrepõe a tudo as suas ambições políticas pessoais?

Alguém acreditou naquela de que está tudo sob controlo, até o desemprego?

E o que é que vale hoje a maioria de deputados do PSD, desamparada do seu timoneiro e principal trunfo eleitoral? É uma evidência, desde há tempo, que ela não tinha qualquer correspondência com a vontade do país, mas a partir de agora, com o «adeus» de Cavaco e a certeza de que ele não vai liderar o PSD nas próximas eleições, tornou-se uma maioria fantasmagórica, a sobrevivência de um tempo que passou irremediavelmente.

E o que é que vale a invocação da proclamada unidade do PSD em torno do líder demissionário quando já estão desencadeadas as paixões e as lutas intestinas na corrida para a nova liderança?

Percebe-se que estas lutas intestinas não decorrem com as boas maneiras com são comentadas em público pelos dirigentes laranja. Há até quem diga (e quem o tenha dito na televisão) que algumas revelações de escândalos que vieram a público só foram possíveis num processo de ajuste de contas entre gente do Governo. Mas isso era no tempo das cóleras surdas. O que acontecerá quando estas cóleras vierem à superfície?

É também tudo isto que o debate da moção de censura irá pôr mais em evidência, ajudando a carrear razões para demonstrar a fragilidade dos argumentos formais a que se agarram os que querem impedir, a todo o custo, a clarificação da vida política do país, para manterem um poder incompetente e corrupto.

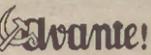
Antecipação das eleições legislativas, com a dissolução da Assembleia e a demissão do Governo, que, com regozijo, vemos estar a transformar-se numa crescente exigência nacional, não se conseguirá concretizar se, por diversas maneiras, não se prosseguir e intensificar a luta com esse objectivo.

A moção de censura do PCP faz parte dessa luta, a que deu desde a sua apresentação e a que dá agora com o debate hoje iniciado uma contribuição fundamental.

São da maior importância, também, neste período, as lutas sociais, especialmente as dos trabalhadores, que levantam a censura nas ruas, demonstram a condenação da política de direita e reclamam uma nova política.

Grande importância reveste, pois, entre outras, a «Jornada de luta por uma vida melhor», organizada pela CGTP.

O povo está na rua. É preciso dar-lhe a palavra!



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Mudar de rota

O espectáculo com que Cavaco Silva culminou o seu prolongado «tabu» não é propriamente a atitude de quem deseja recolher-se à sua cátedra de Economia para aguardar a reforma.

Tudo indica que no momento em que finge o propósito de se retirar da política, o actual Primeiro-Ministro inicia uma nova jogada política maduramente calculada.

É a candidatura à Presidência da República? Ele não a excluiu de maneira nenhuma e disse todas aquelas coisas que costumamos ouvir aos que acalentam esse projecto.

No entanto, a sua anunciada indisponibilidade para ser presidente do PSD e «candidato a Primeiro-Ministro» nas próximas legislativas representa o reconhecimento de que chegou ao fim um ciclo da vida política nacional: o das maiorias do PSD.

É claro que com a encenação da passada segunda-feira, Cavaco não reconhece apenas o termo de um ciclo, pretende inaugurar um novo ciclo, em que ele e o PSD beneficiem, ao mesmo tempo, do anúncio da sua retirada e da invocação da sua presença, para que não percam nenhuma vantagem de serem Governo e possam recolher alguns efeitos de parecerem oposição ao seu próprio Governo.

O partido laranja tem uma particular propensão para estas situações, a que poderíamos chamar de quadratura do ciclo.

Só, que por isso mesmo, tem de enfrentar desta vez, se os partidos da oposição quiserem e as instituições funcionarem, dificuldades insuperáveis.

As decisões de Cavaco dão mais razão e mais força à exigência de demissão do Governo, dissolução da Assembleia e antecipação das eleições legislativas que tem sido formulada pelo PCP, incluindo através da apresentação da moção de censura que hoje mesmo está em discussão no Parlamento.

O próprio PS, que até agora tem fugido a partilhar desta exigência, acaba de adoptá-la na parte relativa à dissolução e à antecipação das eleições, considerando-a de interesse nacional.

Há também o precedente de 1983, quando um outro líder do PSD, Pinto Balsemão, abandonou também (já parece sina do partido) a liderança partidária e o cargo de Primeiro-Ministro.

O argumento usado pelo ainda Primeiro-Ministro de que só pode haver dissolução da Assembleia quando esta não pode gerar um governo coerente, não tem qualquer suporte constitucional.

Pelo contrário, o «adeus» de Cavaco põe em evidência a artificialidade de uma maioria que mesmo com ele já deixara de corresponder à vontade do povo e que sem ele se torna numa manifestação ficção.

Só a dissolução pode poupar o país à instabilidade de um arrastado período de «fim de reinado», perigosamente propício a toda a espécie de golpes.

A razão mais forte que milita a favor da antecipação das eleições é, no entanto, o fracasso da política seguida pelo presente Governo e a sua «maioria», que a decisão de Cavaco Silva de certa maneira confessa.

Se o actual Primeiro-Ministro, que é o principal penhor dessa política, foge a submeter-se com ela ao julgamento do eleitorado, que se espera para lhe pôr termo e dar a palavra ao povo?

O «homem do leme», desmentindo todas as suas promessas, abandona o navio e quer entregá-lo, como se fosse seu, a um outro da sua tripulação. Não pode ser!

É uma altura soberana não só para mudar de leme e de tripulação, mas sobretudo para mudar de rota.

■ Carlos Brito

Dois actos de justiça

«Altos & Baixos» é uma rubrica na qual o «Expresso» avalia e classifica atitudes, posições, propostas assumidas por personalidades diversas no decorrer da semana. (É possível que tenha sido esta rubrica a fonte onde Marcelo Rebelo de Sousa foi beber a inspiração para o seu «Exame» através do qual lá vai levando, com grande apoio mediático, a água ao seu moinho alaranjado.)

No último sábado, o «Expresso» deu um «Alto» a António Guterres. O pretexto foi: 1) «o código de conduta rigorosa quanto às incompatibilidades dos políticos», apresentado, com grande pompa, pelo secretário-geral do PS; 2) o facto de o código vir acompanhado do compromisso de os socialistas o cumprirem «independentemente de ser ou não aprovado no Parlamento» e 3) a circunstância, relevante para o jornalista, de tal compromisso ser assumido «no momento em que muitos acreditam que o PS será o próximo poder». Presumo que estes argumentos com os quais o examinador sustenta a nota de «Alto» a Guterres sejam todos e tudo o que ele conhece de relevante sobre a matéria.

Há, no entanto, alguns pequenos pormenores que, por deficiente informação ou má memória, escaparam ao distribuidor dos «Altos & Baixos» do «Expresso».

Em Junho de 1993, o PSD apresentou, na Assembleia da República, uma proposta no sentido de permitir a presidentes e vereadores de Câmaras Municipais a acumulação desses cargos (remunerados) com outras responsabilidades (igualmente remuneradas). No decorrer do debate desta proposta, o PS não disse que sim nem disse que não, antes pelo contrário, e acabou, naturalmente, por se abster na votação. Naturalmente, também, o PSD votou a favor. Ainda naturalmente, o PCP

votou contra. Estava-se, então, lembro, a 6 meses das eleições autárquicas.

Outro dado concreto que se me afigura ser desconhecido do examinador do «Expresso» é o que tem a ver com o facto de haver casos vários de eleitos autárquicos do PS (e, obviamente, também do PSD) que acumulam os seus «tempos inteiros» (remunerados) nas câmaras municipais com outros «tempos inteiros» ou «meios tempos» (igualmente remunerados) noutras profissões.

É de crer, finalmente, que o classificador do «Expresso» desconheça que tal coisa não se verifica com os eleitos do PCP, os quais, se estão a tempo inteiro na autarquia, não têm outra ocupação nem salário e, no caso de o salário que recebem enquanto eleitos ser superior ao que auferiam na sua profissão, entregam a diferença à AECOD ou ao Partido (para que nenhum eleito comunista, pelo facto de ser eleito, seja financeiramente beneficiado).

Clarificadas estas questões, não tenho dúvidas que, na próxima semana, o autor de «Altos & Baixos» corrigirá a injustiça que cometeu no sábado passado e colocará em primeiro lugar nos «Altos» quem, com justiça, lá deve estar: o PCP e (ou) os autarcas comunistas que há cerca de 20 anos vêm praticando aquilo que o secretário-geral do PS agora descobriu como coisa boa.

E como 20 anos de atraso (em qualquer matéria e particularmente nesta) é muito atraso para um partido com as pretensões do PS, também não duvido que a correcção do «Expresso» se complementarà no próximo sábado com segundo acto de justiça: o de fazer descer António Guterres para o mais baixo dos «Baixos».

■ José Casanova

Credibilidades

Novas possibilidades e condições mais favoráveis à parte, há, entre muitas outras, duas coisas que as grossas novidades da passada segunda-feira não farão terminar.

Uma é a sondagem Marcelo Rebelo de Sousa/ Euroteste/TSF/DN que, mensalmente e até às legislativas, continuará a ser usada como um instrumento, não de retrato, mas de fomento da «bipolarização» PS-PSD, na base da escolha de variantes e de critérios de repartição de indecisos (democrática maneira de pôr a falar os que não quiseram falar) que não podem deixar de merecer as maiores reservas e desconfiança. Essa é matéria que fica guardada para outra ocasião.

Outra, também ao serviço da abraçada causa da «bipolarização», é o preconceito e a hostilidade do «Público» em relação ao PCP, combinada com fretes e favores ao PS que, de tão ostensivos e sistemáticos, constituem, em 20 anos de democracia, a máxima e insuperá-

vel expressão de jornalismo oficioso. Essa é matéria que aviamos já hoje.

Basta visitar alguns exemplos recentes.

No dia 11/1, um tal Filipe Santos Costa entretinha-se a caricaturar e ridicularizar as posições do PCP contra a reconstituição das oligarquias financeiras, numa notícia a que foi dado o título «*Contra os patrões, marchar*». Entretanto, já a notícia do «Público» sobre o almoço de A. Guterres com os empresários do Norte (Belmiro & C³) não levava o título «*Pelos patrões, marchar*» e, no sábado, aquele matutino sentenciava mesmo que a comparência daqueles empresários no almoço era um «*sinal de que o dirigente socialista está a ganhar credibilidade como alternativa a Cavaco Silva*».

No dia 18, o mesmo Santos Costa dedicava-se a gozar e a amesquinhar o comício do PCP na

Marinha Grande, marcado por «*ideias, quase todas requentadas*», numa prosa rancorosa e alarve onde nem sequer faltava um toque de espírito de classe com a referência ao entusiasmo de «*uma mulher (...) de roupa garrida e cabelo desmazelado*». Entretanto, nem na notícia sobre a enésima apresentação pelo PS de propostas sobre a transparência nem na reportagem sobre o comício do PS no Coliseu havia referência a «*ideias requentadas*».

No dia 19, numa notícia sobre o debate parlamentar sobre a revisão dos Tratados da União Europeia, a jornalista Teresa de Sousa, além de sentenciar que, tirando as elaborações do Governo e do PS, «*o resto foi chicana política, ruído de fundo e distração*», conseguia escamotear até a simples e normal identificação do deputado do PCP que interviera no debate.

Finalmente, no sábado, 21/1, o «Público» conseguia essa obra-

prima de objectividade que foi ignorar na 1^a página a moção de censura do PCP e só a referir, em texto corrido, lá para a 3^a página.

Com o PCP, é assim no «Público»: em vez de factos e informações que os leitores possam livremente julgar e soberanamente reflectir, silênciosos, interpretações e comentários reprovavelmente contrabandeados sob a aparência de «notícias»; em vez da informação sobre o que o PCP disse, a ditadura arrogante das opiniões preconceituosas da direcção e de alguns jornalistas do «Público» em relação ao PCP.

E mais não dizemos. É que, se os almoços com Belmiro dão «credibilidade» a Guterres, então a «credibilidade» do «Público» está assegurada desde a sua nas-
cença.

■ Vítor Dias

AUSCHWITZ

Fascismo nunca mais!

A

uschwitz, 50 anos após a sua libertação pelo Exército Vermelho. Uma efeméride que é importante assinalar. Para que se não esqueça o horror. Mas sobretudo para extrair ensinamentos para o presente.

Sobre o que foi o sinistro campo de concentração de Auschwitz muito se tem escrito nestes dias por toda a Europa. Diz-se, porém, muito pouco sobre a natureza de classe da besta nazi e as causas que possibilitaram o seu desenvolvimento. Em geral, omitem-se as responsabilidades do capital monopolista e o papel de força de choque do nazi-fascismo contra o movimento operário organizado, contra as forças democráticas e em primeiro lugar os comunistas, contra a URSS socialista. E procura-se mesmo obscurecer, apagar ou até negar o papel determinante dos comunistas na resistência e na libertação, os colossais sacrifícios consentidos pela URSS e o seu papel decisivo na derrota das tropas hitlerianas e na libertação, até ao rio Elba, dos povos subjugados pelas hordas nazis. O compreensivo realce da componente racista antijudaica do Reich alemão tende afinal a obscurecer o fundo da questão.

É por isso oportuno recordar, entre outras, realidades tão simples como as seguintes: que por detrás de Auschwitz estavam os grandes monopólios alemães (os Krupp, os Thyssen...) e as suas pretensões imperialistas; que as primeiras vítimas do nazi-fascismo foram os comunistas de cuja impiedosa perseguição são símbolos na Alemanha, o incêndio do Reichstag, o julgamento de Jorge Dimitrov, a prisão e assassinato de Thaelman, secretário-geral do PC Alemão; que a crise económica e o brutal aumento do desemprego, da deterioração das condições de vida das massas populares - a par do desenvolvimento de tendências nacionalistas facilitadas pelo tratado de rapina capitalista de Versalhes - constituíram o caldo de cultura principal para o ascenso do fascismo; que foram os preconceitos anticomunistas e a política de conciliação com a direita por parte da social-democracia que impediram erguer na Alemanha, como propunham os comunistas, uma ampla frente de combate popular contra o fascismo e a guerra.

Estes são factos que importa não esquecer no momento em que em Portugal se verifica um acelerado processo de centralização e concentração do capital e o assalto dos velhos senhores cujos grupos económicos foram o principal sustentáculo da ditadura fascista. No momento em que se desenvolvem na Europa perigosos fenómenos de racismo, nacionalismo, fundamentalismo religioso e populismo fascizante. No momento em que Balladur corteja o fascista Le Pen (é J. Chirac que o diz), os neofascistas de Fini se mascaram de «democratas», os populistas de Haider alcançam 22,6% nas eleições austríacas e na Alemanha (onde são inúmeras as denúncias de conivência do poder com os grupos racistas e neonazis) prossegue, com as perseguições ao PDS e novos julgamentos de ex-dirigentes da RDA, uma política de revanche anticomunista. E quando a insistência na política de Maastricht não só aponta para uma dramática regressão social como alimenta, pela via das imposições supranacionais, o desenvolvimento de nacionalismos populistas e demagógicos que foram precisamente causas principais do ascenso do nazi-fascismo.

A História não se repete. Mas para impedir que, sob uma ou outra forma, regresse o monstro que produziu Auschwitz e mergulhou o mundo na 2^a Guerra Mundial é necessário não perder de vista as lições da História.

■ Albano Nunes

Seminário Nacional sobre a Festa do «Avante!»

Uma discussão que percorreu todas as estruturas do PCP sobre o futuro da Festa do «Avante!» teve expressão nacional num Seminário realizado no passado sábado, na Cruz de Pau, onde sucessivas intervenções de militantes do Partido debateram questões gerais, como a inserção da Festa na vida do PCP, os problemas em torno da sua construção, as linhas mestras do programa político e cultural ou questões mais particulares, como o ambiente e imagem pública, o financiamento ou a promoção da Festa. Um debate cuja riqueza de ideias impede, como diria Fernando Vicente quando, nas suas funções de presidente da Mesa que dirigiu os trabalhos, deu por estes concluídos, que se tenha dado por concluída a discussão, devendo esta manter-se permanente entre todos os membros do Partido.

Presente neste Seminário esteve o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que aproveitou para proferir uma importante declaração política onde se referiu à moção de censura apresentada pelo Partido ao Governo: uma forma de dar no plano institucional a resposta a uma situação degradada, «dando expressão ao descontentamento de largas camadas da população e à necessidade de uma nova política, de esquerda, que sirva os trabalhadores, o povo e o país».

Carvalhas disse que o PCP procura também «dar expressão na Assembleia da República à luta das populações alentejanas» que ontem realizaram uma jornada de alerta pela Regionalização e o desenvolvimento, «numa altura em que na região há, segundo o cálculo dos sindicatos, mais de 40 mil desempregados, a maioria dos quais sem qualquer subsídio e em que o Governo em vez de responder a esta situação, entrega mais de 60 milhões de contos aos latifundiários».

Dar voz aos trabalhadores

Também dar voz aos trabalhadores que, através da CGTP, realizam uma jornada de luta e ao povo de Timor confrontado com o noticiado caso do apoio às Forças Armadas indonésias foram razões apontadas por Carlos Carvalhas para a apresentação desta moção de censura.

Sobre este caso, Carvalhas diria que ele «desacredita a diplomacia portuguesa. Como é que o Governo português vai criticar amanhã a Alemanha ou a Holanda por repararem submarinos indonésios ou por venderem material de guerra a este país?».

O secretário-geral do PCP considerou que «este não é só um caso que diz respeito ao ministro da Defesa ou ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Este é mais um caso que atinge o sr. Primeiro-Ministro e todo o Governo. E não é demitindo funcionários subalternos que o Governo repara esta vergonha».

Razões que Carvalhas acrescenta para justificar o objectivo do PCP: condenação da política de direita, dissolução da

Assembleia da República e convocação de eleições antecipadas.



Carlos Carvalhas aproveitou a realização do Seminário para proferir uma declaração pública sobre a situação política do país

Problemas novos exigem novas respostas

Mas regressemos ao debate realizado na Cruz de Pau neste Seminário Nacional sobre a Festa do «Avante!». Esta realização justifica-se por hoje se colocarem problemas novos que exigem o reexame colectivo e o debate de soluções, critérios e objectivos adoptados ao longo das 18 edições da Festa do «Avante!».

Num documento distribuído pelos participantes, que fazia o sumário da discussão já anteriormente mantida nas estruturas partidárias, escrevia-se a dada altura: «ao longo da sua existência, sobre o fundo cinzento das

Uma Festa com futuro



O debate registou opiniões sobre as matérias mais diversas que têm a ver com a realização da Festa

dificuldades impostas ao povo e ao país, a Festa tem sido um rasgão de imaginação, de criatividade, de valores democráticos, de solidariedade, de luta e de confiança na possibilidade de uma política diferente, numa vida e sociedade melhores. Grande iniciativa popular, a Festa não é indiferente às transformações que se têm verificado na sociedade portuguesa, onde, às naturais modificações se acrescentam perversos recuos democráticos e sociais, fruto da orientação imprimida ao país pelo poder político da direita».

Os reflexos deste debate vão já fazer sentir-se na fase de preparação que agora se lança da Festa de 1995 (que se realizará a 1, 2 e 3 de Setembro) mas, obviamente, o estudo mais apro-

fundado e cuidadoso das propostas apresentadas terá maiores

reflexos nas Festas subsequentes. No fundo, garantiu-se ser a

Festa do «Avante!» uma Festa com futuro.



Construir simples, melhor e diferente

Uma das preocupações diversas vezes levantada no Seminário sobre a Festa do «Avante!» dizia respeito à procura de novas soluções arquitectónicas e decorativas que contrariem a ideia de uma Festa igual às Festas anteriores. Para isso considerou-se ser indispensável a não fixação da localização de diversas organizações e estruturas e, sobretudo, a que não se verifiquem atrasos na apresentação e debate dos vários projectos de implantação, bem como a adopção de um conjunto de regras e condições de ocupação do espaço. Uma das novidades resultantes desta discussão é a de se encarar a possibilidade de alargar o espaço de construção da Festa à várzea, estreitando a sua relação com o rio, no ano de 1996, quando se comemoram simultaneamente o 20º aniversário da Festa do «Avante!» e o 75º aniversário do PCP.

Cada vez mais verde

A execução de um programa de medidas de tratamento, protecção e expansão dos espaços verdes e de arborização, na linha do que já tem vindo a ser feito, é uma das ideias resultantes do Seminário sobre a Festa: «tal pressupõe a construção de redes permanentes de água, esgoto, energia e telefones, de caminhos e iluminação pública e outras infra-estruturas que assegurem a correcta defesa do solo e do manto vegetal e permitam o seu completo usufruto pelos visitantes», lia-se no documento distribuído aos participantes.

Trata-se da concepção de uma Festa que, realizada em terreno próprio - sem as inerentes incertezas quanto ao local de

construção -, respeita as exigências da inscrição da Quinta da Atalaia no Plano Director Municipal do Seixal, onde se impossibilita a construção de edificações permanentes.

O respeito pela modelação do terreno, a ausência de movimentações de terras e alvenarias, são exigências que acabam por moldar a própria construção da Festa, tendo inúmeras intervenções feitas no debate defendido o prosseguimento dos trabalhos de arborização e a melhoria das vedações exteriores.

Simplificação da construção com diversificação, normalização e padronização de elementos construtivos a utilizar, foram ideias que ficaram, considerando-se que tal não é incompatível - pelo contrário - com a melhoria da qualidade da Festa.

O trabalho militante

Sublinhado foi a importância do trabalho militante e a necessidade de um melhor planeamento e aproveitamento das jornadas de trabalho, sendo necessário intensificar entre os militantes do Partido, da JCP e os amigos da Festa a «evidente capacidade mobilizadora no processo da sua construção».

Melhorar as condições de trabalho, segurança e de apoio aos que constroem a Festa e aos que asseguram a sua realização durante os três dias da iniciativa, é objectivo a alcançar, bem como a realização de iniciativas de debate, cultura e convívio que contribuam para o enriquecimento pessoal dos que edificam durante semanas as sucessivas edições da Festa.



Programa político e cultural Em favor da diversidade

Grande parte da discussão da tarde de sábado mantida no Seminário sobre a Festa do «Avante!» centrou-se nas grandes orientações do programa da iniciativa. Conciliar de forma equilibrada a capacidade de atracção de grandes massas de público com uma responsável intervenção política e cultural foi o objectivo dessa parte do debate.

Um dos parágrafos fundamentais, sobre esta matéria, escritos no documento distribuído aos participantes - resultado da discussão prévia mantida nos organismos partidários - assinalava já ter-se considerado que «um programa político e cultural com conteúdo diversificado, em que se conjugue a iniciativa central com a das organizações regionais, sectores e frentes, é uma direcção de trabalho que importa concretizar».

Com esse objectivo o Seminário acentuou a necessidade de serem levados a cabo um melhor acompanhamento e uma efectiva coordenação das iniciativas políticas e culturais previstas, que se adoptem medidas para encorajar a sua concretização e que se contra-

riem ideias que levam à quebra da participação política e cultural das regiões, descaracterizando a Festa.

Por outro lado, sugeriu-se a elevação das formas de participação dos convidados estrangeiros e a valorização das campanhas de solidariedade que têm vindo a ser feitas na Festa.

Continuar a discussão

As intervenções produzidas ao longo do debate avançaram várias propostas nesta área: responsabilizar as regiões para que tragam à Festa a sua realidade política, social e cultural; valorizar a componente política da Festa, a todos os níveis; continuar a discussão sobre a duração e horário do comício; renovar as exposições políticas; melhorar as instalações do Avanteatro e pugnar por um programa cultural de espectáculos que tenha em conta a diversidade de expressões culturais bem como a social e etária dos visitantes.

O Seminário encarou a hipótese da adopção de formas de

estímulo às organizações que mais se destaquem, nomeadamente na qualidade e concepção do espaço, na presença política e cultural das regiões, na gastronomia e artesanato, componentes que se consideram essenciais e «objecto de preocupação permanente de todo o Partido».

Constatada a elevada qualidade da participação dos artistas plásticos na Festa - seja através da Bienal, seja na decoração geral - os participantes no Seminário defenderam a ideia de valorizar e estimular esta participação.

A imagem pública da Festa foi igualmente discutida, tendo sido unânime a consideração de ser indispensável a sua defesa e valorização, o que passa por uma melhoria geral do seu funcionamento e pela garantia de melhores condições de conforto e segurança dos seus visitantes.

Temas que se entendeu não se darem como assuntos de discussão concluída, apelando-se ao permanente debate de ideias em todo o Partido para uma efectiva renovação e melhoria da Festa.

Dar a conhecer a Festa e a EP

Exigências novas têm-se colocado à Festa no plano da sua promoção. Ao longo dos anos, o papel e o contributo, considerado no Seminário fundamental e decisivo, do órgão central do Partido - este mesmo «Avante!» que dá nome à Festa - na promoção e divulgação da iniciativa, tem sido acompanhado, entre outros, pela publicidade nos meios de comunicação social, a edição de cartazes e panfletos e o lançamento de uma revista-programa da responsabilidade da Redacção do nosso jornal.

No entanto, o seminário considerou que a promoção e propaganda da Festa é uma responsabilidade não só da direcção da Festa, mas também das organizações regionais do Partido, utilizando os mais diversos meios partidários e intervindo nos meios de comunicação social de expansão nacional e regional.

Sob este aspecto algumas intervenções sublinharam as experiências positivas de colaboração com rádios locais e os reflexos imediatos no aumento no número de vendas de EP's em determinadas regiões.

Reconhecendo a importância das provas e iniciativas desportivas antecedentes à Festa como um valioso contributo à sua promoção, o Seminário considerou ainda a tomada de medidas para dar

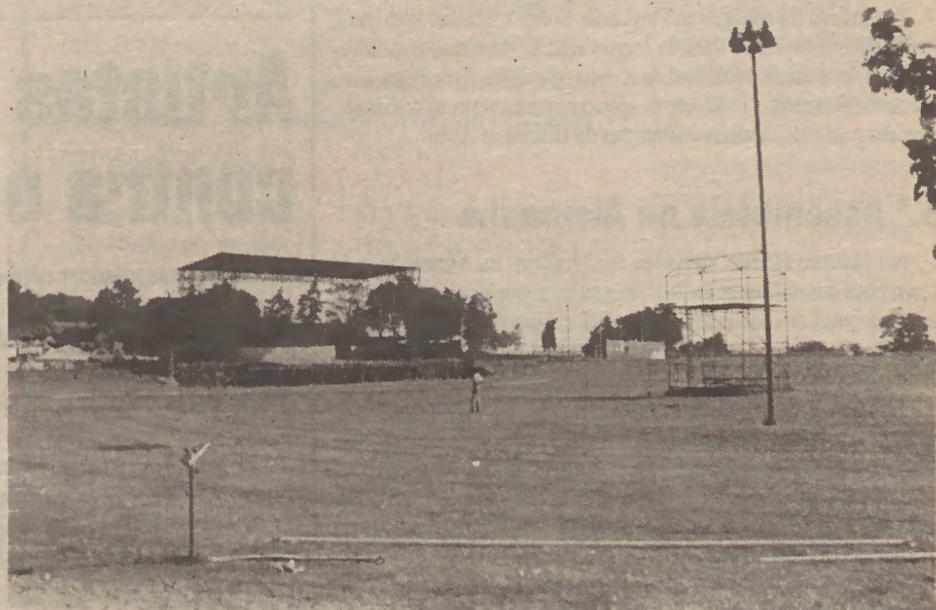
a conhecer a Festa após a sua realização, de forma a contrariar o que algumas intervenções consideraram de linhas de apagamento e desvirtuação levadas a cabo por parte de alguns órgãos de comunicação social.

A necessidade de divulgar com maior antecedência e destaque o programa, espectáculos, transportes e acessibilidades foi uma das conclusões do debate que se manifestou também no sentido das organizações regionais terem mais iniciativa própria nesta matéria.

Associado a esta questão surge igualmente a venda antecipada da EP, largamente debatida durante os trabalhos do Seminário.

Sobre este aspecto, salientou-se várias vezes que a EP é não só um bilhete de ingresso para os três dias da Festa mas tem igualmente um carácter de título de solidariedade com ela e com o Partido, sendo ainda um instrumento de animação da actividade política e de contacto com eventuais visitantes.

Por outro lado, foi referido que só uma significativa venda antecipada da Festa permite assegurar a sua realização regular pois esse é o financiamento fundamental da iniciativa, um autêntico «seguro de vida» que previne eventuais prejuízos com intempéries ou outro tipo de contratempus.



O futuro da Festa foi discutido no passado sábado

Uma tarefa de todo o Partido

Uma das linhas de força da discussão travada neste Seminário foi a de encarar a Festa como uma iniciativa da responsabilidade de todo o Partido, devendo ser inserida no programa de actividades de todas as estruturas e organizações partidárias. «Considera-se fundamental o reconhecimento de que a realização da Festa e a indispensável elevação dos níveis de qualidade e capacidade de atracção é cada vez menos conciliável com o improvisado e a falta de organização», lê-se no documento apresentado à discussão do debate realizado, no sábado, no Seixal.

Muitas intervenções dos participantes no Seminário sublinharam a necessidade de reforçar e melhorar o conteúdo político e cultural da Festa, mesmo que em detrimento de hipotéticos resultados financeiros mais favoráveis.

«Dar mais atenção e organização ao acompanhamento político dos visitantes e às potencialidades do recrutamento de novos militantes» é uma das orientações adoptadas. Uma preocupação que, sabendo-se serem cerca de 60 por cento os visitantes da Festa com menos de 30 anos, aponta para a necessidade de se aprofundar o estudo no sentido de elevar a capacidade motivadora do ambiente da Festa junto da juventude.

Mostra dos ideais comunistas

Por outro lado, o Seminário confirmou a preocupação, sempre expressa, de que a Festa tem de reflectir o Partido tal como ele é. Uma «grande mostra dos nossos elevados ideais comunistas e dos valores profundamente democráticos que transportamos, testemunho de um projecto de vida e de sociedade por que vale a pena lutar», lê-se no documento já citado.

O debate, reconhecendo dificuldades - reflexo de insuficiências próprias e da actual situação da sociedade portuguesa, após 18 anos de constante ofensiva da política de direita -, demonstrou a existência em torno da Festa de «potencialidades e vontades, capazes de ajudar a minorar e vencer obstáculos».

Uma realidade constatada neste seminário, diz respeito à capacidade da Festa de enquadramento do trabalho de muitos militantes do PCP: «Foi possível apurar a existência de inúmeros camaradas cuja única participação militante no trabalho do Partido é dada no âmbito da preparação e concretização de tarefas ligadas à Festa. Em diversas localidades, existem grupos de amigos da Festa, constituídos por membros do Partido e outros cidadãos que se mobilizam e organizam para participar na Festa.»



Debate na Covilhã

Sob o lema «Para uma nova política, desenvolver o distrito», realizou-se no passado sábado, na sala da Assembleia Municipal da Covilhã, um debate que juntou centena e meia de participantes e contou com a presença de João Amaral e Joaquim Miranda, João Prata e os independentes Fernando Paulouro, jornalista, e Pedro Guedes, economista.

A sessão, presidida por Armando Morais, responsável pela DORCB, foi marcada por um diálogo aberto, com presença significativa de pessoas sem filiação partidária. Os oradores abordaram os temas da agricultura e do desenvolvimento rural, a formação na educação, os fundos comunitários, as regiões do interior e a política do Governo, a regionalização como factor de desenvolvimento e a cultura como parte integrante do desenvolvimento.

Desenvolver o Vale do Sousa

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Paredes do PCP, tem lugar no próximo sábado um debate sobre «Regionalização e Desenvolvimento do Vale do Sousa - Soluções para os problemas locais» que conta com a participação de Emídio Ribeiro, da Comissão Política, Ilda Figueiredo, da DORP e vereadora da CDU na CM do Porto, e Cristiano Ribeiro, da Concelhia de Paredes.

Os comunistas pretendem chamar a atenção para o «atraso estrutural de uma vasta região que tem cerca de 300 mil habitantes» com graves carências ao nível do abastecimento de água, redes de saneamento, vias de comunicação, equipamentos escolares e de Saúde pública.

A concelhia do PCP recorda que apresentou um conjunto de importantes propostas de investimento a serem incluídas no PIDDAC de 1995, que foram inviabilizadas na Assembleia da República pelo voto contra do PSD e do CDS e a abstenção do PS.

AECOD entrega apoio monetário

A AECOD, Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas entregou recentemente à Junta de Freguesia de Pedrido um montante de 400 contos para apoiar o arranjo urbanístico do Choupal, junto ao Douro. Trata-se de uma área de lazer daquela freguesia do concelho de Castelo de Paiva, onde se localizam as minas do Pejão.

O donativo foi entregue ao Presidente da Junta, Manuel Rodrigues, por António Salavessa e Ricardo Jorge Cardoso, membros, respectivamente da Assembleia Municipal de Aveiro e Santa Maria da Feira. Com este apoio ascendem a 1100 contos, apenas neste mandato, as verbas distribuídas pela CDU a várias instituições do Distrito de Aveiro.

5.ª Assembleia na Alemanha

No passado sábado, decorreu em Mindem, na Alemanha, a 5ª Assembleia dos militantes do PCP emigrantes naquele país. A iniciativa reuniu dezenas de camaradas que se deslocaram de diferentes regiões para debaterem a actual situação da organização, as perspectivas de trabalho para o ano em curso e a composição do organismo de direcção.

Para além da importância do reforço da ligação com a comunidade portuguesa nos locais de trabalho e associações, foi dada especial saliência ao trabalho de preparação das próximas eleições legislativas, ao recrutamento e ao aumento da divulgação da imprensa do Partido. Os presentes definiram ainda os objectivos concretos da organização na Campanha Nacional de Fundos.

Após a assembleia, que contou com a participação dos camaradas Blanqui Teixeira, do Secretariado do CC, e João Armando, do CC e da Direcção do Organismo de Emigração, teve lugar um jantar-convívio.

Novas freguesias no Seixal

Em comunicado distribuído à população, a Comissão Concelhia do Seixal do PCP anuncia que «vai levar ao Grupo Parlamentar comunista a necessidade de propor na Assembleia da República a criação das freguesias da Cruz de Pau, Miratejo e Torre da Marinha».

A mesma nota recorda as posições assumidas pelo PSD, CDS e PS contra importantes propostas apresentadas pelo PCP durante o debate do Orçamento de Estado e que previam, por exemplo, uma verba de 25 mil contos para a construção da ponte Barreiro-Seixal, entre outras infra-estruturas e equipamentos para o concelho.

O texto alerta ainda para a degradação da situação social, destacando a ameaça de desemprego na ALLO PORT, as condições de trabalho no hipermercado Continente, «a fazer lembrar os finais do século XIX», a destruição da Siderurgia Nacional, cuja administração se recusa há anos a negociar o Acordo de Empresa, e a discriminação salarial de que são vítimas os trabalhadores da Rodoviária Sul do Tejo.

Funchal

A Comissão Concelhia do Funchal alertou, em recente conferência de imprensa, para a situação irregular do presidente da Câmara daquele concelho da Madeira, que acumula as funções de vice-presidente da Assembleia Legislativa Regional. Segundo os comunistas, Miguel Albuquerque está a receber o salário de vice-presidente da ARL, cerca de 600 contos, enquanto publicamente afirmou que iria estar a tempo inteiro ao serviço da Câmara. «A ser assim, deve receber de acordo com essa actividade, ou seja, cerca de 400 contos», afirmam os comunistas que consideram inadmissível o comportamento do autarca.

Fazendo críticas profundas à actividade da autarquia, o PCP anunciou que até final do mês de Fevereiro irá realizar cerca de 20 iniciativas de contacto directo com as populações, nomeadamente com os moradores dos bairros camarários.

Competitividade em debate no Porto

Cerca de uma centena de pessoas, em grande parte economistas, participaram no debate «Competitividade, Desigualdades e Modelos de Desenvolvimento» que a DORP do PCP levou a efeito na passada sexta-feira, no Porto.

Introduziram o tema os camaradas Sérgio Ribeiro, deputado do PCP ao Parlamento Europeu, Carlos Pimenta, professor da Faculdade de Economia do Porto, e Ilda Figueiredo, vereadora do PCP na Câmara Municipal do Porto, sendo moderador Valdemar Madureira, director da Alfândega de Leixões.

O interesse e oportunidade deste debate tiveram tradução na diversidade e vivacidade das intervenções que incidiram sobre as consequências da absolutização da competitividade nos direitos sociais, no desenvolvimento e nos comportamentos humanos.

O camarada Carlos Pimenta, que distinguiria entre concorrência e competitividade, considerou que as escolas liberais tinham transformado esta não num instrumento de desenvolvimento económico mas numa forma superior de organização da sociedade.

No seu enquadramento capitalista, o crescimento económico tem significado

desigual na distribuição de rendimentos, aumento dos desequilíbrios e da miséria e da fome, registando-se um peso cada vez maior da economia subterrânea, designadamente do narcotráfico e dos armamentos. Os imperativos da «racionalidade» económica vão invadindo todas as esferas da vida humana, condicionando a estética, o lúdico, o amor, a solidariedade.

Por outro lado, os verdadeiros centros de decisão escapam cada vez mais ao controlo directo ou indirecto dos cidadãos e por isso o Estado — nação, a pátria, têm de ser encaradas de novo como instrumentos de luta política.

O camarada Sérgio Ribeiro sublinhou que para muitos empresários, competitividade tem significado apenas a busca de mais baixos salários. Por isso, as multinacionais não cessam de deslocar as suas empresas de país para país na procura de mais facilidades de exploração de mão-de-obra e subsídios dos governos. A propósito, referiu que em termos reais os salários em Portugal, conjugados com a produtividade e a inflação, têm diminuído acentuadamente. A cartilha da competitividade tem-se traduzido no facto da força de trabalho ficar uma mercadoria igual às outras, no ataque ao «estado-providência», ao

direito ao descanso, a abolição de todas as normas, recordando o conteúdo essencial do Livro Branco: «moderação salarial», desregulamentação e desprotecção social.

A camarada Ilda Figueiredo referiu-se às incidências concretas do problema, à mentalidade de certos empresários, outrora sobreprotegidos, a uma certa retórica dominante e oficiosa que a realidade vai desmentindo. O próprio Relatório Porter veio afirmar que alguns sectores da vida nacional podiam ser defendidos. Necessária é uma melhor qualificação da mão-de-obra.

Muitas intervenções abordaram o problema da informação e da cultura dos empresários.

Entre os caminhos apontados para a superação das dificuldades actuais foram referidos a maior participação política dos cidadãos, a utilização das instituições democráticas, designadamente tendo em conta as «auto-estradas comunicacionais», a utilização das organizações internacionais como a OIT e a OCM, a melhor formação dos empresários e trabalhadores.

Como diria Carlos Pimenta, a finalizar, «existem os meios técnicos de resolvermos os problemas sociais. Mas não se trata de reformar o sistema, mas sim de alterá-lo».

Artistas plásticos contra o bloqueio a Cuba

106 artistas plásticos ofereceram 327 trabalhos em formato postal, para uma exposição — com venda em leilão, que decorreu durante uma semana nas instalações da Cooperativa Artística Árvore, no Porto, e que foi organizada conjuntamente com a comissão regional contra o bloqueio — solidariedade com o povo de Cuba.

Perto de 2 mil pessoas visitaram a exposição, participaram na organização e nos três dias de leilão.

A qualidade plástica das obras expostas foi de grande relevo, como foi reconhecido por vários órgãos de comunicação social, a que não foi estranho a participação de artistas como José Rodrigues, Sisa Vieira, Jorge Pinheiro, Armando Alves, Ângelo de Sousa, Jaime Azinheira, Amândio Silva, Souto Moura, Armanda Passos, António Fernando, Helena Gomes, Ana Silva, Manuela Bacelar, Mário Américo, Roberto Machado, Isabel e Rodrigo Cabral, Américo Moura, Acácio Carvalho, Manuela Bronze, Emericiano, para referir apenas alguns, assumindo a injustiça de não assinalar outros igualmente credenciados assim como jovens pin-

tores, ainda que menos conhecidos, contribuíram com valiosos trabalhos.

No leilão, que decorreu durante três dias, somando mais de 12 horas, foram licitados e vendidas mais de 250 obras, com a presença de centenas de pessoas, foram apurados mais de 4000 contos, tendo variado os preços dos postais/originais licitados entre os seis e os setenta e cinco mil escudos.

O embaixador de Cuba, durante a sua visita exposição em convívio com os artistas participantes e organizadores, agradeceu esta criativa manifestação, referindo a feliz escolha da arte postal, pois só assim poderia ter sido possível juntar tantos artistas e tantos trabalhos num mesmo espaço e permitir que com a linguagem que dominam, com a sua arte, realizar uma tão bela e significativa acção de solidariedade com o povo cubano. De facto, durante uma semana, a beleza da pintura e da solidariedade fundiram-se, no convívio e no estímulo a novas acções contra o bloqueio norte-americano, na amizade para com o povo cubano.

Alterações na Casa do Douro prejudicam agricultores

As já anunciadas alterações nos Estatutos da Casa do Douro têm consequências nefastas para a região e a sua população, considera a Direcção Regional de Vila Real do PCP, que esteve recentemente reunida em plenário.

Como refere em comunicado, a mudança nos estatutos foi feita «contra a opinião e as reclamações repetidamente manifestadas por muitos milhares de pequenos e médios agricultores durienses e suas organizações representativas», afirma a DORVIC.

Apontando a «progressiva desertificação das nossas aldeias e novamente o crescimento da emigração», como sinais evidentes da profunda crise que atinge o distrito, o PCP acusa o Governo do PSD/Cavaco Silva de prosseguir a «sua ofensiva destrui-

dora e de verdadeiro esbulho das riquezas naturais da região, em benefício de meia dúzia de compadres, das multinacionais agro-alimentares e das suas clientelas políticas».

Como exemplo, denuncia «as tentativas de apropriação ilegítima e ilegal das riquezas florestais do baldio de Dornelas, a que os compartes e conselho directivo se têm oposto com importantes acções e mobilização popular».

Por outro lado, a DORVIC considera «deveras preocupante» o anunciado corte de 20 por cento das verbas previstas para a sanidade animal, numa região em que grassam várias epidemias.

Aliás, depois de analisados o Orçamento para 95, as transferências para as autar-

quias locais e os projectos considerados no 2º Quadro de Apoio Comunitário, o PCP conclui que se acentuarão cada vez mais as assimetrias entre Vila Real e os distritos litorais.

A DORVIC aprovou ainda um conjunto de iniciativas integradas no «Debate com o País», de que se destaca um Encontro sobre «A defesa do mundo rural no quadro de uma política de desenvolvimento» marcado para Março próximo, e que conta com a presença de Carlos Carvalho, Agostinho Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do PCP, de deputados da AR e do Parlamento Europeu. De referir, por último, que a DORVIC lançou uma campanha de fundos para a compra de uma sede distrital.

Desemprego dispara no Algarve

«O Algarve situa-se hoje como uma das regiões do País mais afectadas pelo desemprego», conclui uma análise do Executivo da DORAL do PCP, cujo texto publicamos de seguida:

«Em ritmo crescente, o número de desempregados inscritos nos vários Centros de Emprego tem vindo a aumentar cada mês, atingindo no final de Novembro cerca de 17 000 pessoas, aproximadamente 14% da população activa. Números que estão longe de reflectir toda a realidade porque nem todos os desempregados se inscrevem nos Centros de Emprego, um número significativo já perdeu direito ao subsídio de desemprego e em cada mês é abatido um número significativo de inscritos com base em discutíveis critérios administrativos.

Só no mês de Novembro inscreveram-se mais de 4000 pessoas à procura de emprego o que representa um crescimento de 63% em relação ao mês anterior.

O núcleo mais significativo dos desempregados é constituído por gente adulta, numa faixa etária dos 25 aos 49 anos, sem

formação profissional nem preparação cultural de base, gente adulta, com responsabilidades familiares adquiridas nos quais as mulheres representam mais de 60%. Para além disso, 26% dos desempregados procuram emprego, sem sucesso, há mais de um ano o que evidencia a gravidade da situação e a extraordinária dimensão social que envolve. Gravidade acentuada pelo facto de se estarem a verificar enormes atrasos, três meses ou mais, por parte da Segurança Social no pagamento dos respectivos subsídios.

O número de desemprego existente e o seu sucessivo agravamento tem causas que são marcadamente estruturais, associadas inequivocamente à destruição da actividade produtiva na indústria, na construção civil, nas pescas, na agricultura, factores aos quais se podem somar as características forte-

mente sazonais que marcam a actividade ligada ao turismo, hoje o principal sector económico da região. Exemplo do que se afirma é demonstrado pelo facto de, ao número crescente de desempregados se verificar simultaneamente um decréscimo na oferta de possibilidades de emprego cujo número atingia, em finais de Novembro, insignificantes 153 postos de trabalho.

É pois a expressão do profundo fracasso dos modelos de desenvolvimento económico que foram impostos à região pela política do actual Governo, executada com todo o zelo particularmente pela Comissão de Coordenação do Algarve — CCRA — que está em causa. Tanto mais que as opções que estão consagradas no Plano de Desenvolvimento Regional instrumento que consagra as grandes linhas da política do Governo para a região até final do século são, no fundamental, um repositório da mesma política em relação ao desenvolvimento do Algarve».

Associação de Municípios do Norte Alentejano

PCP lamenta atitude demissionista

A Direcção Regional de Portalegre lamenta que os eleitos do PSD no distrito tenham optado por não integrar os órgãos da Associação de Municípios do Norte Alentejano, «quando nada o fazia prever e sem argumento razoável».

Condenando as «atitudes demissionistas» face às responsabilidades assumidas, os comunistas acusam aqueles autarcas de se revelarem «mais seguidores da estratégia partidária do que lutadores pelo interesse das populações».

Contudo, a mesma nota sublinha que «o PCP espera que os eleitos do PSD, na possibilidade que ainda têm, na Assembleia Intermunicipal de

26 de Janeiro, reconsiderem a sua posição e se integrem no movimento dos Municípios do Norte Alentejano, trabalhando e honrando os seus compromissos.

Os comunistas reafirmam como orientação «reforçar ainda mais a sua intervenção para que a Associação cumpra as suas funções, em defesa dos projectos que permitirão o desenvolvimento do distrito e do Alentejo e que tenha uma actualização isenta ao serviço dos Municípios e na gestão dos seus recursos humanos e financeiros, combatendo qualquer tipo de objectivos que pretendam promoções pessoais ou partidárias».

Desportivo da Quimigal pertence à população do Barreiro

A Comissão Concelhia do Barreiro do PCP defendeu, em conferência de imprensa realizada na passada semana, que os terrenos, instalações e equipamentos do Grupo Desportivo da Quimigal são pertença do Grupo e da população do Barreiro.

Esta posição dos comunistas decorre das conclusões de um Encontro realizado no passado mês de Dezembro sobre o Movimento Associativo no

concelho, e traduz as incertezas que, na sequência do processo de privatização da Quimigal, pairam sobre o futuro das instalações do Grupo Desportivo.

Para o PCP, as instalações do Grupo constituem há décadas um «válido pólo desportivo da população barreirense», pelo que reclama o reconhecimento desta situação.

O citado Encontro reflectiu as dificuldades e aspirações

do movimento associativo no concelho do Barreiro, onde em 1998 será assinalada a passagem dos 150 anos da criação da primeira colectividade. Durante este ano de 1995, comemoram o 125º aniversário a SIRB - «Os Penicheiros» e a SDUB - «Os Franceses», efemérides que só por si falam das grandes tradições que o associativismo tem no Barreiro.



Marinha Grande

A luta e as palavras

Na semana passada, por circunstâncias impostas pelo fecho da edição do nosso jornal, apenas o discurso do secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, no comício da Marinha Grande, foi aqui reproduzido. Mas não foram esquecidas as outras vozes que ali, na homenagem ao 18 de Janeiro e à luta actual dos vidreiros marinhenses, se levantaram. Recordamo-las hoje, em extractos das suas intervenções.

Ninguém ignora que, contra o Movimento operário e a sua luta pela defesa dos salários, do direito ao trabalho e por uma sociedade mais justa, mais humana e mais fraterna, se desenvolve uma mistificadora campanha e uma vasta ofensiva, que tem no governo de Cavaco Silva a sua genuína expressão em Portugal, mas também nos governos socialistas por essa Europa fora. Apologistas da economia de mercado sem regras uns, com algumas regras, poucas, outros, mas todos eles defensores da nova bíblia do capital, onde a sacrossanta «competitividade» agora erigida em novo Deus justifica o restaurar do poder absoluto do patronato e intensificar a exploração de quem trabalha. Receituário que vem significando cada vez mais desemprego, menos salários, mais flexibilidade do mercado de trabalho, isto é, mais trabalho precário, mais instabilidade, menos direitos, mais poder discricionário para o patronato despedir.

A ideologia que suporta esta ofensiva e os interesses que sustentam estas teses têm na nossa terra atentos, venerandos e compreensivos seguidores. São obviamente os Carlos Anteros na sua expressão mais grosseira, que escudados na complacência e incentivo do poder da direita, pensava chegar à reestruturação da sua empresa e do sector, à custa do sacrifício do salário dos trabalhadores

para depois e sem qualquer remorso de consciência os mandar para o desemprego com centenas de contos em dívida que nunca pagaria, repetindo o que já fez a 27 dos seus trabalhadores.

Mas também são obviamente aqueles mais sofisticados e quantas vezes hipócritas que arvorados em «protagonistas» na sombra ou nas instituições, líderes de opinião ou empresários de sucesso enchem semanários e revistas de asneiras acerca da Marinha Grande, da luta dos trabalhadores e do seu Partido. (...)

■ Sérgio Moiteiro

Esta não foi a primeira vez que os vidreiros da Marinha Grande deram ao País, verdadeiros exemplos de capacidade de luta.

Não foi com toda a certeza também a última. Aos cortes de estrada e da via férrea, formas de luta pacíficas e ordeiras, mas firmes e determinadas que mais não visavam demover o patrão e o Governo, respondeu este, como se fosse um bando de caceteiros, com brutais cargas policiais sobre os trabalhadores da MP Roldão e os marinhenses indiscriminadamente. Por momentos, fomos levados a interrogar-nos se não estaríamos ainda sob o regime ditatorial de Salazar e Caetano. Mas face à coragem da população, fomos também levados

a pensar que afrontando a violência terrorista herdeira do antes do 25 de Abril, estavam os legítimos herdeiros do heróico levantamento do 18 de Janeiro de 1934. (...)

Nesse dia 28 de Dezembro e na extraordinária manifestação do dia 29, o povo marinhense demonstrou com a coragem e a dignidade que o caracteriza, que não se deixou vergar nos 48 anos de ditadura fascista, muito menos se deixará vergar agora.

Não posso deixar de realçar aqui a acção do nosso Sindicato na direcção da luta. Mas também o apoio activo e solidariedade dos comunistas marinhenses e de todo o Partido de norte a sul do país.

Agora que uma importante batalha foi vencida, devemos ter presente que outras batalhas se vão seguir. O patronato e o governo não vão desistir de tentar despedir centenas de trabalhadores cristaleiros. Não vão desistir de fazer a reestruturação da cristalaria exclusivamente à custa de quem trabalha. Mas camaradas, depois da grande capacidade de resistir, de luta e de vencer patenteada pelos trabalhadores da MP Roldão já nada será como dantes. A nós, cabe-nos a responsabilidade de continuar a demonstrar que não é possível fazer como antes desta luta estavam a pensar fazer. Nós pensamos que a reestruturação do sector cristaleiro se pode e deve fazer tendo como primeira preocupação os factores humanos e sociais, o direito ao trabalho e ao salário pago atempadamente.

Mas para que tal se cumpra, é preciso que os trabalhadores do sector estejam atentos, unidos e dispostos a lutar.

■ Dorinda Matias

Pela regionalização e desenvolvimento Alentejo alerta o País

A Direcção Regional de Beja do PCP manifesta em comunicado o seu apoio à iniciativa prevista para ontem, entre as 16 e as 18 horas, em cada concelho alentejano, do Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento. Numa nota distribuída à imprensa, divulgando as principais conclusões da sua recente reunião, a DORBE do PCP apela à mobilização dos comunistas do distrito para esta acção unitária, salientando os justos objectivos em causa: «a criação de Regiões Administrativas previstas na Constituição da República, que iria possibilitar uma maior participação dos alentejanos na resolução dos seus problemas e a construção acelerada do desenvolvimento do Alentejo.

Na sua análise da situação económica e social, a DORBE chama a atenção para a «Pirites Alentejanas», em Aljustrel, empresa que continua encerrada, enquanto os mineiros, com o termo em Março das acções de formação profissional, estão ameaçados de perder os seus postos de trabalho.

Considerando inaceitável que a «Pirites Alentejanas»



O PCP exige a criação de um plano de intervenção e combate à seca

possa ser encerrada, até porque as cotações do cobre e de outros minérios têm vindo a subir no mercado internacional, o PCP exige uma solução que salvaguarde os legítimos interesses dos trabalhadores.

Sustentando que o problema do desemprego não se resolve com meros paliativos, a DORBE recorda que os programas ocupacionais, os chamados POC's, terminaram e que está se aproxima do fim a época da apanha da azeitona,

circunstâncias que vêm agravar ainda mais o problema dramático dos mais de 40 mil desempregados do Alentejo.

A não menos grave situação de seca que pelo quarto ano consecutivo atinge o Alentejo, foi igualmente analisada pela DORBE que vê com preocupação as consequências do flagelo na agricultura, pecuária, no abastecimento público de água, e em todas as esferas da vida das populações e da economia regional.

Para fazer face às enormes carências de água, a DORBE exige que o Governo «avance rapidamente com o Alqueva, Enxoé e outras barragens e projectos hidráulicos aprovados, e disponibilize com carácter de urgência meios humanos, financeiros e materiais que permitam enfrentar a curto prazo os efeitos da seca, já catastróficos em algumas zonas, bem como levar à criação de um plano estratégico de intervenção e combate à seca, a médio prazo».

Comunistas denunciam Irregularidades no Hospital do Barreiro

Um comunicado divulgado pela Célula do PCP no Hospital Distrital do Barreiro exige que seja feito um «inquérito rigoroso a toda a gestão» do estabelecimento, sobre a qual paira «um mar de suspeições».

Concretamente, a Célula acusa os gestores de «incapacidade» referindo que «nos concursos que tem havido basta ser membro do PSD para ganhar os mesmos», registando-se «irregularidades processuais e trabalhadores ilegalmente excluídos».

Os comunistas acrescentam que os órgãos de coordenação técnica não funcionam, sublinhando que «a Comissão Técnica esteve dois anos sem reunir, o Conselho Técnico mais de um ano (...) e o próprio Conselho Geral do Hospital raramente reuniu».

Deste modo, o plano anual do Hospital só uma vez foi apresentado ao Conselho Geral, em Outubro 1993, enquanto o de 1994 «ainda hoje não é conhecido».

O ambiente de trabalho é considerado «insuportável» havendo «má-fé em relação aos trabalhadores, perseguição,

constantes atropelos à legalidade, falta de condições de trabalho, o que tem motivado a saída de médicos, enfermeiros e outros funcionários», denunciam a célula do PCP.

Indicando os naturais reflexos desta situação na qualidade do serviço prestado, os comunistas elegem como exemplo «caricato o facto de existir uma ala de internamento pediátrico para 30 camas que nunca funcionou desde a data de abertura do Hospital, em 1985».

Também as normas de higiene e segurança no trabalho não são cumpridas, alegadamente por falta de dinheiro, caso da vacinação de certos trabalhadores, sendo o mesmo argumento utilizado para justificar que a «única ambulância existente esteja muitas vezes parada por falta de materiais para a reparar».

A todas estas graves deficiências de funcionamento, os comunistas acrescentam suspeitas de corrupção na morgue e na lavandaria, cuja exploração está entregue a uma empresa privada que pertence a uma funcionária do Hospital, a qual, embora receba salário como trabalhadora do Hospital, na prática, «é funcionária da empresa e nada faz ao serviço do Hospital».

Os números do desemprego em Gaia

O desemprego em Vila Nova de Gaia aumentou 31 por cento entre Outubro de 93 e o mesmo mês de 94, sublinha a Comissão Concelhia do PCP, citando os números oficiais conhecidos. «Mais de 11.500 trabalhadores estão no desemprego e milhares têm o seu posto de trabalho ameaçado face aos processos de viabilização e de recuperação em curso».

Como exemplos a Concelhia refere: «no sector metalúrgico encerraram a empresa "Crawler", que empregou 150 trabalhadores, a "Correira Miranda &

Rodrigues", com 155 postos de trabalho e a "Soc. Portuguesa de Trefilaria", com 45; foi à falência a "Jotocar" com 365 trabalhadores, e a "Salvador Caetano" extinguiu mais de 300 empregos».

«No sector têxtil encerraram a "Têxtil da Aguda", com 400 trabalhadores, a "Estamparia de Lavadores", com 229, e "a Bosch & Baylina" que empregou 160 pessoas».

O PCP chama a atenção para que nos «Tapetes Arraiolos» são pagos salários inferiores ao salário mínimo nacional, enquanto a precariedade do traba-

lho atinge níveis escandalosos na empresa «Ysaki Saltano». No conjunto das suas fábricas de Ovar e Serzedo/Gaia estão 5.336 trabalhadores, dos quais 3.310 contratados a prazo. Acresce que o subsídio de alimentação é de apenas 367 escudos, em vez de 520 escudos como exige o contrato colectivo de trabalho.

No concelho, encerraram igualmente empresas de construção civil e de vestuário, com destaque para as «Confecções Ispoma, que tinha 280 trabalhadores.

Setúbal Incineradora é perigosa

Na sequência da divulgação dos estudos de impacto ambiental decorrentes da eventual instalação na Freguesia do Sado de uma incineradora de resíduos industriais perigosos, a Concelhia de Setúbal do PCP reafirma a posição já assumida e apela ao movimento de opinião pública e a cada cidadão em particular para que, no prazo agora iniciado para auscultação, se manifeste contra aquele equipamento.

O PCP insiste na necessidade dos responsáveis da Câmara Municipal convocarem a Comissão de Acompanhamento a este processo e exigirem do Governo o conhecimento do caderno de encargos que assinou com uma empresa estrangeira para a construção em Portugal da incineradora.

Relativamente aos estudos realizados, os comunistas citam as conclusões da Universidade de Aveiro, do Instituto de Ciência Aplicada e Tecnologia, da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto que constata a existência de «uma reacção negativa (muito significativa) da população ao projecto, reacção que se explica não apenas pela sensibilidade da população local mas também pelas características do projecto e historial do processo de decisão sobre a respectiva localização».

O estudo afirma mais à frente que «um aspecto crítico a nível local» resulta da «enorme carga poluente, sobretudo em metais pesados, que é descarregada pela unidade no Estuário do Sado (...) afectando sobretudo a fauna e flora».

As conclusões indicam mesmo que estão em causa muitas «espécies dependentes do meio aquático, nomeadamente a águia sapeira, a garça vermelha, a cegonha branca (que constam das Convenções de Berna e Bona) como espécies a preservar a todo o custo) do mesmo modo que a «lontra, que frequenta esta zona» e «a sardinha, o carapau, o ruivo, o caboz, o sargo, o salmonete e o robalo, espécies piscícolas importantes que se reproduzem e desenvolvem no estuário do Sado».

A investigação confirma ainda a existência de uma «população de bivalves (amêijoas, berbigão, canivetes e lambujinha) e anclídeos, e toda uma «comunidade muito rica e abundante contando 75 espécies de peixe, 19 espécies de camarões e 18 espécies de caranguejos com valor económico ou ecológico». Em resumo, o estudo conclui a existência de «um recurso economicamente relevante» que se encontra ameaçado e tal como centenas de pessoas que dele dependem para sobreviver.

Os comunistas recordam que «as questões do ambiente e das estações de tratamento não são hoje questões estritamente filosóficas ou políticas: há também enormes interesses financeiros e especulativos e pressões de toda a ordem».

CAMARADAS FALECIDOS

Policarpo Santos

Faleceu, no passado sábado, 21 de Janeiro, com 70 anos, o camarada Policarpo Silvério Santos, operário reformado da CIMPOR/Alhandra, presidente da Junta de Freguesia de S. João dos Montes - Vila Franca de Xira e membro da Comissão local do Partido.

Oriundo de família operária, foi obrigado a trabalhar ainda criança para os telhais, mouchões e lezírias de Vila Franca, onde desde logo conheceu na carne a exploração e a opressão.

Ainda jovem operário industrial, participou nas greves de 8 e 9 de Maio de 1944, integrando a marcha dos trabalhadores das Fábricas de Alhandra para Vila Franca de Xira, sob ameaças da GNR.

Nos finais da década de 60, foi um dos principais animadores da fundação de uma colectividade de cultura e recreio no lugar de Suberra onde residia, e com a revolução de Abril adere ao PCP de que sempre fora simpatizante.

Integra então a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de S. João dos Montes, na qual, a partir de 1979, passa a desempenhar as funções de presidente. Entre 1976 e 1978 trabalhou, ao serviço da Cimpor, como cooperante em Moçambique.

No seu funeral, participaram centenas de pessoas dos vários quadrantes sociais e políticos, que assim lhe prestaram homenagem por tudo quanto fez em prol do desenvolvimento social.

Abel Silva

Faleceu, recentemente, Abel Marques da Silva, organizado na freguesia da Póvoa de Santa Iria. Ultimamente, tinha como tarefa principal a manutenção e abertura durante todo o dia do Centro de Trabalho local.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

Delors federal no Inverno europeu

Na hora da despedida, Jacques Delors foi ao Parlamento Europeu propor a criação de uma "federação de estados nacionais", sublinhar que a importância da moeda única radica na inevitável contrapartida de um "governo económico da Europa", e defender uma 'construção' europeia a duas velocidades. Numa palavra, uma Europa à medida das "reflexões europeias" dos democratas-cristãos alemães da CDU de Helmut Kohl e bem longe das preocupações sociais que sempre engalanaram o discurso de Delors. Uma maneira de confirmar que o 'requintado' prato, que nos últimos dez anos o "senhor Europa" andou a prometer, afinal, era massa.

Foi num Parlamento a rebentar pelas costuras que Jacques Delors fez o seu discurso de despedida, verdadeira profissão de fé nas virtualidades de uma futura "federação de estados nacionais". Fórmula contraditória, reconheceu, mas que considerava ser a única capaz de "conciliar o desenvolvimento de ambições comuns com a expansão das nossas nações forjadas na História, no sangue e no contrato que une cada um dos nossos povos".

Para Delors, a estrutura federal é "a única que permite precisar quem faz o quê e quem é responsável perante quem, que pode definir claramente as transferências de soberania e os seus limites, que autoriza processos de controlo democrático e de sanção dos abusos de poder, que garante o respeito das personalidades nacionais e das diversidades regionais".

Sem se deter nas profundas disparidades existentes na Europa comunitária - e que ao contrário do que se procura fazer crer não têm parado de se aprofundar nos últimos anos -, e fazendo tábua rasa do recrudescimento dos nacionalismos e fundamentalismos, da xenofobia e do racismo, Delors defendeu que "apenas a união política das nações europeias lhes permitirá não só defender os seus interesses legítimos, mas também brilhar no Mundo, ao serviço dos ideais que marcaram o melhor da História da Europa".

Os fundamentos federais, segundo Delors, devem assentar num "pacto inequívoco entre os países europeus prontos a empenhar-se e a assumir

todas as consequências nos planos político, económico e institucional", a definir já na próxima conferência intergovernamental de 1996 destinada à revisão do Tratado de Maastricht. E para que não subsistam dúvidas quanto ao seu figurino europeu, Delors esclareceu que as traves mestras do referido pacto deverão ser a moeda única e a política de defesa comum, as quais traduzirão "a vontade de existir e de agir da Europa". A moeda única - sublinhou - pelas suas virtudes próprias, mas também

porque não poderá existir sem a contrapartida de um governo económico da Europa e a defesa comum que obrigará a Europa a precisar a sua estratégia e as suas prioridades em matéria de política externa.

Os democratas-cristãos de Helmut Kohl já adiantaram há muito o trabalho de casa, defendendo a criação de um "núcleo duro" e uma Europa a duas ou várias velocidades, e deixando claro que é a Leste que está a sua prioridade.

Delors limitou-se agora a dar explicitamente o seu apoio ao que chamou de "aventura colectiva" de que *a priori* "nenhum país europeu será excluído", manifestando ao mesmo tempo a sua convicção de que "será necessário não abrandar o ritmo dos que querem partilhar os seus destinos para serem simultaneamente mais fortes e mais fraternais". Uma forma clara de dizer que para os que não quiserem - ou não puderem - seguir o "ritmo", cujo preço tem nos mais de 17 milhões de desempregados e nos 50 milhões de pobres na Europa comunitária a sua mais brutal expressão, para esses, dizia-se, não haverá contemplanções.

Delors concluiu o seu discurso com uma frase de incentivo aos seus sucessores: "Coragem, a Primavera da Europa continua à nossa Frente!" Ficou-se com a sensação, neste inverno europeu de todos os descontentamentos, que o "Senhor Europa" brindou os povos da União, vítimas das políticas neoliberais e da convergência nominal a qualquer preço, com uma 'pérola' de humor negro francês.

Livro branco, livro em branco

Na sessão de Janeiro do Parlamento Europeu, a semana passada, a confirmação da nova Comissão, a despedida de Jacques Delors e a apresentação da presidência francesa para o presente semestre, quase fizeram passar despercebidos outros debates sobre temas da maior importância para a vida comunitária, igualmente na ordem do dia. Foi o caso do debate do relatório sobre a política social europeia, questão que no entanto exige cada vez mais uma atenção prioritária.

Importa ter presente, como lembraram no PE os eurodeputados comunistas, que o livro branco relativo à política social europeia resulta de um 'livro verde', contemporâneo de um outro 'livro branco', esse sim destinado a ficar na história como o *livro branco*. Dedicado ao 'crescimento, competitividade e emprego', o referido documento apresentava clamorosas lacunas no que ao 'social' res-

peitava, pelo que se decidiu preparar outro, a modos de subproduto, sobre a questão. Foi dessa transformação do 'livro verde' em 'livro branco' que o PE tratou há uma semana, e não faltou no plenário quem não gostasse de ouvir os parlamentares da Esquerda Unitária/Verde Nórdica a refrescar a memória da Assembleia com esta referência cronológica, de enquadramento e processo, que atesta como as questões sociais "são encaradas secundária, derivada, arrastadamente", como diria Sérgio Ribeiro na sua intervenção.

O objectivo do relatório em debate, no entanto, era justamente o de relembrar o princípio da "igualização no progresso", decorrente do Tratado de Roma. O alargamento da União torna a questão ainda mais premente, se se tiver em conta que reivindicações ainda em debate na generalidade dos Estados-membros - como é o caso do

horário de trabalho de trinta e cinco horas, por exemplo - são já obsoletas para os recém-chegados escandinavos.

Acresce, por outro lado, que uma vez mais a prioridade apontada pela nova presidência, neste caso francesa, vai para a adopção da moeda única, já em 1997. Razões não faltam, portanto, para que o PE se preocupe em saber quanto custará, em termos sociais, essa adopção, e com quantos - e quais - Estados-membros se fará.

Ao intervir no plenário, Sérgio Ribeiro deixou no ar perguntas inquietantes sobre a matéria:

"A quantas velocidades, a partir da institucionalização de um 'núcleo duro' ou de outras eufemísticas imagens? Com mais quantos milhões de desempregados e de excluídos? Com que custos sociais para os trabalhadores, os cidadãos dos Estados-membros?"

A resposta, como as questões sociais, ficou em *stand by*.

Nova Comissão - a mesma política

O Parlamento Europeu aprovou, na quarta-feira, dia 18, em Estrasburgo, a nova Comissão Europeia presidida pelo luxemburguês Jacques Santer. A nova Comissão foi aprovada por 416 votos a favor, 103 contra e 59 abstenções, iniciando funções a partir de segunda-feira e por um período de cinco anos. Os eurodeputados comunistas votaram contra, manifestando desta forma o seu desacordo com as orientações políticas centrais adoptadas, que continuam a pautar-se por princípios neoliberais e monetaristas e a não reconhecer às questões sociais e em particular ao desemprego o carácter prioritário que a actual situação exige.

A posição dos eurodeputados comunistas foi justificada por Joaquim Miranda, que sublinhou que não bastam as declarações mais ou menos bem intencionadas relativas às questões sociais, mas antes "é indispensável abandonar as orientações neoliberais e monetaristas, o apelo fixista à competitividade e à 'flexibilização' do mercado de trabalho", pois são essas orientações "que estão na origem dos problemas agudos que hoje se vivem no plano social".

Diferentes são as intenções enunciadas pela equipa de Jacques Santer.

Como referiu o eurodeputado comunista ao intervir no PE, por uma lado, afirma-se a disposição de dar "uma maior atenção à opinião pública e um desejo de maior participação dos cidadãos na vida comunitária, nomeadamente quanto aos caminhos a trilhar no processo de 'construção europeia' e desde logo no contexto da prevista revisão do Tratado da União Europeia", mas por outro lado, são "os mesmos caminhos - porventura com novos nomes - que são apontados para questões essenciais".

A título de exemplo, Joaquim Miranda fez notar que



Jacques Santer

subsistem "zonas nebulosas" quanto às propostas reais relativamente ao processo de decisão (em particular no respeitante aos Parlamentos nacionais); insiste-se nos critérios de convergência nominal, esquecendo-se os seus efeitos negativos nas economias mais débeis; sugerem-se vias mais do que duvidosas do domínio da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Dúvidas e inquietações também não faltam quanto às posições da nova Comissão relativamente a questões tão melindrosas como "a implementação de um 'núcleo duro', tal como proposto pelo partido do chanceler Khol", ou no respeitante "à redução das línguas de trabalho".

Para os eurodeputados comunistas, a nova Comissão "não parece disponível para retirar as devidas lições do passado próximo", em especial no respeitante às críticas, reservas e oposições que a orientação da União Europeia vem merecendo a camadas cada vez mais vastas da população, pelo que a única posição de voto a tomar só poderia ser, naturalmente, a de "uma clara demarcação das opções centrais" da equipa de Jacques Santer.

Diferente foi a posição dos restantes partidos portugueses no Parlamento Europeu. Guardando na gaveta do eleitoralismo as críticas para consumo interno ou limitando-se a críticas pontuais sem significativa incidência no sentido de voto, deram o 'amém' - o PS e o PSD votando a favor, com excepção de Carlos Pimenta e Helena Vaz da Silva que se abstiveram, tal como o CDS - a uma Comissão cuja política se propõe ser, mais do que de continuidade, de agravamento da profunda crise social e económica que se vive na Comunidade.

O eurodeputado do PSD, Eurico de Melo, foi mesmo mais longe, manifestando o seu apreço pelos princípios professados por Jacques Santer. "Muito me congratulo com os seus desígnios", declarou, saudando o que designou por políticas "de conquista das opiniões públicas para o projecto europeu, de procura de um novo modelo de crescimento que possibilite a retoma da actividade económica necessária à criação de emprego e de criação da moeda única".

A experiência dos últimos anos está aí para que se "apreie" o resultado de tais políticas.

Alargamento do Grupo da Esquerda Unitária

A propósito do alargamento do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, no Parlamento Europeu, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou, na passada quinta-feira, a nota que a seguir se transcreve.

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, em que se integram os deputados do PCP no Parlamento Europeu, passará a integrar, com a entrada naquele Parlamento dos deputados dos Estados-membros que aderiram recentemente à União Europeia, três novos membros provenientes da Finlândia (Aliança de Esquerda), da Suécia (Partido da Esquerda) e da Dinamarca (Partido Socialista Popular), cujo deputado integrou até ao momento o Grupo dos Verdes.

Com a entrada destes novos membros, o GCEUE - constituído no início da presente legislatura, com a participação de deputados da Esquerda Unida (Espanha), dos Partidos Comunistas Francês, Grego e Português, do Partido da Refundação

Comunista (Itália) e da Coligação de Esquerda e do Progresso (Grécia) - consolida-se, assim, como quarto Grupo Parlamentar do PE, passando a integrar 31 deputados de oito nacionalidades e de nove forças políticas, e vê desta forma, significativamente alargada a respectiva base geográfica no contexto comunitário, bem como a sua capacidade de intervenção.

Tendo em conta a proveniência nórdica destes três novos deputados e a proximidade de interesses que perseguem, o Grupo em que o PCP se integra passará a ter a designação de Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica.

O PCP, valorizando este alargamento do GCEUE, entende que o mesmo pode constituir mais um importante passo - que reforça o que antes havia sido dado com a sua formação - no sentido do fortalecimento das posições progressistas no Parlamento Europeu.

19.1.95

O Gabinete de Imprensa do PCP

CT'S DO PORTO EXIGEM NOVO GOVERNO

As comissões de trabalhadores da região do Porto exigiram na semana passada a demissão do Governo e a realização de eleições antecipadas que viabilizem uma alternativa democrática. Reunidas dia 18 no seu 7º Encontro, as CTs do Porto aprovaram uma resolução em que acusam Cavaco Silva e o seu Governo de insistir na continuidade da sua política anti-social, que agrava drasticamente as condições de vida e de trabalho da esmagadora maioria dos trabalhadores.

«Desenquadrados da realidade, patronato e Governo insistem na precarização das relações de trabalho, no desemprego, na retirada de direitos, nos salários em atraso, na resistência à redução do horário de trabalho, no trabalho infantil e na política dos baixos salários», refere a resolução aprovada no encontro e citada pela agência Lusa.

Foi ainda aprovada uma moção de apoio à luta dos mineiros do Pejão. As CTs pelaram à participação activa na jornada de luta de hoje.

18 DE JANEIRO

A revolta operária de 1934 foi evocada no seu 61º aniversário por cerca de duas centenas de pessoas que participaram, na Marinha Grande, nas comemorações organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira e que se iniciaram com uma romagem ao cemitério, onde foram depositadas flores nas campas dos participantes no 18 de Janeiro já falecidos. Na altura, foi lida uma mensagem de Manuel Baridó, um dos seis resistentes ainda vivos, mas que não assistiu às cerimónias por necessidade de ser submetido a uma intervenção cirúrgica.

No acto de deposição de flores no monumento ao Vidreiro, Durval Gaspar, do STIV, e Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da CGTP-IN, falaram sobre o 18 de Janeiro e o actual momento político-sindical, dando natural realce à recente vitória dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão.

A RENAULT E O FUTURO

Uma intervenção do Governo para garantir o futuro da fábrica da Renault em Setúbal e defender o emprego dos trabalhadores da empresa «na sua dimensão plena» foi exigida, dia 18, por Carvalho da Silva. O coordenador da CGTP prestou declarações no final de um plenário dos trabalhadores a que os jornalistas não tiveram acesso - por ordem da administração - e um dia depois de uma nota do Ministério do Comércio e Turismo anunciar que apenas está assegurado o «futuro imediato» da fábrica, continuando por decidir a sua manutenção após 1997, «quando terminar a produção do modelo Clio».

«Esta empresa tem condições técnicas e tecnológicas para produzir o Clio e outros modelos. Por isso, é necessário defender a empresa e os empregos. Temos várias audiências pedidas a membros do Governo, incluindo o primeiro-ministro, para analisar este e outros casos. A Renault é apenas um exemplo da política industrial portuguesa», disse Carvalho da Silva, recordando ainda que o Estado português detém 30 por cento do capital da empresa e que nela já foram investidos 70 milhões de contos.

Neste 18 de Janeiro, o coordenador da *Inter* participou ainda em plenários na Siderurgia Nacional e na Indelma, e numa concentração em Alcochete (onde esteve particularmente em foco a situação da Alumínio Português-Angola, ameaçada de encerramento).

LOCK-OUT NA HOTELARIA

O Sindicato da Hotelaria e Similares do Norte manifestou a sua total oposição à «greve» anunciada para a Páscoa por associações patronais do sector. Em conferência de imprensa, a direcção do sindicato considerou que a greve anunciada pela Aresp e outras associações patronais viola direitos fundamentais dos trabalhadores, é ilegal e inconstitucional e tem outros objectivos que não os anunciados. Para o sindicato, o fecho de estabelecimentos, a que o patronato chama greve, não passa de lock-out, proibido pela Constituição e pela lei, e atenta contra os direitos ao trabalho, à remuneração, à alimentação em espécie, às gratificações e à ocupação efectiva do posto de trabalho.

Na opinião dos dirigentes sindicais, os reais objectivos do patronato prendem-se com a necessidade de justificar publicamente os baixos salários e as péssimas condições de trabalho do sector, e exigir novas alterações às leis laborais.

REFORMAS A TEMPO

Algumas das reivindicações da CGTP na área da Segurança Social, nomeadamente, a exigência de aumentos das novas reformas no próprio ano da aposentação do trabalhador, foram aceites pelo Governo. Após uma reunião realizada na semana passada com o secretário de Estado, Salter Cid, Maria do Carmo Tavares, da executiva da Intersindical, disse à Lusa que valeu a pena a insistência da central sindical em relação a várias questões, pois começaram agora a surgir resultados. A questões como a revisão do funcionamento da comissão de incapacidade permanente, o alargamento do período durante o qual se recebe subsídio de emprego e subsídio social de desemprego, o secretário de Estado comprometeu-se a dar posteriormente uma resposta.

Nada justifica o despedimento colectivo Administrações da ABB desestabilizam a Sorefame

Numa moção que aprovaram por unanimidade e aclamação na semana passada, os trabalhadores da Hidrosorefame contestam fundamentadamente o propósito da administração da empresa de despedir 154 pessoas. Na Sorefame (material circulante) também estão ameaçados postos de trabalho. Numa e noutra empresa não há respostas para as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores. Depois das greves e plenários da semana passada, anteontem de manhã os trabalhadores voltaram a paralisar e foram à sede da multinacional ABB, desfilando desde a Amadora até Alfragide.

Contra o despedimento, alegam os trabalhadores que não há falta de trabalho, quer pelo que se conhece da carteira de encomendas, quer pelo elevado número de horas extraordinárias em 1994 (48 mil na Hidrosorefame, mais de 100 mil na Sorefame), quer ainda pelo facto de diariamente laborarem mais de 400 trabalhadores por conta de empreiteiros e subempreiteiros.

Esta situação é agravada - denuncia-se na moção aprovada dia 20 - pelo facto de não serem aproveitadas as reais capacidades de mão-de-obra disponível.

Os trabalhadores exigem que a Sorefame respeite os compromissos assumidos, ou seja, que integre todos os 154 camaradas envolvidos pelo despedimento colectivo na Hidrosorefame.

A «situação económica favorável» que ambas as empresas hoje vivem é mais um argumento contra a tentativa de despedimento. Mas é também motivo para o pessoal da Sorefame e Hidrosorefame considerar que não há razão para que as administrações continuem a protelar as negociações do caderno reivindicativo para 1995.



O anúncio do despedimento colectivo foi feito em pleno processo de luta pelo caderno reivindicativo para o ano corrente, aumentando a indignação entre os trabalhadores, que paralisaram na semana passada e desfilaram anteontem até à sede da multinacional que domina a metalomecânica pesada

A comissão de trabalhadores, que propôs a moção aprovada no plenário de sexta-feira passada, reafirma que «sempre esteve, e está, aberta ao diálogo que conduza à resolução dos problemas», enquanto «quem tem a responsabilidade de gerir estas empresas só sabe utilizar a lei da

força». Por isso, as administrações são responsabilizadas «pelo clima de agitação social e emocional que se venha a verificar».

Numa nota sobre a situação na metalomecânica da Venda Nova (Amadora), a federação dos Metalúrgicos acusa a ABB de «praticamente ter destruído

a totalidade do aparelho produtivo de empresas como a Mague, Metalsines, SMM, Mset e Sermague», liquidando milhares de postos de trabalho. «E, se não for travada a tempo, acabará por destruir totalmente este tecido industrial no nosso país».

Mineiros do Pejão querem respostas concretas

A falta de resposta do Governo às reivindicações dos trabalhadores despedidos da Empresa Carbonífera do Douro suscita veemente repúdio entre os mineiros e a população. A inundaçao das galerias continua a ser avançada como forma de luta extrema, mantendo-se o bloqueio à entrada nas instalações da ECD. Para ontem de manhã, estava marcada mais uma reunião com a administração da empresa (tutelada pelo Ministério da Indústria).

As reclamações dos mineiros - entregues na semana passada no Ministério da Indústria e na residência oficial de Cavaco Silva - prendem-se com o cumprimento das promessas (e compromissos) do Governo relativamente à prevenção do desemprego na região (nomeadamente no campo das acessibilidades, das infra-estruturas e da formação e reconversão profissional). Exigem ainda que o regime especial de reformas abranja todos os mineiros (e não apenas os que tenham agora a idade completa).

Depois da manifestação de dia 17, em Lisboa, os mineiros mostraram que estão dispostos a enveredar por formas de luta de consequências mais graves. No dia 19, impediram, por algumas horas, o escoamento das águas, provocando a inundaçao, parcial e reversível, do poço de Germunde. A obtenção de «um princípio de acordo» com a administração da ECD permitiu retomar o escoamento. Joaquim

Almeida, da comissão coordenadora da luta dos mineiros, adiantou à agência Lusa que a empresa concordou com a dinamização imediata da implementação das acessibilidades, nomeadamente a ponte do Inha e a ponte de Arta/Pedorido, e com a criação da zona industrial das Lavagueiras. A administração comprometeu-se ainda a levar as reclamações dos trabalhadores aos responsáveis da tutela.

No entanto, até ao fim da manhã de segunda-feira (prazo estabelecido pelos mineiros) não tinha chegado qualquer resposta do Governo. Este facto - agravado pelo comunicado que a administração da ECD fez publicar na imprensa desse dia e por um fax lacónico informando que são «liminarmente rejeitadas» as compensações exigidas para quem não fosse abrangido pelo regime especial de reformas - fez aumentar a indignação e o descontentamento entre os trabalhadores. Depois de recusada a proposta de inundaçao das galerias, os mineiros ocuparam por alguns minutos uma torre da mina.

Em comunicado, a comissão coordenadora da luta dos mineiros do Pejão lamentou que o Governo e a administração da ECD mantinham um comportamento «nada transparente» e estejam a usar de má-fé, referindo como «significativo» o facto de a resposta oficial da administração ser «de conteúdo nada claro e muito codificado».

Jornada da CGTP hoje por todo o País

Greves e plenários em diversos sectores de actividade, manifestações e concentrações em Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Faro, Coimbra, Guarda. Ontem foi no Alentejo.

Pretendendo unificar em torno dos grandes objectivos comuns as lutas de trabalhadores que estão em desenvolvimento, a CGTP-IN convocou para hoje uma jornada de luta, a nível nacional, por melhores salários, pelo emprego, pela instituição do horário máximo de 40 horas semanais, pela livre negociação e contratação colectiva.

As acções integradas nesta jornada são definidas e organizadas a nível das regiões, empresas e sectores.

Foram convocadas greves, plenários e outras acções a nível de empresas e sectores de actividade. Procurando alargar o impacto público dos protestos dos trabalhadores, estão anunciadas concentrações em Setúbal (15 horas, Largo da Misericórdia) e Braga (15 horas,

junto do CRSS, para protestar contra o facto de continuarem encerradas muitas empresas a quem foram perdoados milhões de contos de dívidas ao Estado e à Segurança Social). Acções de rua foram também convocadas para Coimbra (15.30, junto do CRSS), Guarda (de manhã, junto ao Governo Civil), Faro (deslocação ao IEFP, CRSS, Governo Civil e IGT).

Em Lisboa têm lugar, entre outras, concentrações na Rua Augusta (trabalhadores do comércio e serviços, às 15 horas, e activistas de diversos sectores, às 16), junto ao conselho de gerência da CP (14 horas, trabalhadores ferroviários), na Praça da Figueira (15 horas, transportes rodoviários), no Terreiro do Paço (junto da Secretaria de Estado do Orçamento, às

15.30, trabalhadores da administração pública) e no Restelo (junto do Ministério da Defesa, às 11 horas, membros de ORTs dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas).

Os sindicatos do Porto realizam várias acções de esclarecimento e sensibilização da opinião pública. Em greve, trabalhadores da construção civil e madeiras concentram-se frente às associações patronais, às 11 horas, enquanto os da metalurgia e metalomecânica estarão, a partir das 15, frente à delegação do Ministério da Indústria.

Nos três distritos alentejanos, a jornada da CGTP foi antecipada para ontem, de forma a coincidir com as acções do movimento pela Regionalização e Desenvolvimento (MARD). Entre outras iniciativas, estava anunciada uma concentração em Évora. Em Beja um plenário de trabalhadores iria das Portas de Mértola ao Governo Civil. Acção semelhante estavam a preparar os sindicalistas de Portalegre.

Inter comenta declaração de Cavaco Silva O homem do leme abandona o barco

«Afinal, o homem do leme é o primeiro a abandonar o barco» - verifica a CGTP-IN num comentário à declaração de segunda-feira do primeiro-ministro e presidente do PSD. Com tal atitude - que «revela o reconhecimento de que a sua política não deu resposta às promessas e expectativas que alimentou nos portugueses» -, «Cavaco Silva mostra que só sabe governar em tempo de vacas gordas», afirma a central num comunicado do seu departamento de informação.

Para a CGTP, «Cavaco Silva deveria, com humildade e sentido de responsabilidade, ter chamado a atenção dos portugueses para os problemas reais com que o País se debate. Ao invés, insistiu no cenário irrealista de que tudo está bem, que a recuperação económica é um facto, que o desemprego está controlado. Escondeu a situação caótica em que se

encontra o aparelho produtivo do País, as falências e os despedimentos, os baixos salários, o desemprego, os salários em atraso e o trabalho infantil, em suma, que Portugal se está a afastar cada vez mais dos seus parceiros comunitários».

«Está mais que provado que a manutenção do Governo Cavaco Silva não resolve os problemas do País e compromete, cada vez mais, o futuro dos portugueses e o desenvolvimento do País», conclui a Intersindical Nacional, realçando que «aquilo que Cavaco Silva exemplificou como recentes actos da sua governação - indemnizações aos agrários, privatização da Telecom e da banca, Lei de Imprensa, etc. - demonstra e confirma a necessidade urgente da demissão do Governo, por serem medidas inequivocamente contrárias aos interesses nacionais».

Concentrações todos os dias junto à administração Telecom manifesta-se terça-feira em Lisboa

No dia 18, os representantes dos 15 sindicatos que recusaram o *arranjinho* feito pela administração e a UGT não obtiveram qualquer nova resposta dos responsáveis da Portugal Telecom. Para os administradores laranja a actualização salarial só deve ser aplicada aos filiados nos sindicatos *bons* ou aos trabalhadores que individualmente aceitem o dito acordo. Recorde-se que as estruturas subscritoras do documento de Dezembro representam cerca de 13 por cento dos mais de 20 mil trabalhadores da Portugal Telecom.

Perante a posição irreduzível da administração, os sindicalistas da comissão negociadora sindical liderada pela Federação das Telecomunicações (FCTA/CGTP) e também do STTLP decidiram manter-se na sala de reuniões, no Forum Picoas, declarando que só sairiam quando a administração concordasse em aplicar os aumentos salariais a todos os trabalhadores e reabrir as negociações do AE. À porta, concentraram-se, em movimento espontâneo de solidariedade, muitos trabalhadores da empresa e activistas sindicais.

Ao fim de 20 horas de permanência na sede e perante a ameaça de intervenção policial, os sindicalistas abandonaram as instalações. Enquanto uma delegação se deslocou à Presidência da República, foi convocada para a tarde de quinta-feira uma concentração que juntou, segundo a Lusa, mais de um milhar de trabalhadores, provocando a interrupção do trânsito nas ime-



dições do Forum Picoas/Edifício Portugal Telecom.

A luta para demover a administração das suas posições levou a que, na sexta-feira e na segunda, se voltassem a realizar concentrações de activistas e trabalhadores junto à sede da empresa.

Para dia 31, foi convocada

uma concentração nacional. Até lá, desde as 7 horas da manhã, sindicalistas vão manter-se todos os dias à porta da sede do CA. De tarde, muitos trabalhadores da empresa passarão por lá para manifestar o seu apoio à luta e o seu repúdio pela política *do quero, posso e mando*.

PCP, solidário, alerta: Escândalo na privatização

Numa nota em que manifesta a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores da Portugal Telecom, o PCP chama a atenção para o facto de a actual situação na empresa ser «inseparável do processo de privatização do estratégico sector das telecomunicações, com consequências negativas para o desenvolvimento e a soberania nacional, para os interesses dos trabalhadores e das populações, bem evidente no recente e desmesurado aumento das chamadas nacionais».

Neste processo, alerta o gabinete de imprensa do Partido, «adensa-se a perspectiva de um enorme escândalo com a subavaliação da empresa, num processo de avaliação feito por grupos económicos que são parte interessada na privatização».

O PCP condena a política do Governo e da administração da PT, dirigida por Luís Todo-Bom, vice-presidente do PSD, «que pretende impor um acordo encomendado a estruturas minoritárias». O

acordo, consideram os comunistas, «para além de aumentos insuficientes, contém graves cortes de direitos, que não são ainda conhecidos na sua totalidade».

A situação na Portugal Telecom - afirma-se na nota, emitida dia 19 - «comprova, uma vez mais, que o prosseguimento da acção governativa do PSD é um sério factor de instabilidade na vida nacional, pelo que é inteiramente apropriada a exigência da urgente interrupção da sua política».

A exigência da demissão do Governo e convocação de eleições antecipadas é também feita pela direcção da organização do PCP na cidade do Porto. Em nota divulgada na passada quinta-feira, a DOCP considera «lamentável que a UGT, mais uma vez, através dos seus sindicatos, tenha descaradamente colaborado, assinando um acordo que divide e humilha milhares de trabalhadores das telecomunicações».

Por aumentos reais do abono de família

A CGTP reclamou, na passada sexta-feira, um aumento significativo do abono de família, que não deverá ser inferior a 3 mil escudos.

Os valores das prestações familiares anunciados pelo Governo para 1995 representam uma forte quebra do poder de compra, atendendo que não houve actualização da generalidade destas prestações em 94. Por isso, a confederação exige o aumento, que «poderá, em conjugação com outras medidas, ter um papel positivo para contrariar a quebra de natalidade».

A CGTP lembra, numa nota à imprensa, que «o abono de família teve uma quebra real de 2,3 por cento em 94, e as restantes prestações tiveram uma diminuição na ordem dos cinco por cento. Estas prestações continuaram a cair este ano, já que o aumento de três por cento é inferior à inflação».

«Estes factos traduzem a ausência real de preocupações com a política familiar. O Governo «encheu a boca» com o Ano Internacional da Família, onde foram defendidas, com frequência, posições retrógradas

sobre o papel da família.» E acusa: «No entanto, o mesmo Governo não teve preocupações com questões tão elementares como a actualização de prestações familiares.»

Sem pôr em causa o seu carácter universal, a CGTP defende ainda a «diferenciação do abono tendo em conta factores como as famílias de menores rendimentos, as famílias monoparentais, as situações de desemprego em sectores ou regiões em crise, etc., estabelecendo valores mais elevados em função destas situações concretas».

Reformados em plenário

A Inter-Reformados de Setúbal realizou na passada sexta-feira, no Barreiro, um plenário distrital, que contou com a participação de Maria do Carmo Tavares, da comissão executiva da CGTP-IN.

Os pensionistas auferem reformas baixíssimas, que todos os anos se degradam em relação aos salários médios, ao salário mínimo nacional e ao custo de vida. O Governo atribuiu às pensões aumentos de 5,3 por cento, mas subiu as rendas de casa quase 7 por cento.

«Os reformados e pensionis-

tas têm todo o direito de exigir justiça social. A dignidade da pessoa humana e a solidariedade entre gerações são princípios constitucionais fundamentais do nosso regime democrático que o Governo tem obrigação de assegurar e tornar efectivos», afirma-se na resolução aprovada.

No plenário, os mais de duzentos reformados presentes decidiram participar activamente nas acções de massas da CGTP e exigir do Governo aumentos imediatos de 5 mil escudos por mês, serviços de saúde gratuitos e eficientes, com apoio domiciliário e medicamentos gratuitos.

Campanha Nacional de Fundos Objectivos contemplam actualização de quotas

A Campanha Nacional de Fundos vai começar. 150 mil contos e a actualização das quotas são os objectivos a alcançar. Ao trabalho!

E já no próximo dia 1 de Fevereiro, quarta-feira, que se inicia a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de um esforço fundamental para a se atingirem os objectivos políticos do Partido - quando se avizinha um período eleitoral e de intensa batalha política onde se exigem vastos recursos financeiros - e que para além da vertente contributiva pontual tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são pois uma área da Campanha que devem ser encaradas de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das organizações que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e

para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).

Esta Campanha de Fundos - que pretende atingir os 150 mil contos - vai naturalmente mobilizar todos os militantes do PCP, mas será dada uma atenção especial à sua abertura para o exterior do Partido, dadas as possibilidades que assim se abrem para o pleno sucesso da iniciativa.

É pois necessário aproveitar este tempo que falta para preparar bem o começo da iniciativa, pois é sabido que um «bom arranque» é meio caminho andado para a boa concretização deste tipo de trabalho.

Cartaz vai chegar às ruas



É já esta semana que começará a ser distribuído pelas organizações do Partido o cartaz sobre a Campanha Nacional de Fundos, elemento fundamental para a dinamização de iniciativas, bancas, decoração de sedes e reuniões, colagens públicas em locais escolhidos e o mais que a imaginação dos camaradas envolvidos nesta iniciativa permitir organizar.

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos - que começa a 1 de Fevereiro - incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil e dez mil escudos; listas para recolha de fundos; um folheto; o referido cartaz e uma carta-apelo assinada pela Comissão Nacional da Campanha onde se explicam as razões da sua realização.

CGD 0680/002022431

Conta aberta para a campanha

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP, que arranca já no próximo dia 1 de Fevereiro. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros já tornados públicos, nomeadamente os cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil e dez mil escudos.

Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos,

dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

Obviamente que, para além da referida conta e aquisição de cupões, qualquer pessoa pode dirigir-se a qualquer organização do PCP para efectivar a sua contribuição.

OID de Setúbal falhou e a culpa é do Governo

A deputada comunista Odete Santos acusou o Governo de ser o responsável pelo fracasso da OID de Setúbal, uma operação que qualificou de "logro" e que do seu ponto de vista teve como objectivo meros intuitos de "cosmética" e "alguns momentâneos e frágeis ganhos políticos". Foi numa declaração política proferida hoje oito dias, inteiramente dedicada à situação económica e social no distrito de Setúbal, com o fogo das críticas a ser dirigido a um Governo que permitiu a destruição da estrutura produtiva, mas a não poupar também as empresas que receberam milhões de contos em subsídios e que acabaram por não criar postos de trabalho, como contrapartida dos incentivos concedidos.

Proferidas da tribuna do Parlamento, uma ideia central fica das palavras da deputada comunista: a de que se acentuaram as desigualdades no distrito de Setúbal, do mesmo modo que se acentuaram os sinais de crise, com o aumento do desemprego e a destruição da estrutura produtiva, o que põe a nu o rotundo falhanço da OID lançada há cerca de cinco anos.

Os números a este respeito recordados por Odete Santos falam por si, como é o caso do número de trabalhadores desempregados registados nos Centros de Emprego da Península que era em Dezembro de 1989, antes do lançamento da OID, de 37.041, elevando-se em Setembro de 1994, nas estatísticas dos mesmos Centros, para 38.786, não parando de subir para atingir em Novembro 40.353.

"As «praças de jorna» que durante a madrugada se formam junto à Lisnave na espera angustiada de um trabalho precário são um símbolo, a juntar a tantos outros, da crise resultante da destruição do tecido produtivo do País", assinalou a propósito Odete Santos, antes de concluir que no fim de contas "há hoje mais desempregados na Península de Setúbal do que no momento do lançamento de uma Operação afinal desintegrada e que de desenvolvimento só teve o nome".

Uma operação que no entender da deputada comunista falhou não por que tivessem faltado os subsídios - "quem beneficiou com os 710 milhões de contos canalizados para o distrito através dos incentivos do FEDER, FSE, FEOGA, PEDIP, SIBR e outros?", perguntou, sendo certo que não foram os trabalhadores -, mas porque o Governo norteara a sua acção na OID "por uma lógica neoliberal, deixando tudo sem coordenação, porque o seu coordenador máximo é o mercado".

Esta foi, aliás, a primeira razão apontada por Odete Santos para o logro da Operação, a que se juntaram, por outro lado,

mentação das relações laborais, a total insegurança dos trabalhadores, tudo aquilo que é, afinal, o oposto do desenvolvimento".

Citados por Odete Santos, neste contexto, foram ainda dados de um recente relatório publicado pelo World Economic Fórum, que indicam de forma inequívoca a perda de lugares de Portugal na qualidade de gestão, na responsabilidade social, na cooperação tecnológica e investigação interna, no potencial económico (em dois anos caímos do 13º para o 20º lugar nos países da OCDE, continuando a ocupar, por outro lado, o último lugar no que se refere a capacidade empresarial e inovação).

Razões que permitem compreender de uma forma mais clara a convicção da parlamentar comunista quanto à proximidade de dias ainda mais negros para o distrito de Setúbal - "avizinha-se ainda um maior agravamento da crise", disse -, sustentada em factos por si assinalados, como seja o anúncio de novos despedimentos na Solisnor/Setenave, a eliminação de mais 1500 postos de trabalho na Siderurgia (a juntar aos três mil), mais 520 na Quimigal/Adubos, sem falar nos processos judiciais de falência e de recuperação de empresas que se vão acumulando e arrastando nos Tribunais, ou dos salários em atraso que se vão multiplicando.

Um bodo de milhões...

Uma análise aos resultados da OID de Setúbal não pode deixar de conduzir inevitavelmente à conclusão de que no domínio da estrutura produtiva as coisas falharam rotundamente, não se tendo operado nem a desejada modernização, nem a sua diversificação. Não se pode dizer, simultaneamente, que tal fracasso tenha sido por falta de subsídios, uma vez que, como lembrou Odete Santos, foram canalizados para o distrito 710 milhões de contos através de incentivos ao abrigo de programas comunitários.

O que pode ajudar a compreender o que se passou talvez seja, então, uma razão mais prosaica - para além naturalmente das dificuldades reais que levaram ao despedimento ou encerramento de empresas em consequência das políticas do Governo -, que, no caso presente, está associada ao facto de ter havido empresas que aproveitam os subsídios para "um autêntico locupletamento à custa alheia, não procedendo à criação dos postos de trabalho".

Vejamos três exemplos referenciados por Odete Santos:

- No ramo das indústrias eléctricas foram concedidos 14 milhões de contos de incentivos a que deveria corresponder a criação de 3.843 postos de trabalho. Foram apenas criados 1.300 e eliminados 1.500;

- A INDELMA, que recebeu subsídios do SIBR, do PEDIP, do FSE, que recebeu subsídios à exportação, num total de 982 mil contos, ainda não fez outra coisa que não seja despedir trabalhadores, em vez de criar os 355 postos de trabalho, contrapartida dos subsídios;

- A Ford-Electrónica que se instalou com a promessa de criar 1.700 postos de trabalho para obter 9.250 milhões de contos, tem apenas 800 trabalhadores - menos de metade.

Em debate, hoje, por iniciativa do PCP

Censura popular ao Governo sobe ao Parlamento

As atenções políticas estão hoje centradas no Parlamento onde a ordem do dia é inteiramente preenchida com uma Moção de Censura ao Governo apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, cuja discussão se prolongará por amanhã. Anunciada na passada sexta-feira pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, esta iniciativa da formação comunista que vem marcar a agenda política surge na sequência do caso da reparação de motores de helicópteros indonésios pelas OGMA.

Vindo de há uns meses a chamar a atenção para a necessidade de uma clarificação política que por via do recurso à dissolução da Assembleia e antecipação das eleições legislativas fosse susceptível de estancar e inverter o processo de degradação político, económico e social, para o PCP, o noticiado caso do apoio

às Forças Armadas indonésias constitui mais uma prova dos "irreparáveis danos que causa o prosseguimento do Governo", mostrando simultaneamente "o completo descrédito que o atinge".

Octávio Teixeira, presidente do Grupo comunista, em declarações ao "Avante!" a propósito deste caso, considerou que esta reparação de material das FFAA da Indonésia pelas OGMA é "profundamente chocante e revoltante", do mesmo modo que é para si "intolerável e condenável" que perante esse facto politicamente grave a principal preocupação do Primeiro-Ministro seja dirigida para a "imagem das OGMA e dos seus interesses comerciais".

"O que é posto em causa por este facto é a credibilidade externa da diplomacia portuguesa na defesa dos direitos dos timorenses à liberdade, à autodeterminação e à independência", referiu Octávio Teixeira, para quem, "independentemente das responsabilidades materiais por este acontecimento grave", não subsistem dúvidas de que "as responsabilidades políticas são por inteiro do Governo", devendo, em conformidade, ser-lhe imputadas e "assumidas até às suas últimas consequências".

Explicitando de forma mais nítida o sentido da moção apresentada pelo PCP, hoje em debate, Octávio Teixeira garantiu que o seu "centro fulcral" e a sua "primeira razão de ser" estão indissolúvelmente ligados às "responsabilidades do Governo na degradação da situação social e no deplorável estado da economia". Nesse sentido, observou, o caso OGMA/Indonésia "é mais uma gota no copo já a transbordar dos efeitos nefastos da política do Governo de Cavaco Silva e do PSD no desemprego, nas falências e encerramento de empresas, nos salários e rendimentos agrícolas, nos direitos dos cidadãos, no funcionamento democrático das instituições".

"Por isso o PCP apresentou uma moção de censura ao Governo, para dar expressão institucional ao descontentamento e protesto dos cidadãos e à necessidade de dar resposta à situação social, económica política", frisou Octávio Teixeira, que não quis concluir o seu depoimento sem deixar um repto ao PS para que este acompanhe a opinião dos comunistas de que "a melhor forma de dar essa resposta é a dissolução da AR e a realização de eleições antecipadas".

Futuro da União Europeia

O Grupo Parlamentar do PCP reiterou a necessidade de Portugal colocar a questão da coesão económica e social como um problema fundamental, rejeitando qualquer propósito que vise a preterição deste

objectivo ou que sobre esta matéria admita a possibilidade de uma «Europa a duas velocidades». Foi numa das sessões plenárias da passada semana, mais exactamente na que teve num dos pontos da sua

agenda o futuro da União Europeia, um debate cujo mérito o deputado Luís Sá não deixou de realçar, porquanto, frisou, "vem comprovar que não mais será possível, como foi tentado com o Tratado de Maastricht e em Portugal

aconteceu, decidir questões fundamentais para a vida dos povos à revelia da sua intervenção e participação".

Cinco questões essenciais, do ponto de vista da sua bancada, foram entretanto recenseadas por Luís Sá a propósito da revisão do Tratado da União Europeia e das Conferências Intergovernamentais de 1996. A primeira, disse, prende-se com a importância de todo este processo ser aberto e participado pelos parlamentos nacionais, o que coloca como questão central a necessidade de o povo português ser "chamado a pronunciar-se soberanamente sobre as questões essenciais da revisão do Tratado". A este respeito, numa críti-

ca directa ao PS e ao PSD, não passou despercebida ao deputado do PCP aquilo a que chamou a postura incoerente dos que afirmam "querer mais democracia na CE e mais direitos dos cidadãos e não permitiram no passado a intervenção decisiva das populações e o seu cabal esclarecimento".

No entender de Luís Sá - e esta foi a segunda questão para a qual chamou a atenção - o objectivo essencial da revisão do Tratado de União Europeia "deverá ser mudar de rumo e não persistir numa política que já mostrou os seus frutos negativos", defendendo neste plano que está demonstrado que "a aplicação da política e dos critérios de convergência anómala prejudica o crescimento e o emprego".

Depois de garantir que, em

materia de coesão económica e social, não pode haver «Europa a duas velocidades» - a terceira questão por si levantada -, Luís Sá deteve-se na questão seguinte para rejeitar, em nome da sua bancada, "qualquer solução de secundarização de médios países como Portugal" e para reafirmar que o PCP defende a "Europa da igualdade".

Realçado por Luís Sá, por último, foi a rejeição das tendências e tentativas para transferir o segundo e o terceiro pilares da CE - a Política Externa e de Segurança Comum, e a cooperação na área policial -, "do campo da política intergovernamental, em que Portugal tem uma voz em doze, para política comunitárias, em que a sua intervenção seria necessariamente secundarizada através do funcionamento do princípio da maioria".

Novo Código Cooperativo Governo viola Constituição e subverte princípios

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de querer escancarar as portas do movimento cooperativo a interesses estranhos, designadamente de grupos económicos, com isso subvertendo por completo os princípios cooperativos. Estava-se no debate da proposta do Governo relativa à revisão do Código Cooperativo, apresentada pelo ministro do Planeamento, na Assembleia da República, diploma que o deputado comunista Lino de Carvalho considerou estar igualmente ferido de inconstitucionalidade.

Contrariamente ao que afirma o Governo na exposição de motivos do seu pedido de autorização legislativa, onde se pode ler que as linhas mestras do novo Código Cooperativo visam "corresponder ao conjunto de preocupações sentidas e expressadas pelo sector", a verdade é que nem o movimento cooperativo tem uma visão globalmente negativa do actual Código, nem a sua revisão global, no momento actual, recolhe o consenso do sector.

Para este mesmo facto chamou a atenção Lino de Carvalho, com ele lembrando, nomeadamente, que a questão para o movimento cooperativo tem sido a de obter resposta às novas condições e exigências que hoje enfrenta, e não, como o Governo fez, um novo Código que subverte princípios fundamentais.

Estão neste caso, como assinalou Lino de Carvalho, a violação do princípio constitucionalmente consagrado de "um homem, um voto" nas cooperativas do 1º grau; a possibilidade dos excedentes

serem distribuídos não em função das operações económicas realizadas pelos cooperadores com a cooperativa mas em função, por exemplo, do capital subscrito; a admissão de membros investidores, estranhos aos cooperadores, com direito a voto; ao aumento, em oito vezes, do capital mínimo necessário para a constituição da cooperativa; a possibilidade da totalidade das direcções das cooperativas de grau superior (as uniões) serem constituídas por pessoas completamente estranhas à união ou às cooperativas filiadas.

Em causa estão, por conseguinte - e neste matéria o PS compartilhou das críticas da bancada comunista ao reconhecer nesta iniciativa, pela voz de Armando Vara, uma "tentativa de descaracterização das cooperativas" -, alterações de fundo que, a irem por diante, como alertou Lino de Carvalho, permitirão a "tomada do controlo das cooperativas por entidades estranhas aos cooperadores e aos princípios e objectivos do movimento cooperativo".

"Com este novo Código - sublinhou Lino de Carvalho - ficam as portas abertas para «representantes» dos interesses da Parmalat poderem, num golpe de asa, dominar grandes uniões leiteiras; «testas de ferro» de grupos de distribuição do sector alimentar poderem tomar conta do Grupo lisboeta de Abastecimento de Produtos Alimentares fornecedores das cooperativas de consumo e dos pequenos comerciantes; ou empreiteiros sem escrúpulos dominarem as cooperativas de habitação".

Do que se trata, pois, na perspectiva da bancada comunista, não é do «reforço da capacidade empresarial das cooperativas», como o Governo quer fazer crer, mas sim de substituir "o primado da solidariedade, da ajuda mútua, do homem, que estão na génese do movimento cooperativo" pelo "primado do capital".

Minas do Pejão

PSD recusa audição proposta pelo PCP

O PSD recusou uma proposta de audição parlamentar, subscrita pelo PCP, sobre o encerramento das minas do Pejão, em Castelo de Paiva. Com esta iniciativa, para o Grupo comunista, tratava-se de "esclarecer e contribuir para uma solução económica e socialmente justa". Assim o não entendeu a bancada da maioria, para quem, de acordo com declarações do seu deputado Rui Rio à Agência Lusa, numa referência à ameaça dos mineiros de deixar alagar as minas, uma tal iniciativa significaria "dar cobertura parlamentar a actos de insubordinação".

Considerando que a Assembleia da República não pode estar alheia às consequências decorrentes do encerramento das minas do Pejão, a proposta dos deputados comunistas, que desde logo contou com o apoio do PS, pretendia contribuir, designadamente, para o encontrar de soluções, no plano social, adequadas à situação específica gerada pela decisão governamental de cessar por completo a

laboração, face à perda do principal consumidor de carvão - a EDP (Tapada do Outeiro).

Em causa está, concretamente, o encontrar de soluções para os cerca de 500 trabalhadores que ainda laboravam na mina em finais de 1994, bem como para os cerca de 400 que anteriormente já tinham rescindido contratos, muitos deles com dezenas de anos de duro trabalho, responsável, em muitos casos, por incapacidades profissionais.

Importa lembrar, por outro lado, que nenhum dos compromissos assumidos pelo Governo na altura do anúncio do encerramento foi cumprido, quer os compromissos tendo em vista a formação e reconversão profissional dos mineiros, quer a criação na região de novos empregos alternativos através designadamente da instalação de um parque industrial na freguesia de Pedrido, quer ainda a implementação de novas acessibilidades em ordem a promover e a facilitar a instalação de novas empresas.

Copenhaga

Sete países dos mais pobres do mundo reuniram-se em Copenhaga para elaborarem uma lista de reivindicações a apresentar às nações ricas na Cimeira para o desenvolvimento social convocada para 6 a 12 de Março na capital dinamarquesa.

Os delegados destes sete países ou regiões mais desfavorecidos (Zâmbia, Uganda, Moçambique, Vietname, Salvador, Guiana e Estados das Caraíbas), reunidos na cimeira "A7", sob a égide das Organizações não-governamentais (ONG), em resposta ao Grupo do G7 (os sete Estados mais industrializados), querem chamar a atenção dos países ricos para as prioridades dos países pobres.

Bósnia

Os bósnios e os sérvios da Bósnia chegaram a acordo sobre a abertura, até 1 de Fevereiro, o mais tardar, das duas estradas que atravessam o aeroporto de Sarajevo. Uma das estradas liga Sarajevo ao mundo exterior e a outra permite a circulação entre duas localidades sob controlo sérvio. Este entendimento, que põe fim a um impasse prolongado, inscreve-se no âmbito do artigo 7 do acordo de cessação das hostilidades, em vigor desde o passado dia 1.

Trata-se de um compromisso, nos termos do qual, embora não autorizando o tráfego comercial, como pretendiam os bósnios, os sérvios permitirão que o auxílio humanitário seja transportado, não apenas por oito organismos ligados à ONU, mas também por cinco organizações humanitárias locais de Sarajevo. O acordo foi concluído algumas horas antes da partida de Sarajevo do general Michael Rose, comandante dos "capacetes azuis" na Bósnia-Herzegovina.

Brasil

Cerca de 73 por cento da população rural do Brasil vive abaixo da linha de pobreza, revela um relatório do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) divulgado o passado fim-de-semana em Brasília. O documento, apresentado na capital federal pelo presidente do FIDA, Fawzi Al-Suitan, afirma que o Brasil tem 28,8 milhões de pobres nas zonas rurais e que, por cada mil nascimentos, morrem 85 crianças antes de completar os 5 anos. Segundo este organismo das Nações Unidas, o Brasil, com os seus 73 por cento, é o segundo país da América do Sul em concentração de população rural pobre, ultrapassado somente pela Bolívia, onde a

Tchetchénia

As populações civis são alvo preferencial dos bombardeamentos

Entremeadas de sucessivos anúncios de negociações, a guerra continua a devastar a Tchetchénia, atingindo fundamentalmente as populações civis.

Dias após as declarações oficiais da queda de Grozni, e passado mais de um mês de combates, as forças militares russas bombardeiam ainda a capital tchetchena, parcialmente dominada pelos separatistas, instalados na margem leste do rio Sunja, que atravessa a cidade de norte a sul.

Neste momento, os alvos preferenciais dos bombardeiros são o único local onde os habitantes da cidade podem obter água potável, e a estrada que conduz ao mercado central, também o único local onde se pode obter alimentos.

Por toda a república, a tática é a mesma - bombardear as cidades, arrasando os edifícios, provocando o pânico dos habitantes, e depois fazer entrar os tanques e veículos blindados. Neste momento o número de refugiados ronda os 400.000.

Uma guerra instalada, em que os anúncios de início de negociações estão à partida votados ao fracasso, por prévias exigências mutuamente inaceitáveis. A parte tchetchena exige a retirada das tropas russas. O governo de Moscovo coloca como condição de paz o desarmamento unilateral dos "bandos armados".

Já antes do desencadear da guerra, as consequências da tensão entre Moscovo e Grozni faziam-se sentir de forma particularmente negativa para a população da Tchetchénia. Tanto no plano económico como político.

O bloqueio económico que se seguiu à declaração unilateral de independência em 1991, gerou crescentes dificuldades na vida do dia-a-dia. A incerteza quanto ao futuro, o corte de subsídios do poder central (o orçamento russo incluía uma verba significativa destinada à Tchetchénia, e que foi cortada desde 1991), o poder acrescido das redes da economia paralela, as mafias reforçadas com a situação de bloqueio, gera-

ram uma situação de penúria generalizada e de aprofundamento das diferenças sociais.

A produção petrolífera sofreu uma quebra vertical, não apenas por falta dos produtos necessários, como pela fuga dos especialistas russos que, como parte importante da população russa na república, preferiu partir em massa.

Números divulgados pela imprensa moscovita, ainda antes da intervenção militar,

indicam que não restarão na Tchetchénia mais de 60.000 russos (em 1992 os russos representavam 30% da população da República tchetcheno-inguiche - que entretanto se dividiu em duas repúblicas - ou seja cerca de 400.000 pessoas). Muitas fábricas pararam, a agricultura regressou ao estágio de trocas directas dos produtos, a criminalidade registou um enorme agravamento.

No plano político, agudizam-se as lutas pelo poder, e Dudaiev (o presidente cuja eleição sempre foi contestada em Moscovo) concentra todo o poder nas suas mãos: o parlamento e o governo são dissolvidos em Abril de 1993, e é introduzida a censura.

Também na Rússia a guerra acentua o carácter antidemocrático do regime de Ieltsin (ou será instrumento deliberado do poder com esse mesmo objectivo).

As posições assumidas contra a intervenção militar passam a ser consideradas como de apoio aos separatistas tchetchenos, e Boris Ieltsin multiplica as pressões para que os meios de comunicação social se limitem a difundir as "verdades oficiais" sobre a crise.

Mas uma coisa são as pretensões e objectivos do poder, e outra as realidades concretas que a vida vai tecendo. Na Rússia afirma-se um movimento pacifista, nomeadamente em torno das mães dos soldados enviados para a frente de batalha. Cresce a oposição à política presidencial, aos mais diversos níveis. A economia, já de si extremamente fragilizada, ressent-se do choque das despesas da guerra e a Duma rejeita o projecto de orçamento para 1995, que não tinha em conta estes novos gastos.

Entretanto, encetada a lógica militar, o conflito ameaça agravar-se, tocando outras regiões. Registam-se confrontos no Daguestão. Na fronteira tchetcheno-inguiche são assinalados choques entre a população e as forças armadas russas.



A população abandona Grozni, sujeita a intensos bombardeamentos

Cruz Vermelha denuncia violação do direito humanitário

O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) denunciou, há dias, graves violações do direito humanitário na Tchetchénia, onde "a maioria das vítimas é civil".

O presidente do CICR, num encontro em Genebra com o chefe da diplomacia russa, referiu "as terríveis consequências dos ataques e dos bombardeamentos da população civil", e o representante do CICR em Moscovo, Thierry Meyrat, considerou que as autoridades russas "não tiveram em conta a dimensão humanitária" do conflito, nomeadamente ao encerrar as fronteiras a sul da Rússia, mesmo para a ajuda humanitária.

Meyrat sublinhou que o governo russo "deve assumir as suas responsabilidades no sentido de melhorar a ajuda humanitária, e as autoridades devem apoiar essa ajuda e não levantar-lhe obstáculos ou controlá-la".

De entre as denúncias de violação do direito humanitário, a Cruz Vermelha refere ainda a inexistência de tréguas para evacuação dos feridos, a recusa do direito de visita aos prisioneiros (no caso, tanto da parte tchetchena como russa), os obstáculos administrativos que na prática levam ao bloqueamento de qualquer ajuda, e sobretudo os bombardeamentos sobre as populações, os hospitais, os reservatórios de água potável.

Alemanha

A "caça às bruxas" atinge milhares de pessoas na ex-RDA

Egon Krenz, o último chefe de Estado da República Democrática Alemã e presidente do SED (partido comunista da RDA), e seis outros membros da comissão política do SED, irão ser levados a julgamento, em data ainda não marcada, acusados de não se terem empenhado na melhoria da situação na fronteira interalemã e no Muro de Berlim, onde ao longo dos anos se verificaram várias mortes.

Esta decisão da justiça alemã foi criticada por vários jornais, por considerarem as acusações muito frágeis.

Um processo que está bem longe de ser um caso isolado.

Na verdade, centenas de milhar de cidadãos da ex-RDA são tratados como suspeitos.

Apenas em Berlim-Leste foram instaurados mais de 15 000 processos judiciais, com carácter claramente político. Outros 15 000 processos de idêntico teor estão entretanto a ser elaborados. Ou seja, esta ofensiva repressiva, promovida por Bona, irá atingir 30 000 pessoas. Em 1990, Berlim-Leste tinha uma população de

1 200 000 habitantes. O que significa que tais processos atingem uma em cada 40 pessoas.

Em toda a zona oriental da Alemanha contam-se cerca de 400 000 pessoas perseguidas. O que assume um carácter tanto mais dramático quanto a abertura de processos é frequentemente acompanhada de exonerações, despedimentos e da perspectiva de desemprego. Por definição, os 2 200 000 antigos funcionários da RDA são considerados globalmente como suspeitos.

Uma comissão especial - designada comissão Gauck - foi encarregada de conservar e examinar os velhos dossiers do antigo Ministério da Segurança de Estado, e é nessa base que milhares de pessoas estão a ser injustamente acusadas. Antes do mais, antigos membros do SED. Mas também gente de outros partidos, como é o caso do actual ministro-presidente de Brandeburgo, Manfred Stolpe, social-democrata, ou do escritor Stefan Heym, que não tem qualquer filiação partidária.

EUA

Ajudas e negócios

O debate, no Congresso dos Estados Unidos, sobre o previsto pacote de ajuda financeira ao México, de 40 milhões de dólares, trouxe à tona, de forma particularmente clara, o que representa a política de "cooperação" e "ajuda" dos EUA em relação aos países subdesenvolvidos. E as contradições que essa política envolve.

"Não estou pronto a enviar-lhes um centavo de ajuda externa. Mas estou pronto a co-assinar uma nota de crédito se eles se dispuserem a modificar a sua política, para poderem pagar", afirmou o presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Newt Gingrich.

Isto porque "é mais barato para nós, como risco, do que ter a economia deles a desfazer-se e ter dez a quinze milhões de mexicanos desesperados por trabalho".

Igualmente explícito foi o secretário norte-americano do Tesouro, que sublinhou que a Casa Branca não avança com ajudas financeiras sem "fortes garantias". O produto das vendas do petróleo mexicano, em dólares, servirá de caução ao empréstimo que Washington admite conceder ao México. Admite-se mesmo que as exigências dos credores vão mais além e passem, por exemplo, por pressões no sentido da privatização da companhia nacional Pemex.

No fundo da escala, pagará o povo mexicano, com previsíveis novos planos de "austeridade".

A lógica do domínio capitalista acarreta consequências nem sempre controláveis pelos seus próprios promotores.

O risco de novas vagas de imigração, da parte de populações reduzidas a condições insustentáveis de vida, ou sem perspectivas, é muito real. Tal como previsíveis encerramentos de empresas norte-americanas, nomeadamente nas zonas

fronteiriças, com o conseqüente aumento de desemprego, face à concorrência dos baixos salários mexicanos.

Ao grande capital norte-americano caberá sempre, entretanto, a parte de leão - o petróleo mexicano, o domínio de novos mercados, a posse de outras empresas. A estreita faixa de ricos mexicanos algo ganhará também com tais acordos. O mesmo não se pode dizer da população mexicana. E tão-pouco dos trabalhadores de ambos os países.



Em Dezembro passado, decorreu em Miami a cimeira americana que reuniu o presidente dos Estados Unidos e 34 chefes de Estado de todo o continente. Entre as prioridades, uma maior liberalização do comércio

América Latina

A estratégia neoliberal

A política dos EUA em relação ao México, é um exemplo, entre outros, da estratégia neoliberal que nomeadamente tem vindo a ser imposta aos países da América Latina. Naturalmente com o apoio activo de sectores do capital, tal como ao nível do poder, nesses mesmos países.

Das consequências dessa estratégia fala o jornalista e escritor Paulo Shilling, em entrevista ao periódico brasileiro dos "Sem terra", que aqui parcialmente reproduzimos.

"Utilizando exclusivamente dados estatísticos oficiais é possível verificar o fracasso das políticas neoliberais em países como o México, a Venezuela, o Chile, a Argentina e o Brasil. Seus efeitos são a desindustrialização e a estagnação da economia. Mesmo quando se verifica algum crescimento económico, o índice de desemprego continua aumentando. Um exemplo óptimo: a indústria automotora instalada no Brasil produziu, em 1993, 40% a mais de veículos, com somente 15 de aumento na mão-de-obra ocupada.

"No relativo ao colapso do comércio exterior em consequência da abertura das fronteiras económicas, a maior prova é apresentada pela Argentina: o saldo da balança comercial que foi de mais de 8 biliões de dólares em 1990, caiu nos últimos anos para 3 a 4 milhões negativos, devendo atingir 6 biliões neste ano. A dolarização aplicada por Menem (o Plano Real é um disfarce disso) significou que mais de 25 biliões de dólares deixassem de entrar na economia argentina.

"O desemprego cresce aceleradamente em nossos países em razão da aplicação de tecnologia destinada a tornar a indústria competitiva no mercado internacional. Os excluídos já são legião nos países periféricos e podem se tornar a maioria das populações em poucos anos, caso se mantenham planos como o Real. Os direitos sociais estão sendo liquidados com o propósito de tornar ainda mais barata a mão-de-obra para as empresas transnacionais e para a burguesia nacional. O "modelo exportador" é fortalecido, cada vez mais a produção é destinada aos mercados internacionais, em detrimento das necessidades das populações."

O PCP no Congresso do PC da Federação Russa

O Partido Comunista da Federação Russa realizou o seu terceiro Congresso, em Moscovo, entre 21 e 23 de Janeiro.

O Partido Comunista Português fez-se representar por Carlos Aboim Inglez, membro da Comissão

Central de Controlo.

O Comité Central do PCP

enviou ao Congresso dos

comunistas russos a

mensagem que aqui

transcrevemos.

Queridos camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Português transmite as calorosas saudações fraternais dos comunistas portugueses aos delegados do 3º Congresso do Partido Comunista da Federação Russa, a todos os comunistas da Rússia, que através de uma muito difícil conjuntura permaneceram fiéis aos interesses vitais dos trabalhadores e mais amplas camadas populares da Rússia, às grandes realizações socialistas de pro-

gresso social, económico, cultural e político iniciadas pela Revolução de Outubro, aos generosos ideais do comunismo.

Graves deformações na construção da sociedade socialista na URSS exigiam sem dúvida novas orientações e a tomada de medidas para relançar e impulsionar a construção do socialismo. Mas a "perestroika", iniciada declaradamente para renovar, defender e desenvolver o socialismo, veio a degenerar, sob crescente influxo de forças anti-socialistas, numa grave crise que conduziu ao desmantelamento da URSS e à tentativa de nela impor o restabelecimento do capitalismo. Trata-se de um recuo histórico, não só gravemente penalizador dos trabalhadores e dos povos da ex-URSS, mas igualmente dos trabalhadores e dos povos de todo o Mundo. A radical alteração da correlação de forças mundial permitiu ao imperialismo desencadear, sob a hegemonia dos EUA, uma poderosa ofensiva com o objectivo de impor o seu domínio universal, contra os direitos dos trabalhadores e as grandes conquistas sociais alcançadas neste século. A paz não foi assegurada, antes se multiplicam os focos de guerras de agressão.

Todavia, o imperialismo não tem as mãos livres nem o futuro assegurado. Trabalhadores e povos de todo o mundo, com os comunistas e outras forças progressistas, prosseguem a luta contra a exploração capitalista e a opressão imperialista, pelo progresso social, a emancipação e soberania nacional, a paz

e o socialismo. A rivalidade interimperialista agudiza-se e a crise do capitalismo confirma a incapacidade do sistema para dar solução aos mais graves problemas da Humanidade, dos quais é na realidade a causa fundamental. O século XX foi, não o do "fim do comunismo", mas sim o da primeira avançada histórica na realização prática dos sonhos milenários dos explorados e oprimidos. Neste limiar do século XXI, o futuro ao comunismo pertence.

Em Portugal, o Partido Comunista, que lutou quase meio século defrontando a repressão da ditadura fascista, desempenhou papel determinante, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, na Revolução libertadora do 25 de Abril de 1974 e nas profundas transformações socioeconómicas, políticas e culturais que ela realizou. Aprofundando a sua ligação aos trabalhadores e às massas populares, o PCP combate em todas as frentes a política da direita que está a restaurar o poder dos monopólios e a submissão ao imperialismo, e luta por uma democracia avançada simultaneamente política, económica, social e cultural, no quadro da independência e da soberania nacionais.

Atento às novas realidades e tirando ensinamentos da sua própria experiência, das experiências do movimento revolucionário mundial e da construção do socialismo ao longo do século XX - o PCP confirma a sua identidade comunista, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, definindo os

objectivos do socialismo para Portugal com particular relevo ao efectivo poder dos trabalhadores e das massas populares, a novas formas de democracia política e a estruturas socioeconómicas socialistas que permitam o desenvolvimento impetuoso das forças produtivas.

Queridos camaradas

Nas actuais difíceis condições em que lutais, queremos expressar-vos a activa solidariedade dos comunistas portugueses e a nossa confiança em que, unidos aos trabalhadores e às massas populares da Rússia, acabareis por superar a grave situação actual e criar condições para retomar, renovado e fortalecido, o rumo da construção do socialismo na vossa Pátria.

Convosco e com todas as forças progressistas do mundo, comemoraremos este ano duas datas históricas de particular relevo para o vosso povo e a Humanidade: 125º Aniversário do nascimento de V.I.Lenine e o 50º Aniversário da Vitória sobre o nazi-fascismo.

Reafirmando as nossas fraternais saudações, expressamos o grande interesse em desenvolver no futuro as relações de solidariedade e cooperação entre os nossos dois partidos, no interesse dos trabalhadores e dos povos dos nossos países, da causa da paz e do socialismo no mundo.

pobreza atinge 95 por cento dos camponeses. O relatório revela que, no Brasil, "88 por cento das terras pertence aos 20 por cento mais ricos da população rural e que os 40 por cento mais pobres" dividem entre si a restante.

O Fundo defende a necessidade de "mudança nas políticas macroeconómicas dos governos para melhorar o acesso dos pobres rurais aos recursos e serviços" e, além do acesso à terra, a promoção de políticas orientadas de "crédito, impostos, preços e comercialização".

Palestina

A Autoridade Palestiniana afirmou que a prossecução das negociações de paz constitui o melhor meio de travar a violência. Morreram 19 pessoas no atentado de domingo em Israel perpetrado por fundamentalistas palestinianos.

Nabil Chaath, o principal negociador palestiniano, qualificou de "reação puramente emocional" o apelo à suspensão das negociações entre Israel e a OLP lançado pelo presidente israelita, Ezer Weizman.

"Queremos - acrescentou - que a outra parte (Israel) ajude a criar uma atmosfera propícia ao processo de paz, contra a violência e o terrorismo sob todas as formas."

O governo de Rabin decidiu vedar o acesso dos palestinianos da Faixa de Gaza e da Margem ocidental do rio Jordão a Israel durante "alguns dias".

Em Jerusalém, um alto responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros israelita declarou entretanto que o governo de Rabin "prepara-se para congelar de facto o processo de paz com os palestinianos mas sem o dizer".

Oficialmente, Israel afirmou a sua vontade de prosseguir as negociações de paz, a despeito do duplo atentado com explosivos perto de Telavive.

Argélia

Dezanove crianças, com idades compreendidas entre os sete e os dezassete anos, foram assassinadas nos últimos 18 meses, por grupos fundamentalistas islâmicos.

Entre as vítimas contam-se oito adolescentes, mortas por terem recusado usar o véu islâmico ou o casamento temporário com chefes dos grupos armados. Quarenta e quatro crianças ficaram feridas em consequência de atentados terroristas destes mesmos grupos. A violência na Argélia já fez mais de 10.000 mortos no período decorrido entre Fevereiro de 1992 e Dezembro de 1993, segundo um balanço oficial. As estimativas da imprensa argelina apontam para 25.000 a 30.000 mortos.

Texto: Anabela Fino
Fotos: Jorge Caria

Proporcionar a toda a humanidade uma vida que valha a pena viver continua a ser um sonho que os extraordinários avanços da Revolução Científico-Técnica não tornaram mais próximo. Entre o possível graças aos avanços da ciência e da técnica e a realidade quotidiana subsiste um abismo que condena a maioria da população mundial à luta pela sobrevivência, enquanto uma minoria arrecada os frutos do que deveria ser património de todos. Não é uma inevitabilidade. Como afirma Francisco Silva, engenheiro electrotécnico, especialista em telecomunicações e autor de vários trabalhos de índole técnico-científica (entre os quais a recente edição de "Fronteiras do Futuro"), cabe à humanidade lutar para que a tão inquietante quanto estimulante aventura do conhecimento seja de facto posta ao serviço do homem.

Acreditou-se durante muito tempo que a Revolução Científico-Técnica (RCT) iria trazer à humanidade a possibilidade de usufruir cada vez mais da sua condição de ser cultural e social. A realidade que hoje enfrentamos está longe de corresponder a esta aspiração. Parece que a RCT está a processar-se sem contrapartidas, ou pior, com contrapartidas negativas para a maioria da população. Que contradição é esta?

Quando nos referimos à RCT estamos normalmente a falar da aceleração verificada depois da II Guerra Mundial, particularmente depois da década de 40 e 50, e que assume modalidades novas na nossa época. Mas para perceber os seus resultados é preciso ir um pouco mais atrás e ver em que matriz é que ela foi estimulada. Essa matriz foi a do desenvolvimento das sociedades capitalistas, foi a matriz da necessidade de fazer avançar a tecnologia para que substituisse o homem, de forma a diminuir custos.

Penso que essa é uma das razões para a questão que mais nos preocupa, ou seja, o facto de a RCT deixar o homem fora do trabalho. Isso acontece, sobretudo, porque a orientação da evolução tecnológica teve como objectivo principal a redução dos custos do trabalho, do trabalho vivo...

Não é certamente esse o objectivo dos cientistas...

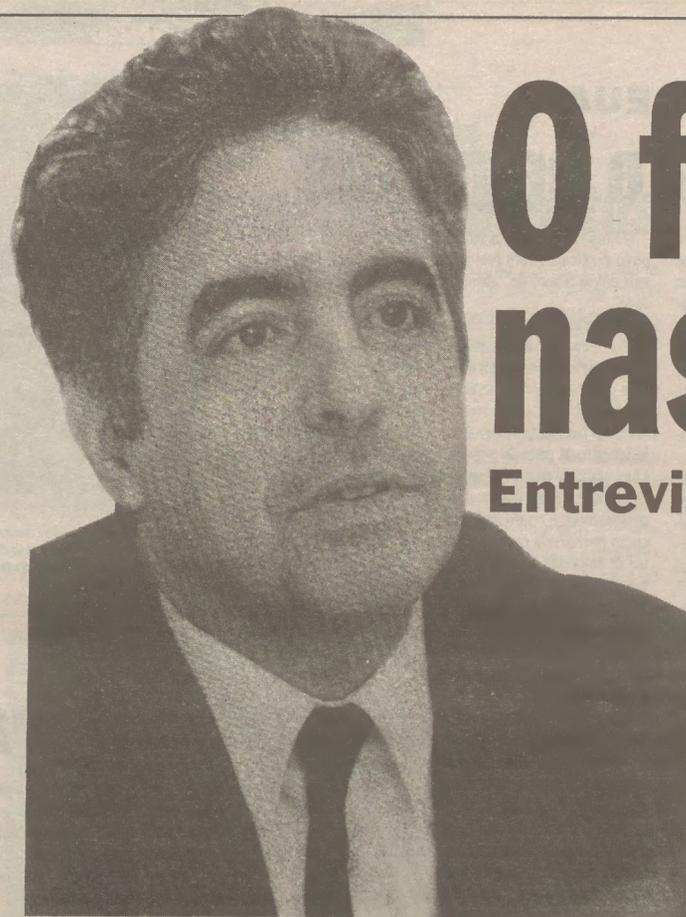
Os cientistas desenvolvem o conhecimento, mas a ligação entre a ciência e a tecnologia, entre a ciência e a sua aplicação, é feita sobretudo através da engenharia. O que é que sucede? Hoje em dia fala-se muito de inovação, mas há que distinguir entre a inovação do processo e a inovação do produto: a inovação do produto respeita ao que as pessoas utilizam no fim; a do processo tem a ver com a utilização de métodos cada vez mais eficientes para obter determinado produto. Ora, nesta produção em massa, única até há pouco tempo, sem variações, em que o produto era o produto e cujos custos baixavam em função da quantidade, o que se tentava fazer era diminuir os custos do processo. Diminuir os custos do processo significava, em grande medida, diminuir os custos do trabalho.

Uma alteração da evolução e da aplicação do conhecimento só é possível com uma grande participação e com o querer das pessoas. E com a luta.

necessidades reais das pessoas. Há uma relação interdisciplinar entre todas estas questões. Mas a pessoa, o utilizador, tem de participar neste processo, e o que se verifica é que muitas vezes as pessoas têm dificuldades em ter horizontes porque não conhecem as possibilidades tecnológicas nem têm por si só o conhecimento, que as ciências sociais e humanas cada vez terão de dar mais, de como é que estas questões se casam, de como é que a tecnologia deve ser integrada de forma a potenciar as capacidades humanas e não a limitá-las.

Continua a ser muito escasso, pelo menos em Portugal, o recurso ao sociólogo, ao antropólogo...

Mas já se verifica uma diferença grande em relação a alguns anos atrás. Hoje em dia também já há trabalho nesses domínios em Portugal.



O futuro nas nossas mãos

Entrevista com Francisco Silva

E são as empresas, o capital, quem está a descobrir a necessidade de recorrer a essas ciências para atingir os seus objectivos, ou há uma preocupação em responder às tais necessidades das pessoas?

Eu penso que, essencialmente, isso se deve às necessidades do capital. Claro que há uma parte da comunidade científica que está a batalhar pelo reconhecimento da importância destas questões para o ser humano; outra parte, mais seguidista em relação ao capital, está mais atenta às necessidades deste, até porque precisa dele para trabalhar...

Esse aspecto é curioso. A investigação precisa de meios, naturalmente, mas essa dependência do capital potencia a utilização preversa dessa mesma investigação. Qual é a situação nesse domínio em Portugal? Há investigação independente?

Em Portugal, a investigação existe sobretudo fora do controlo orgânico do capital. Nós somos um país - tendo em conta as relações normais de desenvolvimento económico na sociedade capitalista, que é esta em que vivemos - atrasado. Como as nossas empresas são pouco desenvolvidas, não controlam directamente essas variáveis, são "subcontratadas" de quem as controla nos outros países. Em relação ao passado, há hoje uma comunidade científica que, embora insuficiente, tem já uma dimensão razoável, mas é uma comunidade que está quase completamente separada das necessidades das empresas. Não há, portanto, esse tipo de controlo directo, o controlo faz-se por vias de terceiros...

E faz sentido que esteja assim tão separada?

Não faz sentido. Na minha opinião, o problema maior do nosso tecido económico é o de não ter desenvolvimento em termos científicos. Realmente, a maior parte das empresas, inclusive as maiores, não têm a dimensão para determinados tipos de desenvolvimento, mas têm de certeza para outros... os agricultores, por exemplo, sempre fizeram investigação no seu trabalho!

Temos de desmistificar esta questão de que a investigação só pode ser feita na grande ciência ou nas grandes unidades... Depois, temos de considerar que há esta necessidade para o desenvolvimento das empresas, mas têm que ser as empresas a fornecer às pessoas os meios para a investigação. Isto não quer dizer que não haja ligação entre a comunidade científica e o desenvolvimento nas empresas, o que não pode é ser a comunidade científica a substituir-se àquilo que as empresas não fazem.

Mas em termos gerais, a dependência do capital não constitui uma amarra para a investigação?

Do ponto de vista do conhecimento em geral, pode ser uma amarra se os recursos disponíveis forem sempre muito dirigidos e não houver uma percentagem para outro tipo de investigação. Mas é preciso reconhecer que, actualmente, há da parte do grande capi-

tal a consciência de que não pode existir essa amarra completa, sob pena da investigação não ter continuação.

A minha questão vai neste sentido: que tipo de sociedade está a comunidade científica a perspectivar, se parte significativa da sua actividade está virada para a redução dos custos, e é essa mesma redução que está a lançar cada vez mais milhares de pessoas para a marginalidade?

A comunidade científica pode e deve estar virada para a redução de custos, desde que não se descurem outros objectivos... Temos estado a falar da questão do trabalho, mas há outros problemas, que afligem sobretudo as pessoas dos países mais desenvolvidos. É o caso, por exemplo, das questões do ambiente. Há hoje uma grande preocupação, legítima, de não se saber o que vai resultar do desequilíbrio provocado pelo desaparecimento, a curto e médio prazo, de grandes manchas florestais nas zonas tropicais e equatoriais. As pessoas esquecem-se que isso já aconteceu na Europa, aqui há 200 anos, e que, do ponto de vista histórico, as mudanças naturais foram sempre mais profundas e às vezes muito mais rápidas. Ora o que acontece é que, com as suas boas intenções, grande parte dessas pessoas esquece-se de que, no caso das

Na questão do conhecimento científico em si mesmo - conhecimento e não a maneira como ele é aplicado - não vejo que possa haver limites. A forma como ele é utilizado é que poderá ser diferente, mas até para isso, para se saber qual a melhor forma de o aplicar, é preciso ter conhecimento.

florestas, estão em jogo não só os interesses directos do capital na madeira, mas também os das próprias populações menos desenvolvidas. Ainda hoje, quatro em cada dez pessoas necessitam da lenha para se aquecer ou cozinhar! Ou, para sobreviver, têm de deitar árvores abaixo para a agricultura!

Com isto quero eu dizer que as pessoas têm de reinventar formas de desenvolvimento que não ponham em causa a sobrevivência de outras pessoas; não se pode condenar uma parte da humanidade para salvar umas quantas florestas...

Isso remete-nos para outra questão: que raio de RCT estamos nós, humanidade, a produzir, que continua a deixar de fora milhões de pessoas, condenadas à fome, à doença, à miséria?

A RCT não é tudo na vida. A maneira como tratamos disto, a economia, a política, é fundamental. Tal como a participação das pessoas. Não podemos assacar as culpas nem as responsabilidades para cima da comunidade científica e tecnológica, porque se corre o risco de que ela fique com complexos - e bem -, e acabe por tomar precauções a mais, começando ela própria a autocensurar-se, como tem acontecido em certos casos.

Esta matéria tem de ser discutida por toda a gente. Uma alteração da evolução e da aplicação do conhecimento só é possível com uma grande participação e com o querer das pessoas. E com a luta.

Para perceber os resultados da RCT é preciso ir um pouco mais atrás e ver em que matriz é que ela foi estimulada. Essa matriz foi a do desenvolvimento das sociedades capitalistas.



dução maior do que aquela que existe actualmente, a humanidade vai ter dificuldade em sobreviver. Mas quando se fala de esgotamento de recursos, por exemplo, não nos referimos ao esgotamento em termos absolutos, mas em termos económicos...

O que dá uma leitura diferente da realidade... Evidentemente. Fecham as minas do Pejão porque não são rentáveis, mas os recursos, em termos absolutos, continuam lá... Como continua a haver cobre que nunca mais acaba, desde o tempo dos Fenícios, na zona de Mértola e Aljustrel...

Desde meados da década de 70, com a chamada crise petrolífera, que não sendo a causa directa teve alguma coisa a ver com isso, e com o esgotamento dos mercados após o esforço de reconstrução do pós-guerra, houve necessidade de encontrar uma saída e uma das soluções foi a do consumo: se não se conseguia vender, havia que levar a que os produtos fossem mais rapidamente consumidos. Essa nova etapa da crise estrutural leva pois ao consumismo, mas também à necessidade de baixar os custos de produção, e não só no que respeita à mão-de-obra. Por exemplo, os custos da energia baixaram radicalmente. Hoje, para uma produção maior, gastamos menos energia, o que, ao invés de ser um efeito preverso, é um efeito virtuoso deste processo da competitividade. Foi o que as antigas sociedades de Leste não conseguiram fazer, porque não consideraram os recursos energéticos como um custo.

Mas mesmo que os recursos energéticos se esgotassem, já dispomos de conhecimento e tecnologia bastante para explorar os asteroídes. Quanto à questão do efémero, temos que distinguir entre o efémero que é mesmo efémero - por exemplo, um espectáculo, que se esgota no momento - e que corresponde de qualquer forma a necessidades humanas, e o ciclo do efémero noutros produtos, que pode ser mais complicado. Temos o caso dos computadores pessoais: é evidente que é uma vantagem grande para o capital ter aquele produto e ganhar muito com ele, mas por outro lado, não faria sentido estar sempre à espera do produto seguinte que já seria melhor do que o anterior. O que se verifica é que a evolução neste campo é tão rápida - e as necessidades também aumentam - que os produtos se desactualizam. Isso não é um mal em si, nós podemos crescer com as necessidades.

No entanto, é justamente nesta época do efémero que estão a ressurgir em forças medos antigos, fundamentalismos, nacionalismos...

Muitos nihilistas tratam a fragmentação - que é um problema real - como sendo uma coisa só positiva, que ajuda de certa forma a que o efémero se verifique mais na sociedade e, portanto, no escoamento dos produtos e dos serviços. Eu não sei. Penso que esta questão tem a ver com a maneira como uma parte da humanidade tentou resolver o problema de o capitalismo não ter dado os resultados de que estava à espera... e de não saber a que se "agarrar", num momento em que o mundo parece fragmentado e efémero. Talvez haja aí uma ligação, mas é uma matéria muito complexa para se reflectir sobre ela de ânimo leve.

Em todo o caso, há que não esquecer que as questões culturais são questões do longo prazo. Há fenómenos que reaparecem, mas reaparecem com outras características, a História não se repete.

Outra questão, que é paradoxal, é que enquanto a economia é cada vez mais global, as sociedades, pelo contrário, parecem fragmentar-se cada vez mais. Mas fragmentam-se do ponto de vista do país, do Estado, tentando depois reconstituir outro, fazer o seu próprio Estado-nação. Na minha opinião, trata-se sobretudo de uma procura de como sair deste cavar da crise que, sendo mais antiga, voltou a agravar-se. E hoje as contradições são muito maiores.

Desenvolvimento científico que sirva a todos. É uma utopia?

Penso que não, a menos que seja também uma utopia uma sociedade em que todos possam intervir para defender os seus interesses.



Nova política para a Educação

- três apontamentos

I

É já quase um lugar-comum, embora incontornável, referir a crise que atinge a escola e o sistema educativo. A generalizada insatisfação de professores e de estudantes e as constantes lutas a que têm tido que recorrer; a intervenção do movimento de pais e de encarregados de educação; e as profundas preocupações que atingem o conjunto da sociedade portuguesa.

A natureza estrutural e a interdependência dos factores que moldam a crise do sistema educativo é também uma evidência: recursos financeiros insuficientes e mal aproveitados; política de recursos humanos marcada pelo economicismo e por uma formação contínua subvertida em relação ao que deveriam ser as suas verdadeiras finalidades; e carências sérias no plano das estruturas físicas e dos equipamentos cuja satisfação tem vindo a ser protelada de ano para ano.

Quanto à escolarização, a simples leitura dos indicadores evidencia bem a distância a que ainda nos encontramos dos países mais desenvolvidos da União Europeia.

Veja-se, por exemplo, o que se passa na educação pré-escolar, em que Portugal ainda não ultrapassou uma taxa de frequência de 30% e uma capacidade de cobertura da rede pública de jardins de infância do Ministério da Educação de 24% (segundo os mais recentes indicadores, relativos a 1991, tornados públicos pelo Ministério da Educação).

Observe-se como é ainda baixa a taxa de escolarização no ensino secundário (38%) e no ensino superior (22%). E observe-se, também, como o efectivo cumprimento dos nove anos de escolaridade obrigatória está ainda longe de ser uma realidade no nosso país - isto quando já deveria perfilar-se no horizonte um novo alargamento da escolaridade obrigatória, que colocasse a juventude portuguesa ao nível de outros países comunitários, à entrada do terceiro milénio.

Quanto ao insucesso escolar, o seu elevado nível é uma expressão bem palpável da falta de qualidade que atinge o conjunto do sistema educativo, e que a manipulação dos sistemas de avaliação dos alunos no ensino preparatório e secundário não consegue disfarçar.

Falha também a organização e a articulação entre as várias estruturas, sectores e segmentos do sistema educativo. Problema que chega a assumir expressões particularmente agudas na transição da educação pré-escolar (quando ela existe) para a escolaridade obrigatória. E na tormentosa passagem do ensino secundário para o ensino superior.

Outra questão, não menos importante e grave, é a excessiva e sufocante governamentalização de todo o sistema educativo. E a tendência para o comando burocrático-administrativo de toda a vida escolar, a partir do Ministério da Educação, e dos Gabinetes da Ministra e Secretários de Estado. E que constituem um fortíssimo elemento de bloqueio do conjunto do sistema educativo e da intervenção dinâmica que professores, estudantes e a comunidade nele deveriam assumir.

II

Não é difícil de constatar uma convergência muito larga ao nível do registo crítico e da descrição da situação dos problemas da escola e do sistema educativo por parte de muitos professores e dos seus sindicatos mais representativos, de estudantes e das suas associações e de um crescente número de pais e do seu movimento associativo. E constitui um dado significativo o alargamento da consciência e da intervenção sociais em relação aos problemas do ensino, de que constitui recente exemplo a movimentação em torno da falta de funcionários das escolas.

A investigação das causas da situação, nomeadamente ao nível das orientações e políticas que têm vindo a ser concretizadas na área educativa por sucessivos governos de direita, constitui uma tarefa fundamental para quem esteja activamente empenhado na construção de

um futuro melhor. Orientações e políticas que não podem ser apuradas a partir do discurso dos responsáveis - quantas vezes inverdadeiro e demagógico, como sabemos - mas que necessitam de ser determinadas a partir das políticas efectivamente levadas à prática e dos verdadeiros (e quantas vezes ocultos) objectivos e sentidos que essa prática revela.

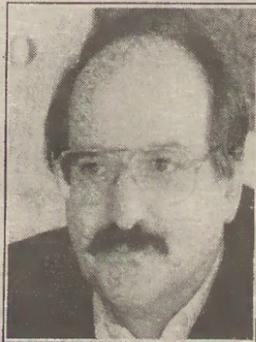
Sendo o PSD responsável pelos destinos da educação em Portugal há década e meia, não há qualquer escapatória para as responsabilidades do Governo.

E a política neoliberal que tem vindo a seguir, caracterizada nas suas linhas essenciais pela crescente desresponsabilização do Estado, pela desvalorização do ensino público e pela mercantilização do ensino e dos saberes, evidenciou o seu fracasso em toda a linha.

Na compreensão que os comunistas têm vindo a desenvolver dos problemas da educação e do ensino e da sua ligação com o desenvolvimento do país, importa igualmente sublinhar duas reflexões básicas.

A primeira, diz respeito à sensibilidade de que nem todas as questões educativas são da esfera daquilo que se designa por política educativa. E que há várias dimensões a considerar nos problemas educativos que não devem ser amalgamadas, embora naturalmente se interinfluam (e dimensões a considerar quer dizer, sobretudo, do nosso ponto de vista, dimensões a respeitar).

A segunda, prende-se com a reflexão sobre as forças motoras do urgente processo de transformação e de modernização do sistema educativo, em que consideramos que deve avultar o papel das pró-



EDGAR CORREIA
Membro
da Comissão Política

Sendo o PSD responsável pelos destinos da educação em Portugal há década e meia, não há qualquer escapatória para as responsabilidades do Governo.

ções que tiveram lugar em Portugal na área educativa, sobretudo depois do 25 de Abril, e que têm a ver com as transformações políticas e sociais muito profundas que então ocorreram e com a aspiração dos portugueses ao desenvolvimento, não retiraram importância, antes acrescentaram, ao direito à educação e também à incumbência constitucional de o Estado o garantir. O papel do ensino público, para mais nas condições socioeconómicas e culturais concretas existentes na sociedade portuguesa, não é substituível. A escola pública - a sua defesa, aperfeiçoamento e evolução - constitui por isso, em todos os níveis de ensino, uma opção fundamental. É neste contexto que é indispensável inverter a política de desvalorização e de desqualificação das condições de aprendizagem e de formação no ensino público e o apoio activo que o Estado vem prestando ao ensino privado (transferência de verbas do OE cada vez mais volumosas, proliferação do ensino sem qualquer qualidade, etc.).

Terceira linha: a democratização do acesso à educação e ao ensino. A criação de condições de igualdade real de oportunidades de acesso a todos os portugueses à educação continua a ser uma causa com significado social e, por isso, necessária. Isso quer dizer, nomeadamente: a gratuidade do ensino público; medidas eficazes de apoio social escolar; o combate à "lógica" mercantilizadora do ensino.

Quarta linha: o sucesso educativo e escolar dos jovens, o sucesso do sistema. As escandalosas taxas de reprovação e de repetência em todos os níveis de escolaridade e o abandono escolar precoce da escolaridade obrigatória, constituem um verdadeiro cancro do sistema educativo. A política do Governo do PSD, que procura mascarar o insucesso na escolaridade obrigatória com alterações no sistema de avaliação dos alunos, ao mesmo tempo que utiliza o sistema de avaliação como elemento regulador dos fluxos escolares (luz verde até ao 9º; luz amarela ou até vermelha, depois), é indispensável contrapor o combate efectivo pelo sucesso escolar. Sendo longa e complexa a lista de factores em relação aos quais é necessário intervir, e de forma combinada, a redução do número de alunos por turma e, em muitos casos, a redução do número de alunos por escola e o número de alunos por professor, constituem sem dúvida algumas das medidas mais importantes.

Quinta linha: uma escola com mais autonomia e com mais participação. Assumindo a questão da escola, do seu papel e da sua vida, como um ponto de partida fundamental para uma nova política para a educação, torna-se necessário modificar a escola, desenvolvendo a sua capacidade de organização interna e a sua ligação com a sociedade, confiando-lhe mais autonomia de decisão e atribuindo-lhe mais responsabilidades. Assim, no quadro de orientações educativas gerais, de carácter nacional, cada escola deve poder trazer as suas próprias metas e estabelecer o seu projecto educativo, fruto da participação de todos os interessados.

Uma escola assim concebida significa também e necessariamente um sistema educativo muito diferente do actual; e é nessa perspectiva que é formulada como sexta linha fundamental para uma nova política educativa: um sistema educativo não governamentalizado, dotado de autonomia democrática, e com financiamento suficiente e regular. A arquitectura de tal sistema, e a configuração da sua autonomia democrática (competências, funções e responsabilidades, financiamento); a articulação dessas competências com as dos órgãos de soberania (nomeadamente a AR e o Governo) e as suas decisões; são questões que no contexto de uma reestruturação democrática do Estado preenchem um dos pontos mais vivos e inovadores do debate em curso.



prias escolas (e dos seus profissionais) e o papel decisivo de uma dinâmica centrada no sistema educativo e auto-regulada de forma democrática, no seu interior e em ligação com a sociedade.

III

A educação, enquanto direito democrático e sua concretização efectiva, constituem a história de uma grande causa que acompanha e simultaneamente marca o caminho da evolução da sociedade portuguesa. O contributo do PCP e dos seus membros, nomeadamente professores e estudantes, antes do 25 de Abril, como depois desse período e até hoje, para essa causa, é bem conhecido.

E é nessa linha de intervenção que se insere o trabalho de reflexão e de debate que a Área da Educação, Ciência e Tecnologia tem vindo a dinamizar desde há alguns meses com o objectivo de apresentar uma nova política para a educação.

Numa fase que se caracteriza ainda pelo aprofundamento e pelo alargamento do debate, é cedo para a apresentação de resultados. Mas é desde já possível chamar a atenção para as seis linhas em torno das quais se têm condensado, desde o último Encontro Nacio-

Do capitalismo de Manchester à perversão mediática

■ Miguel Urbano Rodrigues

Uma poderosa vaga de contestação alastra pela terra portuguesa. O povo faz-se ouvir. É um fenómeno, novo, com carácter de permanência, diferente. Não estamos perante protestos sectoriais, ligados a factos isolados que desencadeiam inconformismo e descontentamento. O processo começou desse modo, mas evoluiu, transformou-se.

Agora, o clamor que se ouve expressa sentimentos e recusas que sobem da raiz, vindos de todos os azimutes. A ruptura entre os governantes e as vítimas do desgoverno aprofundou-se. A História que, por um momento, parecia quase estática retomou o movimento. O nosso povo, como sociedade nacional de forte identidade, rejeita o projecto que insistem em lhe impor. Torna claro pelo protesto que não aceita o seu conteúdo e inspirações; repudia o sistema de valores que lhe serve de base. Somente não se apercebem do que está a acontecer aqueles que não querem entender.

Estamos de volta em largas áreas do mundo ao capitalismo do século XIX, o chamado capitalismo de Manchester. Os efeitos sociais são, em muitos casos, mais devastadores do que os geradores na época de Marx. Em Portugal, o desastre assume proporções alarmantes porque somos um país subdesenvolvido e a receita que aqui está a ser aplicada (o dossier das privatizações ilumina o assalto à razão) é a destinada aos Estados do Terceiro Mundo. O descalabro mexicano anuncia o que nos espera.

Os *media* globalmente actuam como cúmplices de um projecto cujo objectivo e significado escapam à maioria dos quadros que foram opinião e modelam o rosto e o estilo de uma comunicação social degradada. Essa cumplicidade, nem sempre consciente, acentua a mediocridade da vida portuguesa na viragem para o século XXI.

Se na Itália, berço de culturas milenárias, o patrão da Televisão chegou facilmente a Primeiro-Ministro meses depois de inventar um partido fantasmático, não é surpreendente que em Portugal o controlo dos *media* por grupos e personalidades não democráticas transforme a política em caricatura, afundado-a num pântano.

Julgo útil sublinhar uma evidência, o nosso povo sofre no dia-a-dia a agressão de um sistema mediático que pelas suas metas e pelo funcionamento se destaca como um dos mais perversos da Europa. Imitando sempre o pior, até a publicidade ganha nele impulso como produtora de ideologia (Benneton abriu o caminho).

Um heterogéneo naipe de políticos que se ajustam à engrenagem e a aprovam aparece permanentemente na TV e ocupa as colunas dos principais jornais, impondo-se também no espaço radiofónico. Quase sempre representam-se a si mesmos, mas são exibidos como autoridades na formação da opinião. No fundamental, esse pequeno circo aceita o capitalismo de Manchester, mesmo quando levanta reticências formais. Entendem-se bem, discordando na superfície. Nova praga do final do milénio, a escolhida família dos analistas traz à memória os alquimistas medievais.

Uma vez por outra, para incutir na opinião pública a falsa ideia de que, afinal, o pluralismo informativo funciona, é convidado um comunista, mas quase não o deixam falar...

Nos EUA — universidade-mãe da perversão mediática —, o sistema forjou o *novo* Nixon no final dos anos 60 e fabricou desde então quantos altos dirigentes políticos foram necessários para atender às exigências da engrenagem. A última obra criativa do sistema foi a invenção de Clinton. Com a ajuda de uma atmosfera mítica, o obscuro e pouco inteligente governador do Arkansas foi catapultado para a Presidência da União. A maioria dos seus compatriotas foi persuadida de que aquele homem sorridente e vazio era, afinal, um Kennedy redivivo que iria concretizar-se a utopia do *american dream*.

Em Portugal, a tendência para copiar gera situações de pesadelo. No PSD e no PS, os dirigentes — com suas excepções — amoldam-se alegremente à engrenagem. Quase a festejam porque ela os serve. Tudo nesse processo de mentira, orientado para a manipulação das consciências, é feito em nome da democracia e dos seus princípios, não obstante os negar. No sistema, a democracia, reduzida a caricatura, apresenta a fachada de uma entelquia.

Nos palcos da TV, dos jornais e da rádio, a farsa assume aspectos onde o cruel se mistura ao grotesco. Os cúmplices da engrenagem são eles próprios por ela condicionados como instrumentos. Sofrem mutações na imagem, bruscas ou graduais, distanciando-se da anterior por exigências de modas caprichosas. Muitos não se apercebem sequer que o vírus do sistema os atacou também, impondo-lhes formas de comportamento, marcando-lhes a própria organização do pensamento, a relação com a cidade, o país, o mundo.

Aníbal Cavaco Silva emerge como exemplo expressivo do efeito *boomerang* da robotização sobre os detentores do Poder. O fracasso da sua política provocou nele um desajustamento da realidade, acompanhado

de uma frustração melancólica. Quando enfrenta os *media* deixa transparecer não apenas insegurança, mas algo mais grave: a ruptura de pontes entre o homem e o político.

Apesar da sua tendência megalómana e de uma visão da história marcada pela sedução do misticismo, o primeiro Cavaco era mais autêntico do que o segundo Cavaco, atormentado pelo malogro da sua política e pelo desfazer das ilusões acumuladas sobre o seu papel na história. Hoje, hesitante e assustado, esconde os seus medos atrás de sorrisos de personagem de história de quadinhos. Mas não viola os mandamentos da religião mediática. Submete-se e mediocriza-se no jogo mofino da pequena política. Aí temos como exemplo o desenvolvimento do folhetim astrológico do *futuro político do Primeiro-Ministro*, episódio que parece ter fascinado os estrategos do PSD mas que envolveu, pela ausência de senso de ridículo, ofensa à inteligência do povo.

Não são os críticos sérios do sistema — com os comunistas na vanguarda — que aparecem na comunicação social como oposição responsável. A linguagem da verdade é incómoda e criaria problemas em cadeia. A lógica da engrenagem conduziu, em piruetas manipulatórias, a confrontar o público com uma falsa oposição, palavrosa mas inofensiva, que produz uma contestação adjectiva. Chama-se a atenção para o acessório e omite-se o essencial. Desviar a atenção das lutas sociais e do projecto de concentração selvagem da riqueza é um regra de ouro da comunicação social.

A ausência de um partido de direita que fizesse muito barulho sem produzir estragos, mas tivesse um mínimo de credibilidade, levou a uma das situações mais absurdas da actual conjuntura política. Foi catapultado para o palco mediático um líder imaginário, o jovem presidente de um mini-partido, hoje quase fantasmático. A engrenagem desinformativa inventou Manuel Monteiro. A sua presença passou a ser massacrante no pequeno ecrã e nas manchetes dos jornais.

A estória dessa invenção tem um toque de irracionalidade.

O moço não reúne condições mínimas para convencer. Não é carismático. Falta-lhe tudo, excepto a ambição, para se assemelhar aos populistas da extrema-direita que na Europa conquistaram o apoio de sectores significantes da população no auge de grandes crises. É um reccionário de gema, mas o seu discurso, tosco e demagógico, fatiga por repetitivo e carente de conteúdo. Não é um patriota; fala como subproduto do patrioteirismo de raiz salazarista. Não revela talento e a postura nacionalista não esconde a opção de classe e a incompreensão da história profunda. Porquê, então, o frenético esforço de promoção de um político baço que extravasa com orgulho uma mundividência pobre e agressiva, impermeável à absorção da cultura no que ela implica de passagem do particular para o universal?

Não conheço o cidadão Manuel Monteiro. Mas pelo que dele vi, ouvi e li sou levado a concluir que este «líder», forjado pelos *media*, está destinado a engrossar o monte de políticos em trânsito cujos nomes serão esquecidos em breve.

O produto não parece vendável eleitoralmente. Mais indesculpável é por isso mesmo a atitude assumida pela comunicação social perante o presidente do CDS e a sua intervenção política. Com raras excepções, os *media* sugerem, através de uma promoção maciça, que está a surgir na direita portuguesa um dirigente com força de furacão. É uma enorme men-

tira. O sopro da sua acção e do seu discurso nem como leve brisa chega às massas.

Porquê, então, insisto, a perversa catapultagem do falso guia da direita (que não tem, aliás, em Portugal a base social que conserva em alguns países europeus)? Uma resposta exhaustiva não cabe neste artigo até porque me levaria a uma análise de aspectos do comportamento ético de muitos profissionais de imprensa mais ligados ao domínio do irracional do que à esfera das opções políticas. Estou convicto de que a maioria dos jornalistas que participam levemente da campanha de intervenção de Manuel Monteiro não tem sequer consciência do papel instrumental que desempenham como peças da engrenagem mediática que os transcende. Escapa-lhes que a perversão desinformativa geradora da ficção Manuel Monteiro produz ideologia. O *marketing* promocional, na aparência inofensiva, quase espontâneo, insere-se num processo abrangente, complexo, contraditório de interacções que visam dinamizar os políticos cujo objectivo central é a plena instauração, mediante fórmulas anacrónicas, do capitalismo monopolista na sua versão mais selvagem. Por outras palavras: as forças económicas que controlam o Poder na sociedade portuguesa e das quais Cavaco, PSD e Cia Ltda. são apenas meros agentes e executantes precisam cada vez mais da desinformação e perversão mediáticas erigidas em técnicas de acção científica imprescindíveis para levar a cabo o seu projecto de concentrar rapidamente o máximo de riqueza num pequeno número de gigantescos grupos. Os episódios novelescos do OPA do BPA e da operação Champallimaud sobre o Totta aí estão como radiografia de uma política e espelho das manobras do grande capital financeiro.

O povo português contempla com repulsa crescente esses sórdidos jogos. Mas olha de fora, não pode intervir e sobre as consequências da monopolização da riqueza. É a primeira e a grande vítima da louca estratégia do regresso ao passado, ou seja, da aplicação das receitas do liberalismo oitocentista em ritmo selvagem.

O descalabro mexicano após anos de mentiras enganosas vale como advertência. O afundamento do peso em Dezembro secou as folhas do oásis de Salinas de Gortari... Agora, o novo presidente estende a mão e pede aos EUA 40 mil milhões de dólares para evitar um terramoto social, financeiro e político. A lição merece ser estudada em Portugal. Aqui, também, a estratégia do governo assenta em pressupostos falsos e dogmas produzidos em laboratórios ideológicos que erigem o liberalismo irracional em panacea maravilhosa. As forças responsáveis pela crise e pelo seu aprofundamento dão, porém, sinais de desorientação.

Em Portugal, houve uma revolução e os ocupantes do Poder quase haviam esquecido que a herança do 25 de Abril continua a marcar profundamente a sociedade, com incidências decisivas nas formas de comportamento do povo quando direitos conquistados são feridos.

O espectáculo montado pelos senhores que tratam o País como se fora fazenda sua parece coisa de palco shakespeariano. Mas o cenário é bem português como portuguesas são as personagens que levantam a voz contra os actos e as omissões do Poder. Mineiros, pescadores, estudantes, professores, médicos, agricultores, bancários, reformados, trabalhadores da Função Pública, gente sem tecto nem acesso à Previdência, a chusma grossa de desempregados e dos ameaçados de despedimento manifesta-se sem medo contra injustiças, abusos de poder, calamidades, violências, escândalos e roubalheiras que se acumulam em ritmo galopante, tornado insuportável o viver do povo.

O descontentamento caminha para a convergência, mas insere-se num panorama social descontínuo, confuso. Não desemboca ainda num protesto global das vítimas do desgoverno que funda a disponibilidade individual e de grupo numa consciência colectiva voltada para a acção organizada.

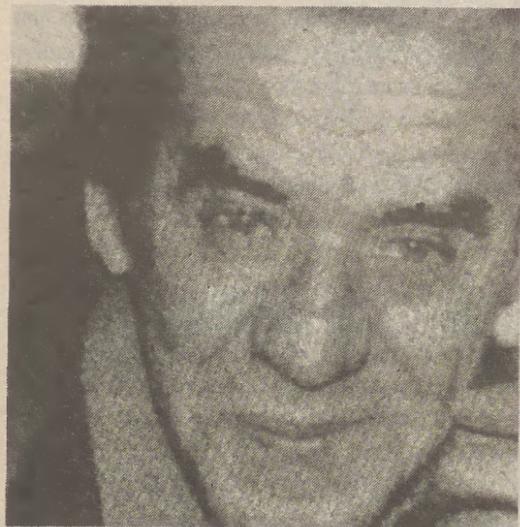
A característica mais marcante das lutas populares neste Inverno e que prenuncia a sua passagem a uma fase superior é talvez a recusa firme, maciça e cada vez mais generalizada do projecto cavaquista. Pode dizer-se que é pouco, mas essa rejeição ampla aparece como importante denominador comum na contestação popular.

Esta crise é, repito, muito diferente das anteriores. O povo português está saturado.

Palavras

E Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues



Adeus Virgílio, até breve

Parecia amiúde estar zangado com a vida. A grenha encaracolada descendo sobre a testa baixa, os olhos enovados, a boca amarga. Mas acontecia uma piada ou sabia-se de alguma revolução ou ideia cintilante que sacudisse a letargia do mundo e abria-se-lhe a face cheia de rugas num sorriso de miúdo.

Era assim o escritor Virgílio Martinho, ex-surrealista e frequentador do Café Gelo, dramaturgo, autor de um romance contundente e cifrado (mas não muito), que retratava causticamente o ditador Salazar: **O Grande Cidadão**.

Agressivo, irreverente, amigo dos seus amigos e algumas vezes também da conversa e dos copos — ocasiões em que fazia cerradas e inspiradas análises políticas, ele sempre tão sóbrio de palavras, deixou-nos há pouco, discretamente como viveu, no silêncio de uma manhã de bruma.

Foi o autor da casa no Teatro de Almada, escrevendo directamente para o palco peças históricas de sentido actual e de excelente acabamento. Vivía com paixão serena a germinação de um espectáculo, ao lado do encenador e dos actores.

Alguns dos seus melhores livros, **Filopopulus** e **O Concerto das Buzinas**, romance que decorre numa prisão política, vão certamente ficar. Como ficará a lembrança do homem generoso, mas exigente, idealista, mas irónico, que conhecia tu cá tu lá a noite de Lisboa e que soube compatibilizar a boémia com a acção revolucionária e até com a militância partidária.

Ultimamente, devido aos baldões da vida, encontrámo-nos raramente, sempre com afecto e alegria. Mas, aqui há uns três, quatro anos, passámos férias em Tróia. Era Setembro, um começo de Outono lentamente azul doirado, com muitas algas e gaivotas. Eu vivia dentro de água metade do dia, a nadar e a tomar uns comprimidos de sol. E às vezes também escrevia. Ele, bicho da sombra, lia e dormia. Juntávamo-nos à hora do jantar e falávamos então, sem contar o tempo. Uma vez por outra aparecia o Baptista Bastos, que fazia as despesas da conversa.

Afligia-me um pouco a maneira como ele fumava, cigarro após cigarro, tal e qual como sempre vivera, ansiosamente.

Agora que o perdemos, lembro-me de todas as frases que não cheguei a dizer-lhe, que não cheguei a ouvir-lhe. Como ele tinha a crítica certa, afiada! E como, na sua acidez, manteve sempre vertical a palavra e soube preservar o dom de ser amigo!

A II Guerra Mundial

■ Manoel de Lencastre

A saliência

A meio de Março de 1943, a guerra já era outra. Como iam longe os dias calamitosos que se seguiram ao catastrófico 22 de Junho de 1941, as noites da desesperada defesa de Moscovo, das perdas de Kiev, Minsk, Smolensk... Como se afastavam já, no tempo, os primeiros meses do terrível ataque nazi contra Stalinegrado. Tudo acontecera há meses, ainda, e tudo parecia já tão distante. De Novembro de 1942 a Março de 1943, os hitlerianos haviam perdido mais de cem divisões. A guerra era diferente. Na luta patriótica, a URSS fortalecera-se. A Alemanha nazi cedia em todos os sentidos. E o mundo observava, com esperança e orgulho aquilo que se ia sabendo dos monumentais acontecimentos produzidos a Leste.

A ofensiva soviética havia dado lugar à movimentação de gigantescas massas de tropas e, assim, criaram-se largos espaços onde se concentravam imensas forças de combate pertencentes a ambos os lados do conflito. Foi como resultado desta situação que surgiu uma vasta zona saliente ao longo da qual se posicionavam as Frentes Central (Rokossovski) e de Voronezh (Vatutin). No centro dessa zona saliente estava a cidade de Kursk e a todo o território em questão ficou convencionalmente chamar-se a «saliência de Kursk».

De Navo para Moscovo?

A Norte da mencionada saliência, batalhava-se por Orel onde os nazis empregavam os 2.º e 3.º exércitos «Panzer», assim como os 4.º e 9.º exércitos. A Sul, a luta travava-se na zona de Belgorod e Kharkov — os hitlerianos dispunham os 1.º e 4.º exércitos «Panzer», o 6.º exército e o Grupo de forças Kempf, a que aludimos já. O plano dos alemães, evidentemente, era o avanço através da saliência de Kursk conduzindo à neutralização das duas referidas Frentes soviéticas e tentar, depois, envolver as Frentes de Bryansk (zona de Orel) e Steppe (Zona de Belgorod-Kharkov). À retaguarda das tropas de Konev colocava-se, ainda, a Frente Sudoeste, cujo comando fora recentemente entregue a Sokolowski.

Os responsáveis da Frente de Voronezh haviam compreendido e exposto claramente as intenções do inimigo. Rokossovski secundara-os. E Jukov, acompanhado por Vasilievski e Antonov, estavam no Kremlin, a 12 de Abril, para discutir a situação com Stalin. Este, apesar de concordar com as conclusões dos generais-comandantes das Frentes, temia, principalmente, que os nazis conseguissem romper de novo em direcção a Moscovo. Ficou decidido que se as forças do «Grupo de Exércitos Centro» (von Kluge) conseguissem penetrar e avançar na saliência de Kursk procurando voltar-se contra a capital soviética, importantes formações de reserva seriam feitas para a retaguarda da Frente de Bryansk, no sector Kaluga-Tula-Yefremov. O 5.º exército de Tanques (Guardas) e outras tropas pertencentes à Reserva do Comando Supremo seriam feitos deslocar para a zona de Liski onde as Frentes de Voronezh e Sudoeste convergiam.



de Kursk

Vingança...

Adolf Hitler exigia a vingança da espectacular derrota sofrida em Stalinegrado. Para conseguir o seu intento mobilizou largas unidades de tropas estacionadas nos países ocidentais e deslocou-as para a frente de combate contra a URSS. A produção de tanques, na Alemanha, era febril. Intenso o fluir de novos armamentos e novos materiais de todos os tipos para as zonas de Orel, Kromy, Bryansk, Kharkov, Kranograd, Poltava. Ao longo de toda a frente soviética, os nazis tinham 232 divisões preenchidas com mais de 5 300 000 homens, 54 000 canhões e morteiros, 5800 tanques, 3000 aviões de combate.

Mas o poderio das forças armadas soviéticas atingia, agora, uma expressão inimaginável, há dois anos, apenas. A URSS e o Exército Vermelho possuíam mais de 6 600 000 homens em armas, 105 000 canhões e morteiros, 2200 rampas de lançamento de foguetes (katiuchas), para cima de 10 000 tanques, aproximadamente 10 300 aviões de combate. Em trabalho de apoio a todo este impressionante edifício militar que não sofria comparação na História, achavam-se as forças fundamentais que haviam erguido as bases da vitória: o esforço, a disciplina, o patriotismo dos povos das nações soviéticas; a capacidade industrial e de produção do sistema socialista em acção plena; a influência ímpar e constante, sacrificada e heróica do Partido Comunista. Os comunistas tinham sobre os ombros a tarefa enorme de procederem ao esclarecimento político e ao reforço moral das tropas, fazendo erguer ao máximo possível, nas circunstâncias, as suas qualidades e a sua capacidade de combate. As organizações políticas em todas as Frentes tinham sido amplamente reforçadas. O Partido Comunista e a Komsomol tinham 2 700 000 militantes nas fileiras.

... impossível

Em fins de Junho de 1943, já não podiam existir quaisquer dúvidas de que os nazis lançariam a sua nova ofensiva através da saliência de Kursk. Era tudo uma questão de apenas alguns dias. Nessa certeza, os soviéticos haviam construído vastos sistemas de defesa antitanque à retaguarda e cobrindo os flancos dos exércitos que compunham as diversas Frentes. A densidade da artilharia fora elevada ao nível de 92 canhões e morteiros por quilómetro. As fortificações cobriam entre 250 e 300 quilómetros de território. Os nazis atacaram às três da manhã do dia cinco de Julho. Milhares de tanques puseram-se, portanto, em movimento. A artilharia soviética entrou em acção. Repetimos: isto, era em Julho, o general Inverno não se achava presente. A batalha de Kursk ia envolver, em ambos os lados, 4 154 300 homens, 69 100 canhões e morteiros, 13 200 tanques, 11 950 aviões de combate.

Água mole em pedra dura...

■ Margarida Folque

A propósito da última Conferência Nacional do PCP, e meditando no papel que as comunistas poderão desempenhar no cumprimento dos objectivos e orientações que a Resolução aí aprovada aponta, acudiram-me ao pensamento, sem querer e em catadupa, muitas considerações e milhentas interrogações.

Calma! Não vou enunciar todas! Mas algumas, sim... tenham paciência!

Uma das coisas que na altura me ocorreu (ou seria depois?) foi que talvez não fosse má ideia voltarmos a abordar temas como mulheres comunistas e sua «participação orgânica e militante», e/ou «estabelecimento de objectivos para uma (sua) maior responsabilização e presença nos organismos» e/ou ainda «adequação do funcionamento destes», como, aliás, consta na Resolução da Conferência, na linha de outras orientações anteriormente aprovadas, nomeadamente no nosso XIV Congresso.

Outra ideia que me ocorreu é que esses temas poderiam ser abordados no «Avante!», que sempre mostrou grande abertura às nossas (das mulheres) «peças oratórias», para além de nos parecer ser este um bom veículo para o fazer.

Outra interrogação que me assaltou foi a de que assuntos deveria tratar a folha informativa que a Comissão Junto do Comité Central para os Problemas e a Luta das Mulheres está a pensar lançar, dirigida às várias organizações do Partido, de modo a que não fosse desde a primeira hora remetida para a gaveta dos esquecidos e alvo das maiorias críticas.

E como pensamento puxa pensamento, lembrei-me de outra folha informativa que existiu no Partido, no período do fascismo, feita por mulheres — a Voz das Camaradas —, e de como tudo hoje é tão diferente e algumas coisas tão iguais.

Já agora, aproveito para contar a quem não saiba (e admito que seja esse o caso dos mais novos) a história desta folha: no tempo da clandestinidade, sentiu-se a necessidade de criar uma folha informativa dirigida às mulheres, com o objectivo de pôr as mulheres que tinham como tarefa a defesa das casas do Partido em contacto umas com as outras. A tarefa de que estavam incumbidas (bem difícil, diga-se) fazia-as estar dias e dias sem qualquer contacto, completamente isoladas. Era uma tarefa não só difícil mas igualmente invisível (e, naturalmente, pouco esti-

mulante). Era uma tarefa, contudo, de cujo bom desempenho dependia em larga medida a segurança e o bom funcionamento do Partido.

A «Voz das Camaradas», feita por mulheres comunistas e a elas dirigida, foi pois, na altura, a solução encontrada (a possível) para minimizar esse isolamento, para fazê-las participar mais activamente num trabalho político.

Hoje, a folha informativa que a Comissão Nacional pensa lançar tem de ser necessariamente diferente. Mas lembrar essas mulheres é o mínimo que todos hoje podemos fazer, já que lhes devemos a elas, tanto como aos homens que ao seu lado lutavam (é bom não esquecê-lo), o facto de hoje nos podermos comunicar livremente. Lembrar e... agradecer a todas as mulheres, que sofreram directa ou indirectamente o horror do fascismo e o peso brutal da solidão com a humildade do anonimato.



Felizmente, hoje, graças ao 25 de Abril, a situação é completamente diferente. As tarefas que se colocam às mulheres comunistas são diferentes. Como são diferentes as suas condições de luta. Também o Partido deixou de ser um partido de quadros para passar a ser um partido de massas. Enfim, muita coisa diferente, não é? Muita coisa boa, sem dúvida. Mas, também, tanta coisa igual ainda! Tanta subestimação! Tanta incompreensão, em relação à frente de trabalho de mulheres!

No entanto, é esta uma frente que de há muito merece a atenção de quem se preocupa com os problemas da humanidade. Por

exemplo, adivinhem quem disse «ponham as cozinheiras a governar que elas aprendem»? Eu sei que a grande maioria não sabe (nem vai acreditar) mas eu informo na mesma: Lenine! Nem mais, nem menos! Quero dizer, as palavras poderão não ser textuais mas o sentido (na tradução que li) é mesmo esse (se algum leitor quiser a citação correcta, eu prometo dá-la!).

Afinal, o que é que nós, comunistas, pretendemos ao realizar a Conferência Nacional sobre organização? Não era fundamentalmente reforçar o nosso Partido, nomeadamente através do recrutamento, melhorar a sua organização e adequar o funcionamento dos seus organismos à nova situação política, aumentar a participação activa e militante dos seus membros? Ora, é aqui que entram as mulheres que, dos efectivos do Partido, são aquelas que mais dificuldades têm em participar. Não porque o não queiram mas porque não têm as condições objectivas (e até subjectivas) necessárias para o fazer num plano igual ao dos homens.

Pessoalmente, não tenho dúvidas quanto à igualdade entre homens e mulheres. Aliás, algumas delas podem até ser piores. Ou melhores. Isso interessa pouco, como, pessoalmente, também não tenho dúvidas que esse facto (igualdade) não foi totalmente interiorizado por muitos homens e até por muitas mulheres. Dúvidas tenho, sim, e muitas, quanto à igualdade no acesso à participação. É, pois, das desiguais condições de acesso das mulheres a uma participação plena, quer na vida partidária, quer na vida política, económica e social do País, que precisamos de falar.

Não é uma realidade que as mulheres têm dificuldades em participar? Discutamos então e encontremos as formas para contornar essas dificuldades! As mulheres não sabem (ou não querem) falar? Ah! Mas têm que falar, isso é que têm! As mulheres não sabem escrever? Não tem importância: aprendem escrevendo, como Lenine aconselha!

Se, por exemplo, uma camarada, num artigo, a dado passo, escrever «o que é preciso é que nós estejamos todos de acordo», há alguém que não perceba o que ela quer dizer? E se uma camarada numa intervenção disser que «nós as mulheres somos melhores» («tout court»), não é certo que aparecerá logo outra a «duvidar» de tal afirmação? Quero eu dizer com isto que participar todas podem, o que é preciso é criar condições para a sua participação. Mais erro, menos erro, é com eles que aprendemos.

O que importa é a coerência entre palavra e acção naquilo que nos propomos: reforçar o Partido, melhorar a sua organização, aumentar a participação política das mulheres, ajudar a dar coesão ao grande colectivo que nós comunistas somos.

Concluindo, o que interessa é que, discutindo, procurando e encontrando novas formas de funcionamento dos organismos, novas formas de participação, e naturalmente recrutando mais mulheres para o Partido, daqui por algum tempo possam surgir muito mais mulheres comunistas activas e intervenientes, no Partido e na sociedade.

Uma coisa é certa: estagnar é que não é mais possível!

Governo descartável

■ Zillah Branco

A moda hoje é a do descartável. Ninguém conserta nada, não perde tempo com pequenos arranjos. Deita-se fora e compra-se outro novo, aerodinâmico, supersónico, com visual mais moderno, com mais megabites, o que supõe maior eficácia e eficiência. Em benefício de quem? Do vendedor, claro!

Vai-se tornando quase impossível trocar solas de sapato, consertar o ferro de engomar, desentupir o fogão, cerzir as meias, etc. Vai-se ao hipermercado e compra-se uma peça nova, mais frágil mas mais bonita, as ligações internas estão fechadas numa caixa estanque para que se imagine que o que tem dentro é a maior das novidades. Não se perde mais tempo com lavar fraldas de bebé, descarta-se com a sujeira dentro: deita-se no lixo pratos de papel-alumínio, frascos de plástico, sacos, caixas, roupas, sapatos, móveis, frigoríficos, electrodomésticos, e tudo o que mais deixa de funcionar.

A sociedade alimenta a ideia do abandono de tudo que falha, a começar pela família. A ideia de liberdade e independência baseia-se na ilusão da aventura no desconhecido. As ideias e os princípios também são descartáveis, muitos correm atrás da

moda, do poder, do que dá mais. A prostituição do carácter vai sendo institucionalizada como legítima. Assim, ninguém está comprometido com coisa alguma: hoje é contra, amanhã é a favor (qualquer lembrança é mera coincidência). Em nome da eficácia e da eficiência tudo vale, já não se chama oportunismo.

O medíocre dia-a-dia

Uma empresa financeira, como a SOGEVAL — um exemplo entre muitos —, decide ficar com o capital que lhe foi confiado como poupança popular e justifica-se com a crise financeira internacional. Mas todos sabem que sob o nome de acionistas importantes aumentou o capital de empresas que até foram premiadas pelo êxito. Então choram lágrimas de crocodilo junto aos populares lesados e tomam champanhe do outro como grandes empresários. Os exemplos nunca mais acabam. Já estamos fartos da luta entre banqueiros pelo osso do BPA. O que sabemos é que as poupanças e os créditos populares vão

ficar à mercê de meia dúzia de lobos que facilmente se descartam dos que poupam o magro salário a favor dos novos ricos.

Este Governo que aí está é cego — não vê os problemas do povo e insiste em dizer que Portugal é um país desenvolvido —, é também surdo — não ouve os mineiros do Pejão, os vidreiros da Marinha Grande, os camponeses prejudicados pela Transgás; só não é mudo: inventa termos novos para enganar inocentes — retoma nunca foi reencontro do caminho do desenvolvimento, será talvez a expressão chã toma pela segunda vez.

Também estamos fartos da telenovela de princesas que mantêm o público sem saber se vai ou não vai, se casa ou descasa, se pagou os impostos ou não pagou. Meu Deus, quanto mediocridade nos impingem! E fazem disto a história de um país quando há tanta coisa interessante no mundo!

Se a moda é descartar, descartemo-nos do Governo para lá colocar um totalmente novo, sem qualquer vínculo com o actual, nem de parentesco, nem de classe, nem de alianças.

Prepara-se o «negócio do milénio»?

Calvários da TVI...

■ Jorge André

A imprensa já começou a pressentir que novo escândalo se avizinha. De novo, a envolver a hierarquia católica. De novo, a revelar ligações ocultas do actual poder. Trata-se do «embruxado» canal privativo da TV católica.

Que o projecto nasceu torto, já toda a gente o sabe. A proposta inicial do bispo de Lisboa cedo se tornou imposição, dividindo as dioceses do Norte e as dioceses do Sul, ultrapassando tudo e todos e criando à hierarquia intrincados problemas de financiamento. As dependências eclesiais que esta aventura provocou vão começar a surgir aos olhos da comunidade católica.

Muito poucas pessoas sabem a quem pertence, actualmente, o poder na TVI. Nos primeiros tempos, tornara-se claro que os capitais e as posições de direcção eram partilhadas entre as estruturas eclesiais, as organizações caritativas católicas, as principais ordens religiosas, etc. Isto é, sem ambiguidades, o «núcleo duro» da empresa era de obediência eclesial.

Logo após a oficialização do canal «de inspiração cristã», surgiram, porém, as grandes operações capitalistas. Os sucessivos aumentos de capital originaram mudanças estruturais, não só na direcção da TVI e na composição dos seus principais órgãos sociais como, também, na composição da sua carteira de accionistas. A tal ponto que, agora, na TVI ninguém sabe «quem é quem».

Este estado de coisas, espesso e duvidoso, agravou-se sensivelmente quando, por ocasião de recente aumento de capital, a TVI não conseguiu encontrar compradores no mercado nacional e foi negociar o lote de acções na Bolsa de Londres. A transacção foi feita mas sobre as identidades dos compradores caiu uma névoa londrina. Diz-se que pertencem a empresas de fundos de investimento e de pensões, uma área bem familiar aos homens da Opus Dei. Agora, os jornais afirmam (e o semanário do Patriarcado de Lisboa confirma existirem turbulências no sector) que o núcleo central de accionistas fundadores da TVI — Patriarcado de Lisboa, Conferência Episcopal, Misericórdias, Rádio Renascença, etc. — se encontra prestes a vender as suas posições financeiras na televisão da igreja, a fim de acorrer a outros investimentos imediatos. Ocorre perguntar: quem iria comprar estas acções, numa crise económica declarada, como a actual? E a resposta mais simples, talvez a única admissível, aponta para os investidores mais ligados à Opus Dei, como a Fidelity Investment Advisors, a European Trust, a Morgan Greenfield, a Capital ou... a Lusomundo ou, ainda... o Grupo Espírito Santo. Todos estes se mostraram particularmente activos por ocasião do recente aumento de capital da TVI. Se a igreja portuguesa vier a vender as suas posições na televisão, a valores actualizados, terá realizado um excelente negócio. Indemnizar-se-á dos investimentos já efectuados, transferirá para outro sector católico a sua influência na TVI, sem quebra de prestígio, e acabará, de uma vez por todas, com um verdadeiro pomo de discórdia da vida eclesial.

Se for este o cenário que se vier a definir, não será ousado predizer que o governo do PSD, sensível a certas correntes da igreja, não tardará a reconhecer que o mundo católico se viu privado de um meio de comunicação a que tem justo direito. E tanto bastará para justificar a entrega à hierarquia católica do «Canal 2» da RTP, no conjunto dos seus meios técnicos, instalações, equipamentos, carteira de publicidade, etc. Recordemos que esta concessão representou, inicialmente, o objectivo central das reivindicações da hierarquia católica.

Veremos o que o futuro reserva à TVI.



Alentejo

1. Alentejo diz não ao escândalo de mais 60 milhões de contos para os antigos agrários

Estamos a assistir, pela parte de um Governo moribundo, a mais uma campanha orquestrada para branquear o papel do latifúndio e dos latifundiários na história do Alentejo e, como suporte que foram da ditadura, ao longo de meio século.

Em diversos órgãos de comunicação social (televisões, Expresso, Diário de Notícias, etc.), os antigos latifundiários são apresentados como «vítimas» e «desalojados» que, pretensamente, teriam uma agricultura florescente à época das ocupações e expropriações da Reforma Agrária (74/75).

Em contrapartida, a Reforma Agrária é apresentada como uma sucessão de actos de pirataria e roubo de terras que, posteriormente, viria a fracassar por incapacidade dos trabalhadores e das soluções encontradas, o que é completamente falso. A Reforma Agrária foi destruída pela violência, o que é bem diferente de ter fracassado!

Estamos perante um exemplo paradigmático de como o poder político de direita, com a cobertura de influentes órgãos de comunicação social, não hesita em reescrever a História ao contrário — as vítimas passam a carrascos e os verdadeiros carrascos são apresentados ao País como «vítimas» e «desalojados».

Um dos objectivos imediatos é criarem condições, de aceitação pelo País, para a título de «indemnizações» entregarem a 500 ou 1000 famílias de antigos latifundiários (e não a pequenos e médios agricultores, ou a jovens agricultores), mais 60 milhões de contos, conforme se depreende do Comunicado do Conselho de Ministros, de 29 de Dezembro de 1994.

As indemnizações seriam sobre hipotéticos lucros que os agrários poderiam ter obtido se explorassem as terras durante o período em que estiveram na posse útil das UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária.

Convém, portanto, lembrar:

1.º Que uma das razões que levou à Reforma Agrária foi a de os agrários terem, só no Alentejo, 700 000 ha (cerca de 43% da área total das explorações) de terra abandonada, subaproveitada e em coutadas, enquanto milhares de trabalhadores agrícolas e as suas famílias viviam na miséria e sem trabalho a maior parte do ano.

Os agrários exploravam também os pequenos agricultores e rendeiros através da renda da terra e por outros meios.

Como podiam então os agrários obter lucros, deste montante, se eles não exploravam grande parte da terra e já nessa altura (1974/75) a agricultura latifundista estava falida e era a mais atrasada da Europa?

2.º Ao longo dos anos, grande parte destes senhores da terra já receberam autênticas fortunas, sem que o País disso se aperceba: à altura das expropriações deviam cerca de 30 milhões de contos à banca comercial, receberam milhões que até hoje não pagaram; receberam em benfeitorias, construções, máquinas e alfaias, gados, cereais e outros frutos pen-

dentos, tiradas pela violência e ilegalmente aos trabalhadores das UCP's/Cooperativas, uma enorme quantia que, a preços de 1989, ultrapassava os 20 milhões de contos; e estão a receber mais 22 milhões de contos, à sombra de um estranho e injustificado regulamento comunitário, que não contempla e exclui os pequenos e médios agricultores e rendeiros.

Tudo somado, são 72 milhões de contos de dinheiros públicos, uma enorme fortuna que foi parar às contas bancárias dos antigos senhores da terra.

3.º Dos 1000 milhões de contos, cerca de 400 000 contos por dia, transferidos para a agricultura, desde 1986 e até Dezembro de 1992 [Programa de Investimento e Indemnizações Compensatórias 520,4 milhões; Prémios e Ajudas do Rendimento (excluindo as IC) mais 479,6 milhões de contos), uma fatia considerável foi também parar às mãos das antigas famílias latifundiárias.

Exigir que o Governo preste contas sobre o comunicado dos 60 milhões

Sem prestar contas ao País, sobre quem recebeu as dezenas de milhões de contos, de dinheiro público, referidas, sem informar o País em que foram utilizados e suspeitando-se, como se suspeita, de enormes fraudes, sem dizer quais os resultados obtidos com a sua aplicação, o Governo de Cavaco quer, agora, sem qualquer fundamento rigoroso e aceitável, no estertor da morte, cometer um autêntico desfalque, entregando mais 60 milhões aos grandes senhores da terra alentejanos.

A indignação é grande, no Alentejo, e as pessoas criticam:

— para os senhores da terra há milhões, para os 40 000 desempregados alentejanos não há nem trabalho nem subsídio!

— para os senhores da terra há milhões, para os pequenos agricultores e rendeiros sobram apenas umas migalhas, para lhes tentarem tapar a boca!

— para os senhores da terra há milhões, para os reformados e idosos do Alentejo e do País há, depois de uma vida inteira de trabalho, miséras pensões de reforma!

— para os senhores da terra há milhões, para arrancar com o Alqueva, recuperar os perímetros de rega, construir outras infra-estruturas produtivas e geradoras de emprego, abastecimento de água às populações, como as barragens do Enxóe, Gema e Água-Branca, Minutos, não há dinheiro!

A agricultura alentejana, a agricultura nacional, o País, não podem aceitar mais este desfalque do Governo. É preciso, com firmeza, exigir a anulação do Comunicado do Conselho de Ministros de 29-12-94 e reclamar que esses 60 milhões de contos — afinal há tanto dinheiro — sejam utilizados para apoiar o desenvolvimento do Alentejo e criar postos de trabalho ou subsídio para 40 000 desempregados resultantes da errada política agrícola que está a ser imposta ao País.



a luta continua

■ António Murteira

2. Governos PS e PSD/CDS destruíram as Cooperativas Agrícolas e reconstituíram a propriedade de raiz latifundiária

O fracasso das políticas agrícolas do PS e do PSD e CDS não se expressa só no esbanjamento e fraudes com os dinheiros públicos e nos maus resultados obtidos apesar das centenas de milhões vindas da Comunidade Europeia.

Os dados publicados pelo INE, referentes ao Recenseamento Agrícola de 1989, «realizado de acordo com as orientações da Comunidade Europeia» comprovam que os Governos PS e PSD/CDS não conseguiram resolver a complexa questão da estrutura fundiária e não cumpriram a Constituição da República que estipula a «Eliminação dos latifúndios» no Artigo 97.º e o «Redimensionamento do minifúndio» no Artigo 98.º. E essa é uma das razões de fundo do fracasso das suas políticas agrícolas, fracasso que conduziu à grave situação hoje existente na agricultura e no mundo rural português: obsoleta estrutura fundiária; crescente défice agro-alimentar que atinge já os 70%; quebra na ordem dos 40% no rendimento dos agricultores; desemprego; desertificação e envelhecimento do mundo rural, esbanjamento, sem resultados satisfatórios, de 1000 milhões de contos transferidos para a agricultura, desde a adesão à Comunidade Europeia (1986) até Dezembro de 1992.

Uma estrutura obsoleta

Em 1989, foram recenseadas 600 000 explorações no País, com uma SAU/Superfície Agrícola Utilizada de cerca de 4 milhões de hectares.

No Continente, o Alentejo tem quase metade da SAU (46%), qualquer coisa como 1 840 000 hectares.

A norte do Tejo mantém-se a pequena propriedade, fragmentada em pequeníssimos blocos — o minifúndio.

A sul do Tejo, foi reconstituída a concentração da terra — o latifúndio.

Grande fragmentação na zona do minifúndio

Nas zonas do minifúndio verifica-se uma «grande fragmentação» nas explorações agrícolas, embora com diferenças regionais. «Mais de 50% das explorações têm 4 ou mais blocos com SAU e o número médio de blocos é, por exploração, de 5,3.

Para além da fragmentação, quase um quarto dos blocos não têm acesso por caminhos públicos». Situação que coloca a delicada questão do emparcelamento, e de outros tipos de apoio à agricultura familiar, componente importantíssima da agricultura portuguesa.

De novo a concentração de terra no Alentejo

Na zona história do latifúndio, concretamente no Alentejo, foram recenseadas, em 1989, 47 000 explorações agrícolas com cerca de 1 840 000 hectares de SAU/Superfície Agrícola Utilizada.

É o próprio INE que considera que a concentração de terra se observa de «forma acentuada no Alentejo onde apenas 1% das explorações detêm 80% da SAU, e mais atenuada, mas merecendo referência na Beira Interior e Ribatejo Oeste. Em contrapartida, nas regiões de Entre Douro e Minho e Beira Litoral as explorações com menos de 5 hectares ocupam, respectivamente, 55% e 40% da SAU».

Se são correctos os dados do «Portugal Agrícola» (1993), a concentração de terra, no Alentejo, significa claramente que, com a destruição das UCP's/Cooperativas Agrícolas, foi reconstituída a grande propriedade de raiz latifundista.

De acordo com os dados do INE referidos naquela publicação, as 470 maiores explorações (apenas 1% do total) detêm cerca de 1 500 000 hectares (80% do total da terra/SAU), enquanto todas as outras, 46 530 explorações agrícolas de pequenos e médios agricultores e rendeiros (99% do total), repartem, entre si, apenas 370 000 hectares (20% do total da terra/SAU).

Absentismo — como os agrários exploram os agricultores rendeiros

É ainda o INE (1989) que afirma: «é no Alentejo que o arrendamento tem mais relevo, representando cerca de um terço da SAU», ou seja, mais de 600 000 hectares são arrendados.

O arrendamento, nesta proporção, traduz um enorme absentismo e mostra como as antigas famílias latifundistas, através do arrendamento da terra (da renda) exploram de novo (como exploravam no passado) os pequenos agricultores e rendeiros.

Se a esta forma de absentismo (o arrendamento), juntarmos as terras ou coutadas (quantos milhares de hectares, actualmente?) e as terras subaproveitadas à sombra da PAC, do set-aside (pousio), teremos então uma ideia mais aproximada do retorno a que as políticas agrícolas do PS e do PSD/CDS conduziram a agricultura alentejana.

3. Coloca-se de novo a questão de uma Reforma Agrária no Alentejo

Os reflexos da situação na agricultura fazem-se sentir em toda a região, que se desertifica e envelhece. Os impactos fazem-se sentir não só nos campos, como também nas vilas e cidades. O sector industrial, o comércio e serviços estão a ser afectados. Do ponto de vista laboral e social, a situação é grave e o desemprego e a miséria pairam de novo sobre o Alentejo — 40 000 trabalhadores e trabalhadoras estão desempregados e a maioria sem qualquer subsídio.

Perante esta grave situação, é preciso apoiar a luta dos assalariados agrícolas, dos rendeiros e dos pequenos e médios agricultores pela «Eliminação dos latifúndios» como manda a Constituição e como a região reclama.

A necessidade de uma Reforma Agrária no Alentejo que resolva a secular «questão-chave dos problemas estruturais» da região, a questão da «estrutura da posse e do uso da terra», é, presentemente, uma medida defendida por crescentes sectores da sociedade alentejana.

Até porque, a abordagem desta questão torna-se incontornável perante a perspectiva da construção do Empreendimento de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo.

Ou, dito de outra forma, não passará pela cabeça de uma pessoa sensata que se faça o Alqueva e o Plano de Rega, com dinheiros públicos, para beneficiar sobretudo 500 ou 1000 famílias de grandes senhores da terra!

Para a agricultura no Alentejo é, também, imperioso lutar pelo início e aceleração da construção do Empreendimento de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, estendendo-o à Margem Esquerda do Guadiana e ao Alentejo Central; proceder à recuperação e reconversão dos perímetros de rega já instalados (cerca de 70 000 ha); projectar, orçar e construir outras infra-estruturas tais como as barragens do Enxóe (Serpa/Mértola), Gema e Água-Branca (Odemira/Ourique/Almodôvar), Minutos (Montemor-o-Novo).

É evidente que, para além destes grandes projectos estruturantes, é indispensável uma nova política agrícola e uma reforma da PAC/Política Agrícola Comum que permitam à agricultura portuguesa criar uma nova e moderna estrutura fundiária, assegurar um determinado grau de auto-suficiência alimentar, aumentar os rendimentos dos agricultores, promover uma política social de apoio aos agricultores e assalariados agrícolas e uma política de revitalização e valorização do Mundo Rural.

4. Eleições antecipadas

No Alentejo, cresce a convicção de que com o Governo moribundo de Cavaco Silva não se vai a parte nenhuma e de que é preciso derrotá-lo através da luta de massas e na batalha eleitoral.

Cresce a opinião de que será demasiado penoso e custará caro ao País manter por mais 8 ou 9 meses, até às eleições legislativas de Outubro de 1995, este Governo em funções.

Cresce a opinião de que este Governo deve ser demitido e devem ser convocadas eleições antecipadas.

Nestas eleições, os trabalhadores, o povo português, terão a oportunidade de derrotar a direita (PSD/CDS), colocando-a em minoria na Assembleia da República, terão a oportunidade de darem a vitória às forças democráticas e de esquerda, colocando-as em maioria na Assembleia da República.

Também já todos sabemos que uma nova política democrática e de esquerda só será possível com o reforço político, orgânico e eleitoral do Partido Comunista Português.

Com outro Governo, com uma nova política, fica, então aberto o caminho para a resolução das graves e complexas questões que se colocam à agricultura.



Uma semana depois da greve levada a cabo nalguns sectores, milhares de trabalhadores de toda a administração pública desfilaram dia 16 de Dezembro até à residência de Cavaco Silva, recusando a nova perda de poder de compra imposta pelo Governo com a conivência da UGT

É justo protestar!

Ao mesmo tempo que apoia activamente a concentração de capital, o Governo de Cavaco Silva lidera - na qualidade de poder executivo, a coberto da maioria absoluta do PSD na AR, e também como patrão na administração pública e no sector empresarial do Estado - uma intensa ofensiva para aumentar a exploração dos trabalhadores. Contra os efeitos desta política e em defesa dos seus justos interesses e direitos, levantam-se de Norte a Sul trabalhadores de diversas empresas e ramos de actividade. Só desde as últimas semanas de 1994, noticiámos no «Avan-

cio de Dezembro, do plenário na Manuel Pereira Roldão que aprovou o caderno reivindicativo exigindo o pagamento dos salários em atraso. Acompanhámos a luta vitoriosa dos trabalhadores da Grundig que, ao fim de quase uma semana de

Com o final do ano, agudizou-se a luta na Marinha Grande. O Governo respondeu com a polícia de choque. Os vidreiros não recuaram e vieram a Lisboa, no dia 5 de Janeiro, protestar junto de Cavaco Silva e também receber uma vibrante carga de solidariedade



Por iniciativa do Murpl e da Inter-Reformados, integraram-se na «Marcha para uma vida melhor», dia 17 de Dezembro, em Lisboa, muitas centenas de pensionistas e idosos de todo o País

te!» acções de muitos milhares de trabalhadores - e temos consciência de que não terão sido poucas as que não puderam ser referidas.

Nas páginas do «Avante!» falámos das greves levadas a cabo, com forte adesão, nas empresas do Grupo Portucel, por aumentos salariais que reponham o poder de compra perdido com o aumento do custo de vida. Noticiámos os plenários e paralisações na Rodoviária do Sul do Tejo. Acompanhámos as acções dos professores, da administração local, dos enfermeiros e demais trabalhadores da administração pública, exigindo a abertura de negociações e a reposição das perdas salariais e protestando contra a injusta actualização decretada após o acordo do Governo com os sindicatos da UGT. Demos nota, no iní-

greve, conseguiram que a administração desistisse do despedimento de 19 camaradas e se comprometesse ainda a não voltar a recorrer a medidas deste tipo. No quadro das lutas na Portugal Telecom, demos nota da primeira greve na empresa, a 9 de Dezembro, e de outras combativas acções dos trabalhadores das antigas Telecom Portugal, TDP e TLP contra a prepotência da administração laranja chefiada por Todo-Bom. Acompanhámos a luta, vitoriosa ao fim de cinco semanas de greve, dos bancários da CGD-Paris, que derrotaram as sanções disciplinares e outras manobras intimidatórias e viram satisfeitas praticamente todas as demais reivindicações.

Com o final do ano, agudizou-se a luta na Marinha Grande. Foi também no fim do ano que os mineiros do

Peirão desencadearam a luta contra um encerramento que justificou a liquidação de um milhar de postos de trabalho mas que, nas últimas cartas da administração, já era só reestruturação. De todas as promessas e compromissos, o Governo apenas concretizou o despedimento de três centenas de trabalhadores.

Demos notícia das lutas pela viabilização da Torralta e da Metalúrgica da Longra, contra o ressurgir das ameaças de despedimento na Lisnave e na Solisnor/Setenave, da greve na Fisipec contra aumentos de apenas 4,5 por cento, do corte de estrada pelos trabalhadores da Xavi e das





Para exigir diálogo e justiça para os mineiros e desenvolvimento para a sua região, centenas de trabalhadores, familiares e autarcas vieram a Lisboa na semana passada avlsar Mira Amaral e Cavaco Silva e responsabilizar o Governo pelas consequências do prosseguimento da luta com acções mais radicais



Acção dos trabalhadores do comércio na baixa de Lisboa, dia 14 de Dezembro, contra o boicote patronal à negociação da contratação colectiva, pelo horário de 40 horas semanais, pela actualização dos salários e o respeito pelo descanso semanal acordado

denúncias sindicais do favorecimento ilícito do patronato (que acaba por ser o único beneficiado em vários processos de viabilização proporcionados pelo perdão de milhões de contos de dívidas à Segurança Social e ao Estado).

Muitas lutas estão ainda em curso, importantes resultados foram já obtidos. A jornada nacional que, por iniciativa da CGTP-IN, hoje decorre, é encarada como «uma plataforma segura para desenvolver uma acção sindical global, envolvendo a participação de todo o movimento sindical» -

como referia a resolução aprovada pelo plenário nacional de sindicatos pouco antes do Natal.

As imagens que hoje publicamos são de algumas destas mais recentes lutas. Mostram os rostos e as razões de muitos dos que continuam a dizer que, quando os motivos são justos, vale a pena protestar e lutar. Como a experiência tem mostrado, é este o caminho que leva às vitórias.

Vale a pena lutar!

PONTOS CARDEAIS

Países ricos...

Pelo modo como certos comentadores — e não estamos a falar de Cavaco, que comenta sempre bem o que faz e vai passar a comentar bem o que fez — avaliam o desenvolvimento e a riqueza de um país, nós, portugueses, estamos muito à frente de qualquer pelotão da frente.

Tais comentadores descem de avião numa cidade, cheiram o ar, dão uma vista de olhos em redor e ficam a saber tudo. Se lhes chegar ao nariz o odor de **hamburger** dos MacDonal, se toparem como meia dúzia de boutiques com preços caros, se puderem, à mínima sede, deitar a goela a uma coca-cola, então sabem: estão num país livre

de misérias, numa economia a crescer, num lugar de desenvolvimento. Salários, segurança social, habitação, saúde, essas coisas? Não importa. Foi assim que, em extensa artighada, a correspondente Catherine Field, do «Expresso», escrevendo de Hong-Kong, viu a China — «Dá uma imagem de prosperidade e de estabilidade. Nos centros das cidades, as ruas exibem «boutiques» cintilantes e restaurantes de luxo. Os jovens conduzem carros importados, as jovens usam mini-saia e ouvem música **pop** ocidental.» Se ela fosse a Moscovo, escreveria o mesmo. Apesar da miséria que hoje por lá grassa. E se viesse a Lisboa?

Tudo sob controlo

Cavaco fez questão de afirmar que deixava a casinha arrumada antes de fechar a porta, como quem diz que fechou o gás, apagou a luz, não deixou nenhuma torneira aberta nem o ferro de engomar ligado antes de partir para férias.

Tudo sob controlo — os dinheiros, o desenvolvimento, a inflação. Certamente que muita gente o há-de acreditar, sobretudo aqueles que ficaram com as fatias do bolo. Mas Cavaco, como sempre faz no auto-elogio, exagerou. E, no mesmo dia em que descaradamente referiu que o desemprego estava «controlado», os números oficiais — mais uma vez!

— aparecem a desmenti-lo. O desemprego aumentou. Sabem-no aqueles que estão desempregados e quem com eles é solidário. Não querem saber disso aqueles cujos bolsos se enchem à custa da miséria deixada pela política cavaquista.

As preferências de Champalimaud

Está na hora, pois, de fazer avançar outra política. Que, mudando reponha e coloque sob verdadeiro controlo o essencial da vida nacional. Nomeadamente recuperando e reconstruindo o edifício arrasado da economia, da agricultura, da indústria. Promovendo o emprego, os direitos ao trabalho e à

segurança. Que vemos, porém, surgir, nestes momentos em que se abrem possibilidades de viragem? Estranhas solidariedades aparecem, são promovidas à ribalta, em carne e osso, velhos fantasmas que o cavaquismo ressuscitou e a quem o PS se prepara para dar a mão. Champalimaud já namora Guterres, «um homem simpático». Diz não o conhecer pessoalmente. Mas, segundo o «Expresso», avisou-o da negociata do Totta, em telefonema para o Brasil. Guterres também declara nunca ter falado na vida com tal senhor. Mas admite que um mensageiro «me telefonou com instruções do senhor Champalimaud. Limitei-me a agradecer a atenção», disse Guterres. Pois.

PONTOS NATURAIS

Alentejo

No meio da planície estranha nave uma trégua de sombra um sábio estar de gente.

Mataram tudo em volta.

Só a nave resiste para o sonho das próximas viagens.

Pejão

Fecharam as entradas disseram aos mineiros: — Ido-vos e esqueci.

E eles responderam: nossa lanterna não brilha ao sol.

Eram tão firmes que as portas de novo se abriram e nas galerias o minério voltou a pulsar

e a terra se entrega ao luar das lanternas.

Os SA

Os Sem Abrigo já tem sigla: SA. Certo, não têm casa mas com sigla é mais fino.

Os SA soterrados nas noites de Lisboa...

E que mal há? Com seus milhares de SA há em Lisboa quem durma o sono burocrático dos justos.

O que afinal em democracia até é natural.

O vidro da Marinha Grande

Difícilmente os deuses acreditam que dos homens eu vim. E tudo escutam com os olhos perfeitos dos meninos ouvindo histórias ao cair da noite.

Grito e não sei que estrela me responde ou que silêncio acorda.

Em mim se faz a Luz aristocrática e soa com vibrações de flor.

Sou sílica e suor. O Capital não entra na questão. É límpido como o cristal que Marx tem razão.



Mário Castrinho

FRASES da SEMANA

“Tomei a decisão de não me candidatar outra vez a presidente do PSD. (...) Como é normal, o novo presidente do partido deve ser o candidato a primeiro-ministro nas próximas eleições.”

☞ (Cavaco Silva, em conferência de imprensa, 23.01.95)

“A recusa de qualquer coligação vale para o caso de o professor se manter à frente do partido, não noutras circunstâncias.”

☞ (António Pinto Leite, PSD, citado em «Expresso», 21.01.95)

“Era injusto pedir-lhe mais.”

☞ (Ângelo Correia - «O Diabo», 24.01.95)

“Eu não, Nogueira sim.”

☞ (Eurico de Melo - «O Diabo», 24.01.95)

“Nunca na minha vida falei ou me encontrei com o senhor Champalimaud. (...) Digo apenas que foi um mensageiro que me telefonou com instruções do senhor Champalimaud. Limitei-me a agradecer a atenção.”

☞ (António Guterres, sobre a compra das acções do Totta & Açores, citado em «Expresso», 21.01.91)

“O porta-voz do grupo Champalimaud terá justificado a sua iniciativa com o desejo de que Guterres não soubesse da compra do Totta apenas pelos órgãos de Informação.”

☞ (da mesma notícia - idem)

“Eu apresentava a minha demissão, se isso resolvesse os problemas dos timorenses.”

☞ (Fernando Nogueira, no «Telejornal» do «Canal 1» - RTP, 20.01.95)

“(...) Lamentavelmente, não há verba disponível este ano na Secretaria de Estado da Cultura.”

☞ (do texto do ofício do chefe de gabinete de Santana Lopes, a propósito das comemorações do 30º aniversário da morte de Humberto Delgado - «Expresso», 21.01.95)

“Depois de aniquilado o essencial da produção agrícola, depois de encerrado o grosso do aparelho industrial, depois de reduzida a economia do país às exíguas proporções da sobrevivência, para que é que vamos precisar de universidades públicas, de docentes universitários e de investigadores? A Europa há-de tratar disso.”

☞ (Fernando Rosas, «Universidades para Qué?» - «Público», 24.01.95)

“Olho Boris Ieltsin com grande compaixão. Tem-se a sensação de que este homem intrinsecamente decente não sabe simplesmente o que fazer. (...) Está na altura de o Ocidente mudar de estratégia e passar a apoiar a democracia - em vez de Ieltsin.”

☞ (Georgi Arbatov, Director do Instituto de Estudos sobre os EUA e o Canadá - «Expresso», 21.01.95)

Debate
com o País

para
uma nova
política **PCP**

• LISBOA

"Portugal e a Integração Europeia"
Centro Europeu Jean-Monnet - 26 de Janeiro - 21h00
Com a participação
de **CARLOS CARVALHAS**
Luís Sá, Joaquim Miranda, Emídio Martins,
Herberto Goulart, Isabel Castro

• LISBOA

"Área Metropolitana de Lisboa - a vida, o urbanismo, os problemas e os desafios"
Hotel Altis, Sala Bruxelas - 31 de Janeiro, 16h00
Com a participação de
CARLOS CARVALHAS
Luís Sá, Daniel Branco, Costa Lobo,
Arqt^a Helena Roseta, Leopoldo Almeida,
Prof. Nunes da Silva

• LISBOA

"Financiamento da Saúde"
Hotel Roma, Sala Roma - 26 de Janeiro - 21h00
Com a participação de
Durão de Carvalho, Francisco Ramos,
Luís Peixoto, Paulo Fidalgo
e Santos Cardoso

• LOURES

"Segurança das populações"
S^{te} Ant^o Cavaleiros - Ass. Moradores - 27 de Janeiro - 21h00
Com a participação
de **João Amaral**

• MOITA

"Justiça social, objectivo e condição do progresso"
Centro de Reformados - 27 de Janeiro, 21h00
Com a participação
de **Paulo Trindade**

• VENDAS NOVA

"As propostas do PCP e a alternativa política"
Salão Novo da Câmara Municipal - 27 de Janeiro - 21h00
Com a participação
de **Octávio Teixeira**

• MORA

Freguesia de Cabeção
Sessão pública
Casa do Povo - 27 de Janeiro - 21h00

• MORA

Pavia
Sessão pública
Sede da Junta de Freguesia - 27 de Janeiro - 20h00

• BRAGANÇA

"Desertificação do Nordeste, regionalização e desenvolvimento"
Auditório Paulo Quintela - 27 de Janeiro - 21,30h
Com a participação
de **Agostinho Lopes**

• PORTO

"Que alternativa à política ruinosa de direita?"
Paranhos, Casa da Cultura - 27 de Janeiro - 21,30h
Com a participação
de **Henrique de Sousa**

• BARREIRO

"Movimento associativo"
Clube 31 de Janeiro - 27 de Janeiro - 21h00
Com a participação
de **Carlos Rabaçal, Melo de Carvalho,**
Helder Madeira

• SETÚBAL

"Incineradora no Sado?"
Cooperativa de Habitação das Pontes - 28 de Janeiro - 15h00
Com a participação de
Regina Marques, Jerónimo Lopes

• MOITA

"Segurança dos cidadãos"
Biblioteca do Vale da Amoreira - 28 de Janeiro - 15h00
Com a participação de
Carlos Gutierrez, João de Almeida, Armando Castro

• AMADORA

"Situação social no município"
Auditório Municipal - 28 de Janeiro - 15h00
Com a participação de
Joaquim Dias, António Tremoço

• MONTEMOR

Freguesia S. Cristóvão
Sessão pública
28 de Janeiro - 20h30

• ARRAIOLOS

Sessão pública
28 de Janeiro - 21h00

• VILA NOVA DE FAMALICÃO

"Ambiente e desenvolvimento"
Escola Secundária de Joane - 28 de Janeiro - 16h00
Com a participação de
Dr. Cândido Capela Dias, Manuel Barbosa da Silva

• PORTO

"Que alternativa à política ruinosa da direita?"
Hotel Tuela - 28 de Janeiro - 15h00
Com a participação de
Jerónimo de Sousa

• PORTO

Paredes
"Regionalização e desenvolvimento do Vale de Sousa"
Anfiteatro da Esc. Secundária - 28 de Janeiro - 15h00
Com a participação de
Ilda Figueiredo, Emídio Ribeiro, Cristiano Ribeiro

• PORTO

"Educação pública/Educação de qualidade"
ISEP - 28 de Janeiro - 15h00
Com a participação de
Jorge Sarabando, Mário David Soares, Borges Coelho,
Isabel Baptista, Rogério Fernandes

• CACÉM

"Saúde"
30 de Janeiro, 21h00

• MONTEMOR

Freguesia do Escoural
Sessão pública
Casa do Povo - 31 de Janeiro - 20,30h
Com a participação de
António Gervásio, Eugénio Arraiolos

• LISBOA

"Saída precoce do mercado de trabalho: para onde? em que condições? qual o papel da segurança social?"
Centro Trabalho Vitória - 2 de Fevereiro, 17,30h
Com a participação de
Sérgio Ribeiro, Luís Costa, José Abreu,
Manuel Ramos

LISBOA

Sábado, 28, às 10h,
na Junta de Freguesia de Alcântara
2ª Assembleia da Organização da Cidade de Lisboa
com a participação do camarada
CARLOS CARVALHAS
Sessão Pública de encerramento às 17h30

BRAGA

Domingo, 29, às 10h,
no Auditório da Biblioteca Camilo Castelo Branco - V.N. Famalicão
3ª Assembleia da Organização Regional de Braga
com a participação dos camaradas
Agostinho Lopes, Henrique Sousa e
CARLOS CARVALHAS
Sessão Pública de encerramento às 17h

JCP

«Lutar por um futuro melhor»
Encontro Distrital da JCP/Portalegre
com a participação do camarada
ÁLVARO CUNHAL
na Junta de Freguesia de Avis
Sábado, 28, a partir das 15h.
Convívio no final

ÁLVARO CUNHAL

em Benavila e Idanha-a-Nova
Benavila
Sábado, 28, às 18h, na Casa do Povo
Sessão de esclarecimento
Idanha-a-Nova
Domingo, 29, às 12h30, no Rest. Laranjeira
Almoço-convívio

UISEU

Domingo, 29, às 14h30
no Solar dos Peixotos (Salão da Ass. Municipal)
Assembleia da Organização Regional de Viseu
com a participação dos camaradas
Sérgio Teixeira e Jorge Pires

Alto do Seixalinho

(Barreiro)
3ª Assembleia da Organização da Freguesia
Sábado, 28, às 14h30, na Colectiv. 31 de Janeiro
com a participação da camarada
Luisa Araújo

Vila Franca de Xira

Sábado, 28, às 10h30, Na Euterpe Alhandrense
Plenário concelhio de Quadros
com a participação do camarada
Luís Sá
Sessão pública de encerramento às 18h

Loures

Encontro concelhio da JCP
Sábado, 28, às 14h30
no CT do PCP de Loures

**Carlos Carvalhas
em entrevistas na Rádio**

Sábado, 28, na RDP/Antena Um
Programa "Tira Teimas",
logo após o noticiário das 13h

Terça, 31, na TSF
Programa "Forum TSF",
entre as 10h15 e as 11h30

Reuniões e Plenários

ALCÁCER DO SAL

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: quinta, 26, na Carrasqueira; segunda, 30, dos Trab. da Câmara e de Sectores Diversos; terça, 31, do Tor-
rão.

ALCOCHETE

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: da freguesia de Alcochete e células de empresa e de Samouco: sexta, 27, às 21h30, no CT; da freguesia de



S. Francisco: sexta, 27, às 21h30, na Escola

ALMADA

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: sexta, 27, da Juventude (CT concelhio, 21h30); sábado, 28, da Comissão de Freguesia de Almada - no CT Alberto Araújo, às 15h; Com. Freg. Cova da Piedade - no CT concelhio, 15h30; Com. Freg. do Pragal - no CT do Pragal, 21h30; das Comissões Locais de Monte da Caparica e do Pia/Raposo - no CT do Monte, às 15h. Da célula da Rodoviária Sul do Tejo - segunda, 30, às 17h30, no CT do Laranjeiro. Terça, dia 31, da Comissão de Freguesia de Cacilhas (às 21h30, no CT Alberto Araújo), da célula da Lisnave (no CT concelhio, às 17h) e a Assembleia de Junção das células da Academia, Almada Atlético Clube, Clube de Campismo de Almada, Incrível e SFUAP (no CT concelhio, às 21h30). Na quinta-feira, dia 2, assembleias das células dos Trabalhadores da Autarquia, do Arsenal do Alentejo, das células dos Professores, Coop. de Ensino do Laranjeiro, C. Teatro de Almada, Assoc. de Pais - todas às 18h e no CT concelhio.

BARREIRO

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: da célula dos Químicos - sexta, 27, às 17h30, no CT concelhio do Barreiro; da freguesia de Verderena - sábado, 28, às 15h, no CT concelhio; da freguesia de Sto. André - sábado, 28, às 15h00, no CT de Sto. André.

CASCAIS

Estoril - Plenário de militantes da freguesia, para discutir questões autárquicas e tarefas imediatas do Partido: sábado, 28, às 15h30, no CT de Cascais.

Parede - Plenário de militantes da freguesia: domingo, 29, às 14h30, no CT da Parede. Às 13, almoço convívio no mesmo local.

COVILHÃ

Plenário de militantes sobre a situação política e preparatório da 4ª Assembleia da Organização da Covilhã: no Centro de Trabalho, sexta, 27, às 21h.

GRÂNDOLA

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: das organizações de Amoreiras, Liberdade, Esperança, Arneiro, Estação, Vale Pereiro, S. João, Mulheres, Coemrciantes, Vila, Dispersos e de Reformados: quinta, 26; de Justa, Água Derramada e Cadoços: sexta, 27; de Azinheira, Barros e Lousal: sábado, 28.

MAIA

Reunião plenária preparatória da IV Assembleia da Organização da Concelhia da Maia: no CT de Pedrouços, sexta, 27, às 21h.

MOITA

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução

Política e eleição de delegados: de Baixa da Banheira e de Sarilhos Grandes - dia 28.

MONTIJO

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: no dia 28, de Sarilhos Grandes/Lançada (no CT às 21h) e no dia 27 da cidade do Montijo (21h30, no CT) e de Areias.

OEIRAS

Barcarena - Plenário da Organização de Freguesia: sexta, 27, às 21h no CT de Barcarena

Carnaxide - Plenário da Organização de Freguesia: sexta, 27, às 21h no CT de Carnaxide

Queijas - Plenário da Organização de Freguesia: sexta, 27, às 21h no CT de Queijas.

Linda-a-Velha - Plenário da Organização de Freguesia: sexta, 27, às 21h no CT de Algés.

Plenário de camaradas das PMES do concelho de Oeiras: sábado, 28, às 15h, no CT de Algés.

PALMELA

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: da freguesia de Quinta do Anjo (às 21h no CT) e dos trabalhadores da CM (às 15h, nos Armazéns) - ambas no dia 27;

SEIXAL

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: dia 28, na Amora, do C.C. Desportivo Paivas e do C. R. Cruz de Pau e da organização de Corroios.

SESIMBRA

Plenário de militantes, preparatório da 4ª Assembleia da ORS, com a participação de Augusto Flor: sábado, 28, às 21h30, no Centro de Trabalho.

SETÚBAL

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: da freguesia da Anunciada - dia 28, às 16h, na sede da Junta de Freguesia.

SINES

Assembleias plenárias preparatórias da 4ª Assembleia da ORS, para discussão do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados: de Reformados - quinta-feira, 26; do Bairro Marítimo/S.P.Gomes/Bairro S. Pedro - sexta, 27; de Bairro Novo da Provençal/Paiol e Lenticais - sábado, 28; de Porto Covo/C. Cabra/Fonte Mouro - domingo, 29; dos trabalhadores da Autarquia - terça, 31.

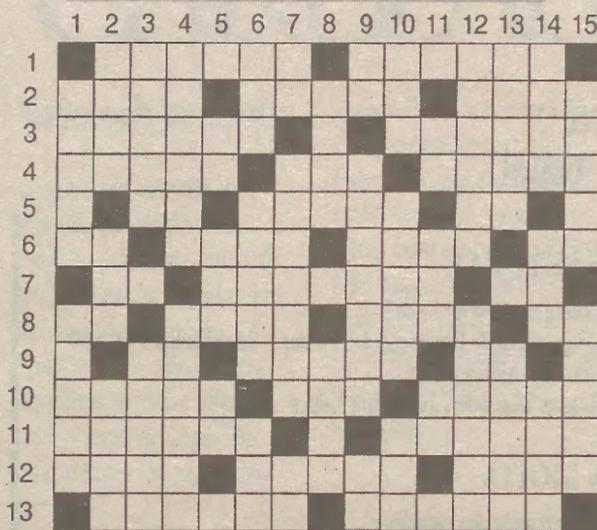
SINTRA

Agualva-Cacém - Plenário de Reformados da freguesia, com a participação do camarada Romeu do Rosário: dia 30 (última segunda-feira do mês), às 15h30, no CT do Cacém.

Agualva-Cacém - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de Romeu do Rosário: sexta, 27, às 21h30, no CT do Cacém.

Queluz - Plenário de Reformados, com a participação do camarada Jaime Félix: sexta, 27, às 15h, no CT de Queluz

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Ignorante; submerso. 2 - Filho de Adão: osso do braço; enguia. 3 - Medicamento em forma de comprimido, quinhentas folhas. 4 - Acostumada; rio que banha Leiria; remara para trás. 5 - Nota musical; pequena sela; outra nota musical. 6 - Alternativa; correntes de água naturais; direcção (fig.); mais uma nota musical. 7 - Porco; respeitara; a ti. 8 - Cálcio (s. q.); mais mau; sul-africano de origem holandesa; tecido quente para o inverno. 8 - Aspetto; salvas (ant.); prep. 10 - Têm autoridade; maior, no alto. 11 - Citar; dizer um sermão; 12 - Romancista francês do séc. XIX autor de «Os Rougon-Macquart»; planta cesalpínacea; deus do vinho. 13 - Peugada; desagradável.

VERTICAIS: 1 - O grito da poupa; preparado. 2 - Ave pernalta do Velho Mundo; Estado dos USA; perfume. 3 - Pertencem-lhes; mulher que negocia com roupa usada. 4 - Lograr; dobras no tecido. 5 - Naquele lugar; vogais de tília; cruel. 6 - Afluente do Douro; murros; grande quantidade. 7 - Américo (s.q.); prejudicaram; lado do navio voltado para o vento; 8 - Vereador; estabelecimento de comércio. 9 - Encaminhar-se; soletrar; caminhava. 10 - Maior; simples; ferramentas dos forneiros. 11 - Estão na seca; mulher com filhos; ataque de paralisia. 12 - Habita; hospeda. 13 - Um dos apóstolos; cortar aos bocadinhos. 14 - Rezar; bilis; espécie de padiola para transporte de doentes. 15 - Cidade japonesa; amargo.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

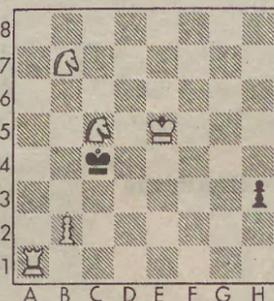
HORIZONTAIS: 1 - Jardins; matagal. 2 - Al; ora; nem; LI. 3 - Uvas; união; olha. 4 - Ares; oro; Orão. 5 - Ur; ar. 6 - Ar; além; oras; or. 7 - Ruir; gasta; isco. 8 - Ai; Avis; Adem; Ac. 9 - Ao; or. 10 - Pedi; rol; após. 11 - Pare; ouvia; Além. 12 - Ar; vil; lei; Na. 13 - Salomão; famosas.

VERTICAIS: 1 - Jau; Marat; pás. 2 - Alva; Rui; para. 3 - Aro; ter. 4 - Dose; ara; devo. 5 - Ir; Sul; vai; im. 6 - Nau; régio; ola. 7 - Nó; más; Ru. 8 - Tiro; sova. 9 - Ao; Ota; li. 10 - Ano; arado; Alá. 11 - Te; ora; era; em. 12 - Amor; sim; paio. 13 - Lãs; Sol. 14 - Alho; oca; Sena. 15 - Lia; troco; mas.

XADREZ

CDXCVII - 26 DE JANEIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X007
Por: RUDOLF WILLMERS
Deutsche Schachzeitung, S. 61, 1859

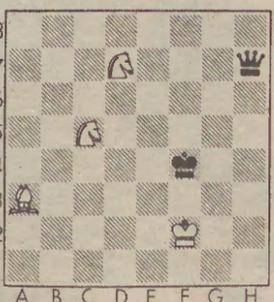
Pr. [2]: Ph3 - Rç4
Br. [5]: Pb2 - Cs. b7, ç5 - Ta1 - R65



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X008
Por: HENRI RINCK
700 Fins de Partie, 1927

Pr. [2]: Dh7 - Rf4
Br. [4]: Cs. ç5, d7 - Ba3 - Rf2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCVII

Nº 1995X007 [R.W.]: 1. Ta7; Rb5; 2. Ca5!; Rb6; 3. Tb7+; R.C.; 4. b4#

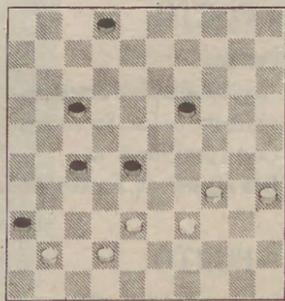
Nº 1995X008 [M.R.]: 1. Cç6+; Rf5; 2. Cd4+; Rg5; 3. Bç1+; Rb4; 4. Cf3+; R-; 5. Cç5 [f6] e.g.

A. de M. M.

DAMAS

CDXCVII - 26 DE JANEIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D007
Por: O. BAEKE
Belgica, 1934

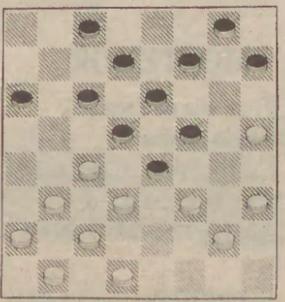
Pr. [6]: 2-17-19-27-28-36
Br. [6]: 34-35-38-39-41-42



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D008
GOLPE Nº 105
Por: JOSEPH CARLOS GARCEZ
Madrid, 1684

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 28-23; 5. 11-15, 21-18; 6. 10-13, 19-14; [ou: 3. 9-13, 32-28; 4. 11-15, 21-18; 5. 5-9, 28-23; 6. 1-5, 19-14] 7. 13-17, 23-19; 8. 6-11; 27-23; 9. 2-6, 30-27; 10. 6-10 Diagrama:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCVII

Nº 1995D007 [O.B.]: 1. 39-33, (28x30); 2. 35-13, (36-47-D); 3. 38x32, (47x8); 4. 32x3-D+

Nº 1995D008 [J.C.G.]: 10. 24-20; 11. 15-24, 18-13; 12. 9-18, 22-6; 13. 26-22; 14. 22x3-D+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 26

Um Mundo de Crianças

«Circle of Children» (EUA/1977). Real.: Don Taylor. Int.: Jane Alexander, Rachel Roberts, David Ogden Stiers. Cor, 100 min. *Telefilme Dramático*. (14.50, SIC)

Em Defesa da Vida

«Defending Your Life» (EUA/1991). Real.: Albert Brooks. Int.: Albert Brooks, Meryl Streep, Rip Torn, Lee Grant. Cor, 106 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

SEXTA, 27

O Rei e Eu

«The King and I» (EUA/1956). Real.: Walter Lang. Int.: Yul Brynner, Deborah Kerr, Rita Moreno, Martin Benson, Terry Saunders. Cor, 133 min. *Ver Destaque*. (14.50, SIC)

O Abismo

«The Abyss» (EUA/1989). Real.: James Cameron. Int.: Ed Harris, Mary Elizabeth Mastrantonio, Michael Biehn. Cor, 140 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

Jacquot de Nantes

«Jacquot de Nantes» (Fr./1991). Real.: Agnès Varda. Int.: Philippe Maron, Edouard Joubaud, Laurent Monnier. Cor-P/B, 114 min. *Ver Destaque*. (23.50, TV 2)

Phase IV

«Phase IV» (Gr.Br./1973). Real.: Saul Bass. Int.: Nigel Davenport, Lynne Frederick, Michael Murphy, Alan Gifford. Cor, 84 min. *Ver Destaque*. (00.55, Canal 1)

SÁBADO, 28

Pé Grande

«Bigfoot» (EUA/1987). Real.: Danny Huston. Int.: Colleen Dewhurst, James Sloyan, Gracie Harrison, Joseph Maher. Cor, 90 min. *Telefilme / Aventuras*. (17.50, Canal 1)

Uma Luz na Escuridão

«Shinning Through» (EUA/1992). Real.: David Seltzer. Int.: Michael Douglas, Melanie Griffith, Liam Nelson, Linda Voss. Cor, 127 min. *Ver Destaque*. (23.00, SIC)

Sweetie

«Sweetie» (Austrália/1989). Real.: Jane Campion. Int.: Geneviève Lemon, Karen Colston, Tom Lycos, Jon Darling. Cor, 96 min. *Ver Destaque*. (23.35, TV 2)

As Vinhas da Ira

«The Grapes of Wrath» (EUA/1940). Real.: John Ford. Int.: Henry Fonda, Jane Darwell, John Carradine, Charlie Grapewin. P/B, 123 min. *Ver Destaque*. (00.00, Quatro)

O Exorcista III

«The Exorcist III» (EUA/1990). Real.: William Peter Blatty. Int.: George C. Scott, Ed Flanders, Brad Dourif, Jason Miller. Cor, 106 min. *Terror*. (00.20, Canal 1)

Ao Fundo da Noite

«In the Cold of the Night» (EUA/1990). Real.: Nico Mastorakis. Int.: Jeff Lester, Adrienne Sachs, Marc Singer, Brian Thompson. Cor, 108 min. «Thriller». (02.05, Canal 1)

DOMINGO, 29

A Canção da Terra

(Port./1938). Real.: Jorge Bruno do Canto. Int.: Barreto Poeira, Oscar Lemos, Elsa Romina. P/B, 115 min. *Ver Destaque*. (15.30, SIC)

O Sargento Negro

«Sergeant Rutledge» (EUA/1960). Real.: John Ford. Int.: Jeffrey Hunter, Constance Towers, Woody Strode, Willis Bouchee. Cor, 107 min. *Ver Destaque*. (18.15, TV 2)

Demónio de Saias

«She-Devil» (EUA/1989). Real.: Susan Seidelman. Int.: Meryl Streep, Roseanna Barr, Ed Begley, Jr., Linda Hunt, Sylvia Miles. Cor, 89 min. *Comédia*. (21.30, SIC)

Noite na Terra

«Night on Earth» (EUA/1991). Real.: Jim Jarmusch. Int.: Winona Ryder, Gena Rowlands, Giancarlo Esposito, Armin Mueller-Stahl, Béatrice Dalle, Roberto Benigni. Cor, 124 min. *Ver Destaque*. (23.50, TV 2)

Três Horas Decisivas

«From Noon till Three» (EUA/1975). Real.: Frank D. Gilroy. Int.: Charles Bronson, Jill Ireland, Douglas V. Fowley, Stan Haze. Cor, 100 min. «Western» *Cómico*. (01.20, Canal 1)

SEGUNDA, 30

O Dia em que Cristo Morreu

«The Day Christ Died» (EUA/1980). Real.: James Cellan Jones. Int.: Chris Strandon, Colin Blakely, Keith Mitchell. Cor, 150 min. (14.50, SIC)

Exterminador II

«Exterminator II» (EUA/1984). Real.: Mark Buntzman. Int.: Robert Ginty, Mario Van Peebles, Deborah Geffner. Cor, 88 min. *Policial / Acção*. (22.15, SIC)

Rosa de Areia

(Port.). Real.: Margarida Cordeiro e António Reis. Int.: Ana Umbelina, Balbina Ferro, Cristina de Jesus, Lia Nascimento. Cor, 105 min. *Ver Destaque*. (23.10, TV 2)

O Jovem Fugitivo

«The Runnin' Kid» (EUA/1988). Real.: Max Tash. Int.: Daviv Packer, Steven Eckholdt, Brie Howard, Kenneth Tigar. Cor, 96 min. *Comédia*. (01.10, Canal 1)

TERÇA, 31

Gente Comum

«Like Normal People» (EUA/1979). Real.: Harvey Hart. Int.: Shaun Cassidy, Linda Purl, Zalman King, Hope Lang. Cor, 97 min. *Telefilme*. (14.50, SIC)

Os Olhos Azuis de Yonta

«Udju Azul di Yonta» (Port./Fr./Guiné-Bissau). Real.: Flora Gomes. Int.: Maysa Marta, António Simão Mendes, Pedro Dias. Cor, 96 min. *Ver Destaque*. (22.45, TV 2)

A Mulher que não Queria Amar

«Harlow» (EUA/1965). Real.: Gordon Douglas. Int.: Carrol Baker, Red Buttons, Angela Lansbury, Raf Vallone, Martin Balsam, Peter Lawford. Cor, 125 min. *Biográfico*. (01.30, Canal 1)

QUARTA, 1

Palavra de Honra

«Word of Honor» (EUA/1981). Real.: Mel Damski. Int.: Karl Malden, Rue McClanahan, Ron Silver, Largo Woodruf. Cor, 96 min. *Telefilme*. (14.50, SIC)

Não Digam à Mamã que a Babysitter Morreu!

«Don't Tell Mom the Babysitter's Dead» (EUA/1991). Real.: Stephen Herek. Int.: Christina Applegate, Joanna Cassidy, John Getz. Cor, 101 min. *Comédia*. (22.50, Canal 1)

Histórias da Vida

«Tranches de Vie» (Fr./1984). Real.: François Leterrier. Int.: Laura Antonelli, Jean-Pierre Cassel, Christian Clavier, Marie-Anne Chazel. Cor, 92 min. *Ver Destaque*. (01.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

36º aniversário da vitória da Revolução Cubana
Jantar-convívio com a presença do Sr. Embaixador de Cuba
27 de Janeiro às 20h
no restaurante "Os Unidos", Feira Popular de Lisboa
Actuação do CDC do Metro de Lisboa e de André Gago

PROGRAMAÇÃO



«Departamento de Homicídios», uma série realizada por Barry Levinson. À 5ª na TV2

Quinta, 26

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 10.00 Origens
- 10.35 Malha de Intrigas
- 12.00 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Coração Selvagem
- 14.00 Você Decide
- 15.00 Viva a Tarde
- 17.20 Missão Impossível
- 18.10 Floradas na Serra
- 19.20 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telejornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.25 Isto Só Vídeo
- 22.00 Frou-Frou
- 23.30 Coisas da Vida
- 00.10 24 Horas
- 00.50 Remate
- 01.30 Futebol

CANAL 2

- 16.00 Televidas
- 17.00 Clara
- 18.00 Escola Paraíso
- 18.30 Os Amigos do Gaspar
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.00 Basquete
- 21.35 O Homem e a Cidade
- 21.40 Desenhos Animados
- 22.15 TV2 Jornal
- 22.45 Acontece
- 23.00 Departamento de Homicídios
- 00.05 Músicas da Terra Portuguesa
- 00.55 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 14.00 Olhos nos Olhos
- 14.50 Um Mundo de Crianças (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Buêré
- 17.45 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 A Viagem / Irmãos Coragem
- 21.40 Os Trapalhães
- 22.40 Ora Bolas, Marina
- 23.40 A Noite da Má-Língua
- 00.45 Último Jornal
- 01.00 Internacional SIC

QUATRO

- 11.00 Shopping Center
- 11.40 Animação
- 12.05 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Trapos & Companhia
- 22.00 Em Defesa da Vida (ver «Filmes na TV»)
- 23.30 Novo Jornal
- 00.30 Fora de Jogo

Sexta, 27

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 10.00 Origens
- 10.35 Malha de Intrigas
- 12.00 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Coração Selvagem
- 14.00 Você Decide
- 15.00 Viva a Tarde
- 17.20 Missão Impossível
- 18.10 Floradas na Serra
- 19.20 Com a Verdade M' Enganas
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
- 21.00 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.55 Concurso 1, 2, 3
- 23.35 24 Horas
- 00.15 Remate
- 00.30 Contos Assombrosos
- 01.30 Phase IV (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
- 17.00 Uma Família Feliz
- 17.55 Infantil
- 20.00 A Magia do Cinema
- 20.45 À Volta do Mundo
- 21.15 Histórias Que o Tempo Apagou
- 21.40 Ver Para Ler
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 Quem Conta um Conto
- 23.50 Jacquot de Nantes (ver «Filmes na TV»)
- 01.45 Módulos de Música Portuguesa

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 13.50 Olhos nos Olhos
- 14.50 O Rei e Eu (ver «Filmes na TV»)
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta
- 21.25 A Viagem / Irmãos Coragem
- 22.30 Chuva de Estrelas
- 23.30 Noites Hipnóticas
- 00.15 Último Jornal
- 00.30 Os Donos da Bola
- 02.00 Playboy

QUATRO

- 11.00 Shopping Center
- 11.40 Animação
- 12.05 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 Verdade ou Mentira
- 21.00 Trapos & Companhia
- 21.30 O Abismo (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 Novo Jornal
- 01.00 Fora de Jogo

Sábado, 28

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.30 Luta Livre Americana
- 13.00 Notícias
- 13.15 Coração Selvagem
- 13.40 Made in Portugal
- 14.40 Clube Disney
- 16.15 As Aventuras de Brisco County
- 16.55 Arca de Noé
- 17.50 Sessão Especial: «Pé Grande»
- 19.50 Totoloto
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Seleção Nacional
- 21.35 Noite Mágica
- 22.30 Parabéns
- 24.00 24 Horas
- 00.20 O Exorcista III (ver «Filmes na TV»)
- 02.05 Ao Fundo da Noite (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Euronews
- 13.00 Parlamento
- 14.00 TV2 Desporto
- 17.30 Para Além do Ano 2000
- 19.00 Aventuras de Sherlock Holmes
- 19.50 Forum Musical
- 20.55 Praia da China
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Dinheiro em Caixa
- 23.00 TV2 Desporto
- 23.35 Sweetie (ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Buêré
- 13.45 Portugal Radical
- 14.30 Dra. Quina
- 15.30 O Bando de Spike
- 17.00 Os Imortais II
- 18.00 Vidas Cruzadas Especial
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem Especial
- 21.40 Bravo, Bravíssimo
- 23.00 Uma Luz na Escuridão (ver «Filmes na TV»)
- 01.25 Último Jornal

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
- 11.30 Animação
- 12.00 Informação Religiosa
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.20 Contra Ataque
- 15.00 Telemotor
- 15.30 A Grande Aposta
- 17.20 Queridos Inimigos
- 18.40 Verdade ou Mentira
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Trocado em Miúdos
- 20.30 Ficheiros Secretos
- 21.30 Confissões de Adolescente
- 22.00 Quem Casa Quer Casa
- 23.45 Jornal do Mundo
- 24.00 As Vinhas da Ira (ver «Filmes na TV»)



Domingo, 29

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Notícias
- 13.05 Top +
- 14.15 86-60-86
- 14.30 Novas Aventuras do Super-Homem
- 15.20 Emoções Fortes
- 15.40 Kung Fu, a Lenda Continua
- 16.05 Kung Fu, a Lenda Continua
- 16.35 A Grande Pirâmide
- 17.30 Show de Moda
- 19.00 Futebol
- 20.50 Joker
- 21.00 Telejornal
- 21.40 Casa Cheia
- 22.30 Eu Tenho Dois Amores
- 23.40 Domingo Desportivo
- 00.10 No Calor da Noite
- 01.00 24 Horas
- 01.20 Três Horas Decisivas (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 À Mão de Semear
- 09.30 Caminhos
- 10.00 Novos Horizontes
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 12.00 Regiões
- 13.00 Euronews
- 14.00 TV2 Desporto
- 18.15 O Sargento Negro (ver «Filmes na TV»)
- 20.00 A Minha Ópera Favorita - III
- 21.00 Gente Remota
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Sempre ao Domingo, que inclui o filme «Noite na Terra» (ver «Filmes na TV»)

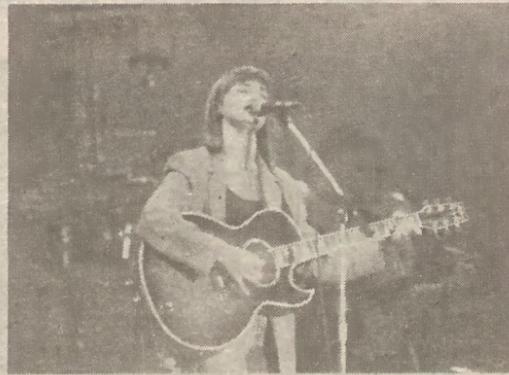
SIC

- 08.00 Buêré
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 National Geographic
- 14.30 Um Trovão no Paraíso (ver «Filmes na TV»)
- 15.30 A Canção da Terra
- 17.00 Walker, o Ranger do Texas
- 18.00 Vidas Cruzadas Especial
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 O Memorial de Maria Moura
- 21.30 Demónio de Saias (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 Último Jornal
- 23.50 O Café do Surdo
- 00.25 No Fim do Mundo

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
- 11.30 Informação Religiosa - Missa
- 13.30 Jornal do País
- 14.00 Portugal Português
- 15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidoro
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Verdade ou Mentira
- 20.30 O Agente Especial
- 22.00 Doutores e Engenheiros
- 23.15 Melrose Place
- 00.15 Últimas Notícias
- 00.30 Jornal Negócios

Luís Filipe Costa é co-argumentista de «Desencontros», a nova série portuguesa no Canal 1



Mafalda Veiga com Luís Represas nas «Músicas dos Outros» desta semana: 2ª na TV2

Segunda, 30

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 19.50 Origens
- 10.20 Viva a Manhã
- 11.50 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Coração Selvagem
- 14.00 Você Decide
- 14.50 Malha de Intrigas
- 16.10 Série de Ficção
- 17.15 Missão Impossível
- 18.10 Com a Verdade M' Enganas
- 19.00 Coisas da Vida
- 20.00 Telejornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.30 Gala de «A Bola»
- 23.30 Nas Teias da Lei
- 00.15 24 Horas
- 00.55 Remate
- 01.10 O Jovem Fugitivo (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
- 17.00 A Casa do Caçador
- 18.00 Infantil
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.15 Zero de Audiência
- 20.45 Magazine - «Saúde»
- 21.10 Música dos Outros
- 21.40 Ver para Ler
- 21.45 RTP / Financial Times
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.40 Magazine - «Teatro»
- 23.10 Filme - «Rosa de Areia»
- 01.00 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.25 Os Donos do Jogo
- 13.50 Olhos nos Olhos
- 14.50 Falsas Acusações (ver «Filmes na TV»)
- 15.45 Buêré
- 16.45 Notícias
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.40 Ponto de Encontro
- 22.20 Regresso ao Futuro III (ver «Filmes na TV»)
- 00.35 Último Jornal
- 00.50 Flash Back

QUATRO

- 11.30 Shopping Center
- 12.05 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Verdade ou Mentira
- 22.00 Trapos & Companhia
- 22.30 Diz-me Com Quem Andas
- 23.30 Novo Jornal
- 00.10 Desporto
- 00.40 Novos Ventos

Terça, 31

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 09.50 Origens
- 10.20 Viva a Manhã
- 11.50 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Coração Selvagem
- 14.50 Malha de Intrigas
- 16.10 Série de Ficção
- 17.15 Missão Impossível
- 18.10 Com a Verdade M' Enganas
- 19.00 Coisas da Vida
- 20.00 Telejornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.20 A Mulher do Sr. Ministro
- 21.50 Cabaret
- 22.50 Prova Oral
- 00.30 24 Horas
- 01.10 Remate
- 01.25 A Mulher que Queria Amar (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
- 17.00 A Vida Continua
- 18.00 Infantil
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.10 Rotações
- 21.15 Magazine - «Cinema»
- 21.45 RTP / Financial Times
- 22.00 TV2 Jornal
- 22.30 Acontece
- 22.45 Os Olhos Azuis de Yonta (ver «Filmes na TV»)
- 00.30 Alta Frequência: «Os Gigantes do Rock and Roll» - III
- 01.45 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 11.50 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 14.00 Olhos nos Olhos
- 14.50 Gente Comum (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Buêré
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.40 Ora Bolas, Marina

Quarta, 1

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.00 Conversas do Manel
- 10.00 Origens
- 10.30 Viva a Manhã
- 11.50 Culinária
- 12.10 A Traidora
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Coração Selvagem
- 14.00 Você Decide
- 15.00 Malha de Intrigas
- 16.10 Série de Ficção
- 17.15 Missão Impossível
- 18.10 Com a Verdade M' Enganas
- 18.55 Desencontros
- 19.45 Vamos Jogar no Totobola
- 20.00 Telejornal
- 20.30 74.5 Uma Onda no Ar
- 21.25 Com Peso e Medida
- 22.40 Não Digam à Mamã que a Babysitter Morreu (ver «Filmes na TV»)
- 00.30 24 Horas
- 01.10 Remate
- 01.25 Histórias da Vida (ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
- 17.00 A Sombra da Dúvida II
- 18.00 Infantil
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.50 Universidade Aberta
- 20.20 Magazine - «Ver Artes»
- 20.40 Ver para Ler
- 20.55 Futebol: Arsenal-Milão
- 23.00 TV2 Jornal
- 23.40 Acontece
- 23.55 Reportagem
- 00.50 Patinagem Artística (Campeonato da Europa)
- 01.50 Arte na Época dos Descobrimentos

SIC

- 11.00 Mulher Proibida
- 12.00 Tropicaliente
- 13.00 Notícias
- 13.30 Os Donos do Jogo
- 13.50 Olhos nos Olhos
- 14.50 Palavra de Honra (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Buêré
- 17.50 Praça Pública
- 18.20 Vidas Cruzadas
- 19.25 O Juiz Decide
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Irmãos Coragem
- 21.40 Perdoa-me
- 22.40 Casos de Polícia
- 23.45 Último Jornal
- 24.00 Tostões e Milhões
- 01.00 Angústia (ver «Filmes na TV»)

QUATRO

- 11.30 Shopping Center
- 12.05 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis



Gigantes do Rock, uma série que continua: 3ª à noite na TV2

- 22.10 O Senhor Que se Segue
- 23.10 Labirinto
- 23.50 Terça à Noite
- 01.05 Último Jornal
- 01.20 O Rei da Rádio

QUATRO

- 11.30 Shopping Center
- 12.05 O Barco do Amor
- 13.00 Jornal da Uma
- 13.30 Cassandra
- 14.30 Esquadrão Classe A
- 15.15 A Escolha É Sua!
- 16.15 A Hora do Recreio
- 17.15 Caprichos
- 18.15 O Preço da Paixão
- 19.30 Telejornal
- 20.00 Éramos Seis
- 20.30 MacGyver
- 21.30 Amigos para Sempre
- 23.00 Novo Jornal
- 24.00 Fora de Jogo
- 00.15 Sinais e Leis

- 20.30 MacGyver
- 21.30 Verdade ou Mentira
- 22.00 Trapos & Companhia
- 22.30 Picket Fences
- 23.30 Novo Jornal
- 00.30 Fora de Jogo

Por isto e por aquilo...

Em Defesa da Vida

(Quinta, 21.30, Quatro)

Um jovem publicitário morre num desastre de viação ao volante do seu novo carro e, de repente, encontra-se em plena *Cidade do Julgamento* prestes a ser julgado em relação à sua vida... Uma comédia sem grandes pretensões, mas que se vê com algum agrado, e tem no talento de Meryl Streep um interesse suplementar.

O Rei e Eu

(Sexta, 14.50, SIC)

Adaptado de uma comédia musical da Broadway, *O Rei e Eu* é o fruto de um cinema apostado na exploração do «exotismo», sempre rentável, que esta história das relações entre uma professora inglesa e o Rei do Sião lhe confere. A beleza de Deborah Kerr e a figura de Yul Brynner não chegam, naturalmente, para lhe acrescentar particulares qualidades.

O Abismo

(Sexta, 21.30, Quatro)

Vulgarmente cognominado de *E.T. submarino*, este filme de James Cameron fantasia com intensa desenvoltura cinematográfica as aventuras por que passa a tripulação de um navio que é encarregada de proceder ao achamento e possível salvamento de um submarino nuclear que havia sofrido uma falha técnica. É que, nas buscas efectuadas, os salvadores vão ser surpreendidos por um inesperado furacão que acaba por ser o causador de uma descoberta fantástica com que jamais teriam contado... Nos papéis principais, o destaque vai para Mary Elizabeth Mastrantonio, mas este é um dos tais filmes em que a invenção dos efeitos especiais se sobrepõe a tudo e todos.



Um fotograma de «As Vinhas da Ira», uma obra-prima de John Ford

O Piano, datado de 1993, que não apenas foi nomeado para o Oscar da Melhor Realização desse ano como chegou a alcançar o do Melhor Argumento Cinematográfico. Não é assim de estranhar que o presente filme - a primeira longa-metragem da sua carreira de documentarista - apresente, já, algumas das brilhantes qualidades que viriam a revelar-se naquele seu maior êxito. Nele a realizadora encena a história

de uma família em desagregação, vista pelos olhos da jovem Sweetie que o filme acompanha na actualidade e em *flash backs*, numa série de sequências intensamente fortes e originais. Um filme que dá trabalho a ver e a amar.

As Vinhas da Ira

(Sábado, 00.00, Quatro)

Apresentando por vezes nas suas cenas exteriores a força inultrapassável do cinema documental, *As Vinhas da Ira* é uma grande obra-prima do cinema realista americano, uma intensa e poderosa adaptação cinematográfica do romance homólogo de John Steinbeck centrado sobre a odisseia de uma família desapossada das suas terras por uma grande empresa capitalista. Embora por vezes arriscando-se a

cair num sentimentalismo que, a revelar-se, roubaria ao filme toda a desejável intensidade dramática, John Ford soube sobretudo seguir com escrupulo e grande sentido de austeridade o ponto de partida que escolheu para a composição das imagens e das personagens, num estilo narrativo épico que lhe transmite inegável beleza e atracção. A não perder.

A Canção da Terra

(Domingo, 15.30, SIC)

Um dos melhores filmes de Jorge Brun do Canto, um clássico do cinema português.

Noite na Terra

(Domingo, 23.50, TV 2)

Realizado por quem, sem qualquer espécie de dúvida, conhece «a noite», este filme é um curioso exercício em que nos defrontamos com cinco histórias todas elas centradas à volta de personagens situadas em «serviços de táxi» efectuados a meio da noite em cinco diversas situações geográficas - Los Angeles, Nova Iorque, Paris, Roma e Helsínquia. As referências apontam a esta ideia verdadeiramente original o maior interesse do filme mas a curiosidade é ainda aguçada por se tratar de uma obra de Jim Jarmusch, um cineasta, argumentista e compositor que foge à homogeneidade normalizante da esmagadora maioria da produção norte-americana e que se insere no percurso cinematográfico de outros autores «marginais» como Susan Seidelman ou Spike Lee.

Rosa de Areia

(Segunda, 23.10, TV 2)

A intensa originalidade do cinema «documental» de Margarida Cordeiro e António Reis, fabulosamente fotografado por Acácio de Almeida. A descobrir.

Os Olhos Azuis de Yonta

(Terça, 22.45, TV 2)

Também partindo do mundo próximo do cinema «documental», *Os Olhos Azuis de Yonta* é a segunda longa-metragem realizada por Flora Gomes, o realizador guineense que aqui aborda as contradições de uma sociedade em busca da construção da sua identidade, enquanto novo país independente e soberano. O filme representou a Guiné-Bissau na secção *Un Certain Regard* no Festival de Cannes de 1992.

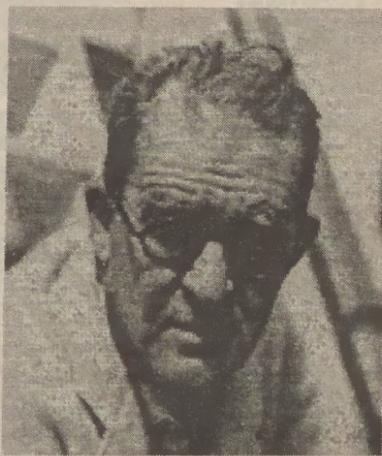
Histórias da Vida

(Quarta, 01.25, Canal 1)

Filme constituído por uma sequência de pequenas histórias, todas elas realizadas com ritmo, eficácia e, nalguns casos mesmo, bastante piada. Não se percebe, assim, por que razão o *Canal 1* transmite este filme a uma tal hora e, pelo contrário, coloca no mesmo dia mas no «horário nobre» uma idiotice de segunda ordem como a história da *babysitter*...



Woody Strode, actor principal de «O Sargento Negro», outro filme de John Ford



Jacquot de Nantes (23.50, TV 2)

Um comvente acto de amor e homenagem prestado por Agnès Varda a seu marido, o realizador Jacques Demy, morto no ano de rodagem deste filme de memórias biográficas, do qual é a principal personagem. Um testemunho da paixão pelo cinema - expressa, atrás e à frente das câmaras, por dois dos mais originais e brilhantes cineastas franceses.

Phase IV

(Sexta, 00.55, Canal 1)

O destaque aqui fica sobretudo para recordar que o realizador deste filme é porventura muito mais conhecido e famoso pelos inventivos genéricos que criou para filmes como *Vertigo*, *Intriga Internacional*, *Psycho*, *West Side Story*, *Anatomia de Um Crime* ou *Desapareceu Bunny Lake*, entre tantos outros, do que propriamente pela qualidade média do filme que aqui assina. Mesmo assim, sem dúvida que é o «visual» do filme que confere o maior interesse a esta peça invulgar do cinema de ficção científica em que um exercício de formigas decide preocupar-se com o destino da Humanidade...

Uma Luz na Escuridão

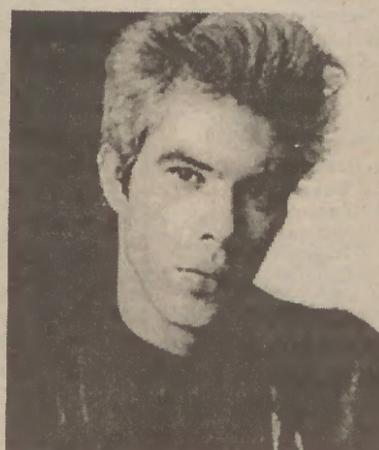
(Sábado, 23.00, SIC)

Com uma tal parêntese de vedetas, seria estranho que nenhuma palavra aqui fosse dita sobre este filme. Mas, caro leitor, a única razão por que este destaque aqui fica é para o prevenir contra este filme, misto de drama-romance-espionagem, que, para além dos primeiros vinte/trinta minutos, mais não consegue ser do que um verdadeiro atentado à inteligência!

Sweetie

(Sábado, 23.35, TV 2)

A realizadora deste filme, a neozelandesa Jane Campion, alcançou a sua maior notoriedade internacional, sem dúvida, com o filme



Giancarlo Esposito e Gena Rowlands, dois dos intérpretes de «Noite na Terra», do realizador Jim Jarmusch

■ Correia da Fonseca

«Requiem» talvez prematuro

No passado sábado, dir-se-ia que a programação da SIC enlouquecera: de súbito, «Minas e Armadilhas» apareceu a meio da tarde, «Muita Lôco» voltou a mudar de horário, uma inesperada repetição de «Bravo Bravíssimo» (com a rechonchuda Ana Margarida a cantar «Uma Casa Portuguesa» em Itália) veio ocupar uma grande parte do serão. Parecia que a «grelha» de Carnaxide tinha sido atingida por tardias ondas de choque consequentes ao sismo no Japão, mas o mais provável é que tudo aquilo se devesse a complicadas estratégias de concorrência. Contudo, olhava-se para os lados, isto é, para os outros canais, e não se vislumbrava ofensiva particularmente perigosa, excepto talvez a transmissão de dois jogos de futebol pela RTP 1. Mesmo quanto a esses, porém, a hora das transmissões era dificilmente relacionável, por exemplo, com a transferência de um programa de grande audiência para as 16 horas, como o fizera na SIC. Na verdade, todas aquelas mutações mais pareciam coisa de gente perturbada, desorientada, que o resultado de profundas sabedorias.

Por coincidência, o «Expresso» do mesmo dia publicou uma notícia a dar conta da compra da TVI por um grupo sueco (na véspera, «O Independente» falara de americanos), acrescentando que, na sequência do negócio, a «4» passará a dedicar-se quase exclusivamente à transmissão de filmes. Era a morte anunciada da Televisão da Igreja ou, segundo uma fórmula menos peremptória, da TV «de inspiração cristã». A confirmar ou a desmentir, naturalmente. De qualquer modo, era claro indício,

mais um, de que a vida das estações privadas de Televisão anda difícil e amargurada, não parecendo que lhes tenha valido de muito o expediente aparentemente fácil de arrastarem a própria programação pelas ruas da amargura.

Um percurso de decepções

O caso da TVI é, de resto, particularmente elucidativo, e também confrangedor, porque de facto a sua intenção inicialmente proclamada já havia sido abandonada por ser comercialmente inviável. Da reivindicada inspiração cristã subsistem, é certo, alguns resquícios, mas tão ténues e pontuais que quase apenas simbólicos. O que aconteceu crescentemente à TVI é que se recusou a competir com a

SIC, acompanhando-a em extremos de abandalhamento, mas recolhendo-se a uma mediocridade tão óbvia que na verdade não conquistou uma audiência que, repugnada com os piores aspectos da estação de Carnaxide, poderia acolher-se a uma mediania sem grandes picos de ualidade mas asseada e solidária. Falhando esse posicionamento, a TVI poder ter falhado a sobrevivência. O que, acrescentado, é tristíssimo e lamentável: na paisagem audiovisual portuguesa, tão densamente habitada por fariseus, faz falta uma presença autenticamente cristã, isto é, mais motivada por valores éticos que pelo enganoso furor de um «sucesso» mítico que afinal parece estar a negar-se também aos que venderam a alma ao diabo, que é o santo patrono das audiometrias e da consequente idolatria.

Agora que a TVI pode ter entrado num período de Paixão que antecederá a Morte sem Ressurreição provável (pois, já se vê, uma TVI recheada apenas de filmes e notícias não será decerto a outra TVI cuja anúncio nos foi feita há cerca de dois anos), apercebo-me de que me toma uma melancolia um pouco desrazoada. Dou-me conta de que, contra a utilização de uma elementar lucidez, dir-se-ia até que a despeito de mim próprio, mantive a secreta esperança de que a TVI pudesse trazer ao quadro demencial da Televisão portuguesa uma contribuição que tivesse alguma coisa a ver com homens como Abel Varzim, Adriano Botelho, Bento Domingues, Vítor Melícias. Admito também que a presença na direcção de Informação da TVI do padre

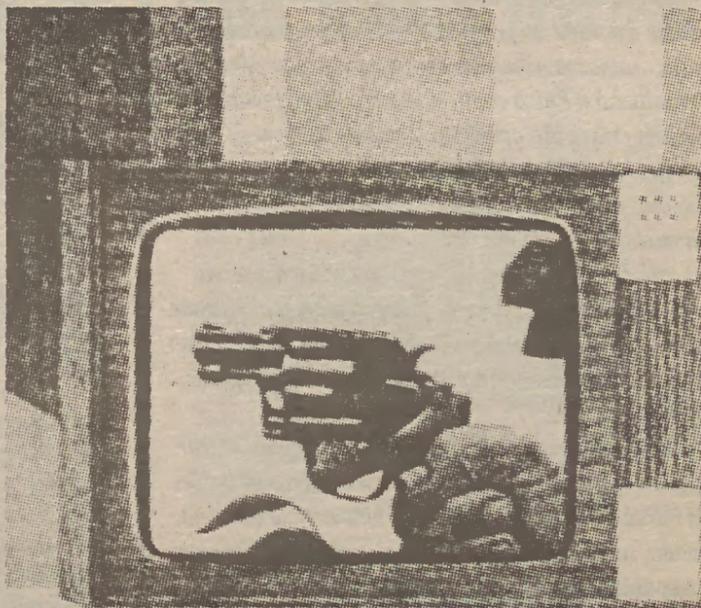
António Rego foi lida por mim como um sinal animador, e por isso me senti definitivamente desanimado quando o vi ser substituído por Ribeiro e Castro. O certo, certo, é que comecei por olhar com grande condescendência os primeiros desacertos da TVI, que muitas vezes considerei serem apenas o reverso negativo do propósito positivo de querer fazer diferente e mais audável, de querer escapar à espiral de populismo demagógico que abrasava a SIC e a RTP. E que, já em fases posteriores, sempre me apliquei a esgravatar na programação da «4» os sinais, mesmo minúsculos, que pudessem confirmar, ou pelo menos dar algum alento à minha anterior expectativa já roidinha por decepções.

Chegou a coisa a ponto de eu ter encarado com simpatia as reposições de «Uma Casa na Pradaria» e de «Um Anjo na Terra» (quanto a esta última, apoiando-me creio que validamente em

denúncias que a série formulava quanto ao que está por dentro do mito americano), de ter olhado com um indulgente optimismo as «Noites de Glória» de Manuel Luís Goucha e de, mais recentemente, me ter empenhado em valorizar os méritos de Júlio Isidro. É claro que o avacalhamento da concorrência «pragmática e sem complexos» ajudava a minha obstinação. Mas, naturalmente, não podia furtar-me às náuseas que me provocam o «Doutores e Engenheiros», se não «O Jogo do Ganso», nem há boa vontade que resista a uma telenovela venezuelana dobrada em brasileiros. Quer isto dizer que já me tinha apercebido do óbvio, o que de resto não era grande façanha: a partida estava ganha pelos que desde o primeiro dia, mesmo de olhos fechados, tinham decretado que a TVI não prestava.

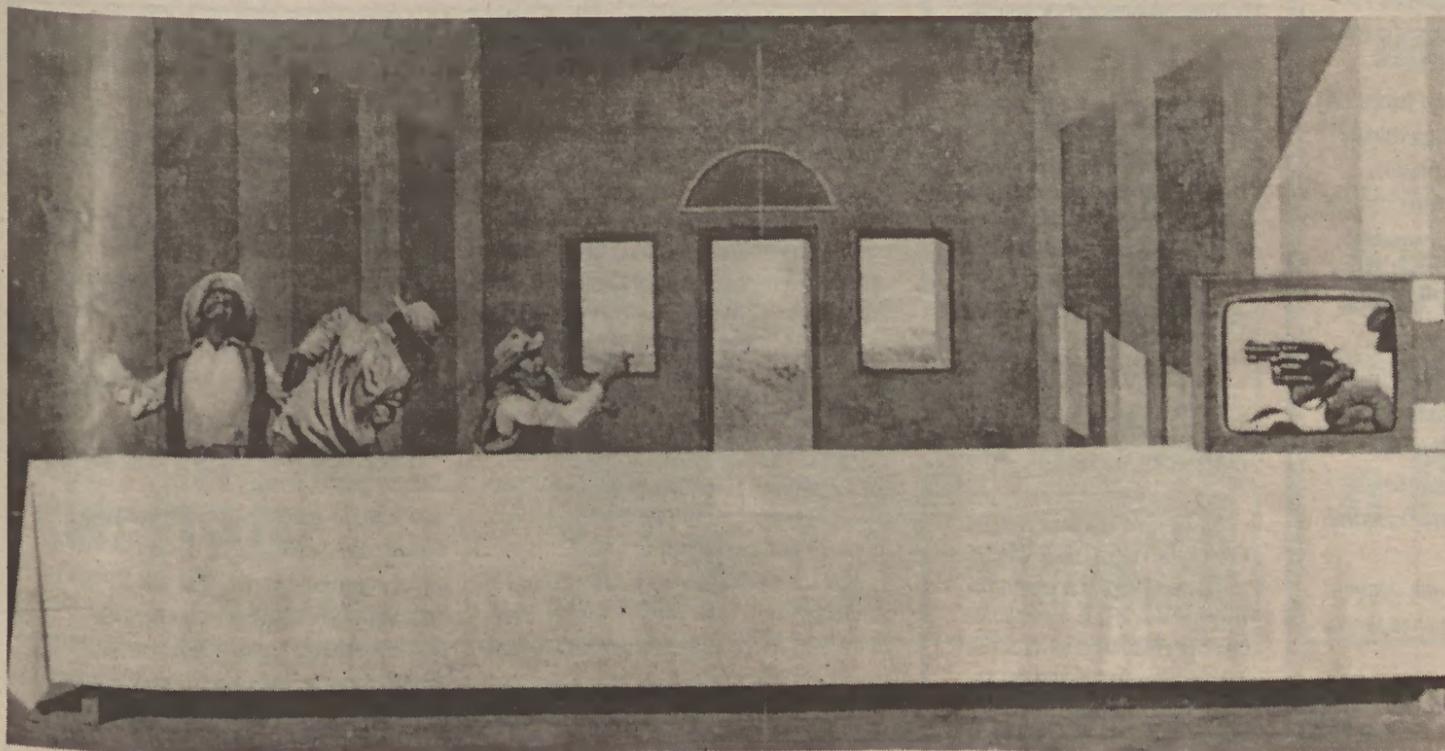
A justiça do deus Mercado

Na verdade, embora parecesse estranho a olhos ingénuos, acontecera que já em Fevereiro de 93, mal a TVI dera os pri-



meiros passos, sábios comentadores informavam o público em geral, e porventura as agências de publicidade, que a «4» ia ser uma «televisão de escuteiros», o que a mim não parecia mal de todo nesse tempo em que já as outras estações mostravam ter optado por uma televisão de mixordeiros. De então para cá, a teledegradação nacional foi o que toda a gente sabe (mas os portugueses gostam, diz o dr. Balsemão com um desplante curioso em quem parece ter projectos políticos que implicariam responsabilidade e pudor), e assusta-me um pouco que a morte anunciada da TVI, da inicial, da autêntica, e não da sua homónima que vai resultar da injeção de capitais estrangeiros, seja entendida como um acto de justiça divina, não do deus a cujo serviço a TVI decidira consagrar-se mas sim do outro, do deus Mercado, considerado hoje como o único a quem são devidos obediência e culto.

Por tudo isto, e talvez alguma coisa mais, esta morte esperável e esperada faz descer sobre mim uma cacimba de melancolia e leva-me a alinhar esta espécie de «requiem» afinal, quem sabe!, talvez prematuro. Não porque o anunciado espírito cristão (que para mim sempre será conotável com fraternidade, solidariedade e justiça) vá ressurgir dos mortos ao terceiro dia, como aconteceu com o protagonista do Novo Testamento na TVI agora à beira de se paganizar, mas sim porque consubstancia um apelo inextinguível no coração dos homens e também, num outro plano, a condição imprescindível à própria sobrevivência colectiva. Assim, a «inspiração» agora em eclipse, ou simplesmente adiada, chegará à TV portuguesa. Na «4» ou noutra canal.



de FOICE

Tabu

O Carmo e a Trindade não caíram.

A Ponte 25 de Abril ainda lá estava hoje de manhã e nem sequer tremia mais do que mandam as normas. Tanto quanto se podia ver lá de cima, o Tejo continuava calmo e poluído, o Infante mantinha-se no seu posto sonhando sonhos de pedra, a Torre de Belém permanecia contra toda a lógica à tona de água, a Basílica adormecia ao apagar dos holofotes, as Amoreiras estavam tão de luto como sempre.

Os acessos a Lisboa mantinham-se engarrafados como de costume e a Antena 2 - valha-nos isso - continuava a transmitir o seu 'Allegro Vivace' para bálsamo dos ouvidos e descanso da alma.

A Praça de Espanha estava igual a si própria, com os pedintes romenos e nacionais em pacata partilha da pobreza.

O Marquês de Pombal continuava em obras, e não consta que as cento e tal árvores que foram desta para melhor em nome do progresso tenham ensombrado com os seus ramos moribundos algum gabinete do Metro.

Um saltinho à Baixa confirmou que o formigueiro humano estava tão apressado como de costume, e uma espreitadela à 24 de Julho deu para perceber os despojos da noite e os primeiros enjoes automobilísticos do dia.

No café do costume, um empregado sorridente serviu-me a bica e os bons dias da praxe, tentando aliciar-me para o folhado de salsicha acabadinho de sair do forno e desistindo, como sempre, quando acendi o primeiro cigarro da manhã.

A contragosto, mas ainda incrédula, acabei por entrar na Redacção, corri para o rádio a massacrar os botões em busca de uma informação, de uma notícia que seja, e nada, só os programas de todos os dias, experimentei a televisão e surpreendi-me com a mediocridade matutina, peguei nos jornais e senti a desilusão a tomar conta de mim. Nada. Nem um suicídio, nem uma manifestação, nem um clamor de súplicas, nem um parto prematuro, nem um crime inexplicado, nem uma histeria colectiva.

Nada. O homem anuncia que se vai embora, deixa o barco à deriva, e nada.

O Povo, a quem dedicou dez longuíssimos anos da sua vida, nem um lençinho branco de despedida lhe acena.

Convenhamos que é duro. Fosse o português um povo agradecido e já a esta hora o Terreiro do Paço se tinha transformado num mar de gente a transbordar pelas ruas da cidade e a calcorrear a pé avenidas, praças, travessas e escadinhas até S. Bento para pedir ao Pai da Pátria o supremo sacrifício de não condenar o País à orfandade.

Em vez disso, o que é que se vê? Cada qual a tratar da sua vidinha, numa suprema ingratidão, e a aproveitar os intervalos para a má língua, a espalhar boatos, a inventar certezas. "Acabou-se o tabu, que mais nos irá acontecer?", diz um com os olhos em alvo, enquanto outros se torcem de riso. "De S. Bento a Belém vai um passo de um anão", cantarola outro em voz de falso. "Ai não, ai não", responde o coro.

Uma indecência. Vale-me António Guterres, homem preclaro e de grandes decisões. Demita-se o ministro da Defesa, já. Isto sim, são palavras; isto sim, são acções; isto sim, é política. E quase lhe adivinho os olhos comovidos, a mão estendida num gesto fraternal, pedindo ao Anibal que vá, mas fique.

De repente, vá-se lá saber porquê, lembrei-me daquele horrível perfume espanhol que me provoca enxaquecas terríveis - Tabu, não sei se conhecem...

■ AF

Carlos Carvalhas em conferência de imprensa

É justo reclamar dissolução da Assembleia e convocar eleições antecipadas

Pouco depois do anúncio efectuado na tarde de segunda-feira pelo primeiro-ministro, Cavaco Silva, de que não se iria recandidatar à presidência do PSD no Congresso do seu partido em Fevereiro, nem ao cargo de primeiro-ministro depois das eleições legislativas, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, convocou uma conferência de imprensa para a sede nacional dos comunistas onde, num primeiro comentário à comunicação do chefe do Executivo, começou por salientar que as decisões de Cavaco Silva «estão directamente relacionadas com a previsão de que o PSD irá perder as eleições legislativas, em consequência da falência da sua política económica, social e cultural, da degradação da democracia política e das difíceis perspectivas dos portugueses».

Na comunicação lida por Carlos Carvalhas em nome do PCP, o secretário-geral do Partido afirmou «que é inteiramente justo que o PCP continue a reclamar a dissolução da Assembleia da República, a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas. Pensamos que estas decisões do primeiro-ministro mantêm inteiramente válidas as reclamações do PCP e as suas respostas. O país não pode continuar até Outubro com uma política que não dá resposta aos problemas, antes os agrava, e coloca-o ainda numa situação de maior instabilidade política e institucional».

«A maioria dos portugueses não está preocupada com as decisões do primeiro-ministro ou com as suas perspectivas ou ambições de natureza política. Estão preocupados, sim, com a política e com as suas consequências: o desemprego, o trabalho precário, o marasmo da economia, a falta de investimento», sublinhou o dirigente comunista.

Sobre a Moção de Censura ao Governo, já antes anunciada pelo PCP, Carvalhas afirmou: «para a clarificação da situação política mantêm toda a actualidade a nossa moção de censura e a pronta intervenção dos trabalhadores na defesa dos seus interesses. Mais do que nunca, torna-se actual que este Governo seja demitido, que haja uma dissolução da Assembleia da República e que se dê a palavra ao povo português para a clarificação desta mesma situação».

Cabe ao povo clarificar situação

No final da sua intervenção, Carlos Carvalhas, respondendo a algumas perguntas dos jornalistas, afirmou que a moção de censura continua a ter razão de existir, visto ser a expressão institucional da posição do PCP, além de dar voz aos trabalhadores e a todos os que se sentem

to, é necessário encontrar uma resposta».

Com esta decisão, o primeiro-ministro «reconheceu que a sua política faliu no plano económico, social e cultural», susteve o secretário-geral do PCP, acrescentando ainda que «cabe ao povo português, através do voto, clarificar esta situação».

Com esta declaração de Cavaco Silva, o Presidente da República fica com maior legitimidade para convocar eleições antecipadas. Isto porque, «esta não era uma maioria do primeiro-ministro, era uma maioria do PSD, que já não existe em termos sociais, pois a sua base de apoio reduziu-se substancialmente. Por isso, a necessidade de clarificação continua a ser cada vez mais premente», declarou Carlos Carvalhas na conferência de imprensa.

descontentes quanto à política do Governo e que entendem que «o seu prosseguimento levará a mais desemprego, a mais difi-



Carlos Carvalhas reafirmou a oportunidade da moção de censura ao Governo apresentada pelo PCP

culdades para o nosso povo», durante pelo menos mais seis meses. «O país está confrontado com graves problemas e, portan-

Alternativa democrática

«O programa do PCP continua a lutar por uma alternativa

democrática, por uma nova política, por uma política de esquerda, que sirva os interesses do povo e do país, que defenda a independência nacional, que dê resposta aos problemas mais graves e que, ao mesmo tempo, trace uma linha de desenvolvimento que sustente o país», disse.

Quanto ao novo caso das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, o líder comunista sustentou que «o primeiro-ministro e o ministro da Defesa não podem lavar as mãos como Pilatos da grave responsabilidade que tem o Governo português. Não está em causa as OGMA como empresa, que deve, aliás, ser defendida, nem os trabalhadores altamente qualificados

COM O
PARA

Sargentos comemoram o 31 de Janeiro

Com iniciativas a nível nacional promovidas pela Associação Nacional de Sargentos (ANS), os Sargentos dos três Ramos das Forças Armadas vão comemorar o 31 de Janeiro.

As realizações que decorrem entre os dias 28 e 31 de Janeiro terão lugar em Lisboa, Porto, Chaves, Lamego, Vila Real, Entroncamento e Ponta Delgada (Açores).

Em debate vão estar vários problemas socioprofissionais - alterações ao EMFAR, Sistema Retributivo, Carreiras, etc.

Em Lisboa, a iniciativa terá lugar no próximo sábado (28/1) na Voz do Operário, a partir das 10h00 e conta igualmente com almoço seguido de espectáculo musical.

No Porto, decorrerão durante o próximo

fim-de-semana diversas manifestações desportivas e um jantar da classe. No dia 31 de Janeiro, haverá romagem ao cemitério Prado do Repouso, onde se encontra o monumento aos heróis do 31 de Janeiro.

Na compreensão da lição da história do 31 de Janeiro é importante ter presente o papel especial e digno desempenhado pelos cidadãos Sargentos, porque, hoje como nessa altura, a vontade comum de participação efectiva e interessada na resolução dos problemas da classe contribuiu para ajudar não apenas os Sargentos mas também os portugueses. Por isso, com toda a legitimidade, os Sargentos têm pugnado para que o dia 31 de Janeiro seja considerado o Dia Nacional do Sargento.

